

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Somália: Santuário Terrorista?
O caso da Al-Shabaab

Ana Cláudia Andrade Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientador:

Doutor José Francisco Lynce Zagalo Pavia, Professor Auxiliar
Universidade Lusíada de Lisboa

Co-orientadora:

Doutora Ana Catarina Larcher das Neves Santos Carvalho, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Maio, 2013

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Somália: Santuário Terrorista?
O caso da Al-Shabaab

Ana Cláudia Andrade Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientador:

Doutor José Francisco Lynce Zagalo Pavia, Professor Auxiliar
Universidade Lusíada de Lisboa

Co-orientadora:

Doutora Ana Catarina Larcher das Neves Santos Carvalho, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Maio, 2013

Agradecimentos

Aos professores Francisco Pavia, meu orientador, Ana Catarina Larcher, minha co-orientadora, e Alexandra Magnólia Dias, especialista sobre a conflitualidade na Somália, os meus créditos pelo apoio que sempre prestaram. As suas permanentes disponibilidade e paciência foram determinantes na elaboração desta dissertação.

Resumo

Os ataques de 11 de Setembro de 2001 e a consequente percepção da ameaça terrorista fizeram com que se começasse a dar cada vez mais atenção aos chamados grupos terroristas, mas também aos Estados que pareciam estar a operar como santuários para estes elementos, funcionando como locais de estabelecimento de campos de treino, apoio logístico e sítios preferenciais de recrutamento.

A Somália, sem governo efectivo desde a saída do ditador Siad Barre e alvo de inúmeras intervenções externas, directas e indirectas, é talvez um dos melhores exemplos para uma análise mais profunda sobre as ligações que poderão existir entre um país tradicionalmente caracterizado como um Estado falhado e um alegado grupo terrorista, neste caso a Al Shabaab.

Palavras Chave: Terrorismo; Santuário Terrorista; Estado Falhado; Somália; Al Shabaab

Abstract

The September 11 attacks in 2001, and the consequent perception of the terrorist threat that came with them, caused an increase of attention to the so-called terrorist groups, but also to the States that seemed to be operating as safe-havens for these elements, functioning as secure places for the establishments of training camps, for logistical support and good recruitment sites.

Without an effective government since the fall of the dictator Siad Barre, and being a country that has gone through several external interventions, direct and indirect, Somalia is perhaps one of the best case studies for a deeper analysis of the links that may exist between a country that is normally characterized as a failed State and an alleged terrorist group, that in this case is Al Shabaab.

Key Words: Terrorism; Safe Haven; Failed State; Somália; Al Shabaab

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. Enquadramento e justificação do tema	1
2. Objetivos do Estudos e Hipóteses equacionadas	2
3. Metodologia e limites da investigação	2
4. Estado da Arte	3
5. Estrutura da Dissertação	6
1. ENQUADRAMENTO DO PAÍS	7
1.1. Breve história da Somália	7
1.2. Estrutura social e economia do país	11
1.3. Pirataria	13
1.4. Situação política	17
2. AL SHABAAB: UM GRUPO TERRORISTA?	21
2.1. O que se entende por terrorismo	21
2.2. A origem da Al Shabaab	24
2.3. Recrutamento	26
2.4. Financiamento	29
2.5. Organização hierárquica e gestão territorial	32
2.6. Papel da Religião	34
2.7. Ligações com a Al Qaeda	37
2.8. Al Shabaab: um grupo terrorista?	39
3. SOMÁLIA: EXEMPLO DA INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ESTADOS FALHADOS E TERRORISMO?	41
3.1. A Somália enquanto Estado falhado	41
3.1.1. Estado Falhado: contornos e perspetivas	41
3.1.2. Será a Somália um Estado falhado?	46
3.2. Ligações entre Estados falhados e Terrorismo	51
3.3. A ameaça da Al Shabaab a partir da Somália	56
4. INTERVENÇÃO EXTERNA NA SOMÁLIA: FATOR DE RADICALIZAÇÃO DA AL SHABAAB?	63
4.1. Papel da Comunidade Internacional	63
4.1.1. Estados Unidos	63
4.1.2. Nações Unidas	65

4.1.3.	União Europeia	67
4.1.4.	Turquia	67
4.2.	A intervenção das potências regionais	68
4.2.1.	Etiópia	68
4.2.2.	Quênia	70
4.2.3.	Eritreia	72
4.2.4.	Organizações Regionais (UA e IGAD)	72
4.3.	A influência dos atores externos nas crises somalis	74
CONCLUSÃO		77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		81

Índice de Figuras

Figura 1.1.	Grande Somália.....	7
Figura 1.2.	Distribuição Geográfica dos principais clãs somalis.....	11
Figura 1.3.	Somaliland e Puntland.....	20

Abreviaturas \ Siglas \ Acrónimos

AIAI – Al Itihad al Islamyia

AFRICOM - United States Africa Command

AMISOM – African Union Mission in Somalia

ARPCT – Alliance for the Restoration of Peace and Counter-Terrorism

ASWJ – Ahlu Sunna Wal Jama

BM – Banco Mundial

BMP's – Best Management Practice

CIA – Central Intelligence Agency

CJTF-HOA – Combined Joint Task Force – Horn of Africa

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

CST – Critical Studies on Terrorism

ICG – International Crisis Group

IDP's – Internal Displaced People

IED – Improvised Explosive Device

IGAD – Intergovernmental Authority on Development

FBI – Federal Bureau of Investigation

FMI – Fundo Monetário Internacional

NATO – North Atlantic Treaty Organisation

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

RPG's – Rocket Propelled Grenade

SNM – Somali National Movement

TFC – Transitional Federal Charter

TFG – Transitional Federal Government

TFI's – Transitional Federal Institutions

OIC – Organisation of Islamic Cooperation

OIS – Organisation of Islamic States

PMPF – Puntland Maritime Police Force

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UA – União Africana

UE – União Europeia

UNICEF – United Nations Children’s Fund

UNITAF – Unified Task Force

UNOSOM – United Nations Operation in Somalia

UTI – União dos Tribunais Islâmicos

WFP – World Food Programme

INTRODUÇÃO

1. Enquadramento e justificação do tema

Os ataques de 11 de setembro de 2001 e a conseqüente mudança de percepção da ameaça terrorista fizeram com que se começasse a dar cada vez mais atenção aos chamados grupos terroristas, mas também aos Estados que pareciam estar a funcionar como santuários para estes elementos, actuando como locais de estabelecimento de campos de treino, apoio logístico, áreas preferenciais de recrutamento, de financiamento e de planeamento de ofensivas. No entanto, num mundo globalizado, em que o terrorismo é cada vez mais descentralizado e em que a própria definição do que constitui um terrorista se mostra problemática, perceber em que consiste um santuário terrorista é um desafio, havendo uma grande diversidade de abordagens e perspetivas.

As ligações entre a Al Qaeda e o Afeganistão, um Estado considerado falhado durante muitos anos, fez com que os alegados Estados falhados ganhassem uma nova dimensão nesta problemática, sendo cada vez mais apontados como um dos locais preferenciais para atuar como santuários terroristas, ao funcionar como espaços privilegiados para que esta tipologia de grupos possa desenvolver as suas atividades sem grandes constrangimentos, constituindo dessa forma uma ameaça para a segurança internacional, como aliás tem sido indicado em vários documentos de orientação estratégica de Estados ocidentais, como é o caso do “National Security Strategy of the United States of America”. Contudo, restringir o estudo de um santuário terrorista ao facto de ser, ou não, um Estado falhado, pode ser limitativo, havendo a necessidade de alargar o campo de análise a outros fatores.

A Somália, sem um governo funcional desde a saída do ditador Siad Barre, com díspares dinâmicas sociais, constantes intervenções internacionais e uma população que, alegadamente, se encontra cada vez mais radicalizada, é talvez um dos melhores exemplos em África para uma reflexão mais profunda sobre o que pode constituir um santuário terrorista, até porque tem sido acusado de operar como tal nos últimos anos. Adicionalmente, é o berço da Al Shabaab, ou da Harakat al-Shabaab al-Mujahideen como também costuma ser denominada, uma organização caracterizada habitualmente como grupo terrorista.

2. Objetivos do estudo e hipóteses equacionadas

A pergunta central a que se tenta dar alguma clareza ao longo desta dissertação é se podemos, ou não, considerar a Somália como um santuário terrorista.

A Somália é considerada por muitos como um santuário terrorista, mas há vários debates e conceitos em torno desta teoria que merecem ser desconstruídos e problematizados, no sentido de se alcançar uma melhor compreensão desta questão e da própria realidade somali. Por conseguinte, com este objetivo presente ao longo de toda a investigação, houve uma série de paradigmas e conceitos em análise que tiveram que ser alvo de algum escrutínio, concorrendo desta forma para a formulação de hipóteses adicionais, mas sempre tendo em vista a sua contribuição para a resposta à já enunciada pergunta central deste trabalho.

Quando estamos a utilizar como estudo de caso um país, e mais especificamente um alegado grupo terrorista a operar nesse território, não podemos deixar de debater o que consideramos um grupo terrorista e se a Al Shabaab se enquadra, ou não, nessa categoria, o que nos leva à primeira das perguntas em análise: a Al Shabaab possui contornos que permitam uma caracterização enquanto grupo terrorista?

A par deste exame, e quando se fala tanto na correlação entre Estados falhados e terrorismo, mostrou-se necessário levantar mais duas questões adicionais. Em primeiro lugar, apesar de a Somália ser tradicionalmente o epítome do Estado falhado, esta é uma assunção que deve ser problematizada, sendo importante perceber se o conceito dos Estados falhados é adequado quando falamos neste país. Em segundo lugar, compreender em que medida existe uma relação causal entre Estados falhados e terrorismo é outro dos principais pontos de análise. Perceber se esta ligação existe no caso da Somália, ou é apenas fruto do discurso tipicamente ocidental, constitui a terceira hipótese levantada.

Por último, quando falamos em Estados como santuários terroristas não podemos deixar de nos questionar qual é o papel da comunidade internacional e poderes regionais nestas dinâmicas. No caso da Somália, pela importância das intervenções externas, convém analisar se as intervenções de poderes externos têm sido favoráveis, ou prejudiciais, ao desenvolvimento do país enquanto santuário terrorista, o que constitui a minha última questão levantada.

3. Metodologia e limites da investigação

No seguimento da primeira fase de investigação, dedicada às leituras exploratórias, rapidamente se tornou evidente que a pesquisa seria baseada essencialmente na análise de

fontes secundárias, principalmente no que concerne a todo o espectro teórico e conceptual transversal a todos os capítulos.

Por conseguinte, numa dissertação em que o trabalho de campo se provou inviável, tanto devido a limitações financeiras como temporais, mas principalmente em consequência da situação que ainda se vive no terreno somali, a revisão bibliográfica e suporte documental mostraram-se fundamentais. Os think tank e revistas académicas especializadas foram fontes primordiais nesta pesquisa, principalmente para o debate de conceitos. Mas no que diz respeito a uma análise das últimas evoluções no terreno os media foram, sem dúvida, um ativo essencial, permitindo um entendimento mais atualizado dos últimos acontecimentos de relevo.

A par dos limites que advêm da utilização de apenas fontes secundárias na investigação, convém ter presente que quando se estuda um Estado como a Somália, a escassez de informações estatísticas oficiais e credíveis é notória e constitui um entrave considerável no que concerne a análise da informação.

Adicionalmente, o facto de o estudo de caso ser a Somália, mormente a Al Shabaab, fez com que uma das principais limitações encontradas fosse a constante atualização da informação disponível e o considerável dinamismo do contexto em análise, pelo que, durante a investigação, surgiu a exigência de ter que se delimitar o período de análise a alguns meses antes da submissão desta investigação. Este constrangimento obrigou a que haja informações e acontecimentos, posteriores a março de 2013, data final da análise efectuada, que não tenham sido alvo de exame, não sendo retratados neste estudo.

4. Estado da Arte

Baseando-se a pesquisa na leitura e análise de textos e relatórios de diversos analistas que versam sobre os vários subtemas desenvolvidos ao longo deste trabalho, tentou-se derivar conclusões a partir da análise das perspectivas, por vezes contraditórias, de vários autores. A existência de diferentes abordagens é evidente, principalmente no que concerne o terrorismo e o paradigma dos Estados falhados, sobretudo quando falamos em apontamentos de think tanks. O Critical Threats ou a Rand, por exemplo, apresentam uma visão mais americana, a ir de encontro aos argumentos mais enquadrados na “Guerra Contra o Terrorismo”. Por sua vez, os centros de estudos europeus, como o CERJ do Sciences-Po Paris, ou mesmo o Centro de Estudos Sociais, de Coimbra, publicam textos de autores mais liberais, assim como o Institute for Security Studies, da África do Sul.

Mas começando pelo enquadramento do país, e sendo o estudo de caso a Somália, há vários autores de leitura obrigatória, a maioria dos quais estrangeiros. De facto, em Portugal, à parte do estudo da pirataria, que parece ter trazido um interesse renovado para a Somália,

o mundo acadêmico mostra-se extremamente desligado no que concerne as dinâmicas em terra deste país. De referir, todavia, os trabalhos da Alexandra Magnólia Dias, especialista sobre a conflitualidade no Corno de África, que se mostra uma exceção a esta regra.

Durante o primeiro capítulo, em que é feito o enquadramento deste Estado, as publicações de Ioan M. Lewis foram importantes no que concerne o contexto histórico e social do país, enquanto os trabalhos sobre a economia somali de Peter Little (2003) permitiram desconstruir algumas ideias pré-concebidas que se provaram um pouco longe da realidade.

Outras referências quando o que se procura é o enquadramento do país, são os vários artigos de Ken Menkhaus, escritos para revistas académicas que, ao longo dos últimos anos, foram relatando a evolução da Somália, da sua diáspora e mesmo dos vários movimentos insurgentes. Também Mary Harper, mais através do seu livro de 2012 “Getting Somalia Wrong”, do que propriamente dos artigos que redige para a BBC, com a sua escrita coloquial e abordagem mais jornalística do que académica, provou ser uma boa escolha para leituras iniciais sobre o país, permitindo um entendimento geral sobre algumas questões básicas que moldam as dinâmicas somalis. Para além destes autores, os trabalhos e obras de Bronwyn Brutton (2010, 2011), Martin N. Murphy (2011), Brian Hesse (2010) e Afyare Abdi Elmi (2010) foram também de consulta obrigatória.

Mas se no primeiro capítulo, destinado ao enquadramento do país, a divergências de pontos de vistas entre autores não é significativa, quando entramos nos estudos sobre o terrorismo e as reflexões em torno dos Estados falhados, a análise das fontes e uma abordagem crítica tornam-se verdadeiramente essenciais. As diferentes abordagens variam de forma notória consoante o think tank para que se escreve e o background dos autores. O terrorismo, por exemplo, não é um conceito recente, mas ainda hoje não existe um consenso quanto ao que entendemos por terrorismo ou terrorista. Se no que concerne o estudo da Al Shabaab, o francês Roland Marchal (2007, 2011) é a referência a seguir, assim como Stig Jarle Hansen, cujo livro de 2013 não foi publicado a tempo de ser incluído nesta análise, no debate em torno do conceito de terrorismo, não é tão fácil distinguir nomes.

Nesta discussão, há vários autores referidos na dissertação, onde se notam as influências e diferentes tendências de perspetivas. Relativamente ao terrorismo, a análise de Boaz Ganor, israelita, por exemplo, diverge da do major-general Rafiuddin Ahmed do Islamabad Policy Research Institute. De destacar igualmente que os autores americanos parecem ter mais facilidade em caracterizar determinados atores como terroristas, do que por exemplo os europeus. Não sendo assim de admirar que a corrente de pensamento conhecida por “Critical Studies of Terrorism” tenha tido a sua maior expressão no contexto europeu, onde se destacam os trabalhos de Jeroen Gunning. A nível nacional, o trabalho do general Carneiro Martins - “Acerca de Terrorismo e de Terrorismos” (2010)- e o do coronel

Vieira Borges (2006), são também uma boa referência para o entendimento do que é hoje considerado terrorismo.

Relativamente à literatura que versa sobre os Estados falhados, esta mostrou-se muito extensa, havendo muitos autores que defendem a utilidade do conceito, enquanto muitos outros mantêm uma postura mais crítica. William Zartman (1995) e Robert Rotberg (2003), ambos académicos americanos, foram dois dos autores em que mais me foquei para perceber o que entendemos por Estado falhado. Rotberg, principalmente, enuncia de forma clara as características que devemos encontrar num Estado falhado.

Já no que concerne as escolas de pensamento que mais questionam este conceito, importa destacar os trabalhos de Edward Newman (2007, 2009), professor da Universidade de Birmingham, que aponta algumas limitações a este paradigma, mas não só. Charles Call (2008), da School of International Service, em Washington, identifica igualmente nos seus trabalhos várias lacunas nesta teoria e, em Portugal, José Manuel Pureza (2006, 2007) apresenta também uma série de críticas ao paradigma.

Igualmente, quando se reflecte sobre as ligações entre Estados falhados e terrorismo, as perspectivas são variadas. Só para referir algumas, Nikolas Gvosdev e Ray Takeyh, no seu artigo de 2002 - "Do Terrorists Networks Need a Home?" -, com a sua comparação entre grupos terroristas e empresas multinacionais, levantam uma série de questões que parecem provar esta relação causal. Analogamente, Tadah Mentan (2004), professor na St. John's University, no Minnesota, é um dos autores que mais defende a existência desta relação.

Dentro desta temática, os trabalhos de Edward Newman devem ser tidos em conta, mas como oposição ao que Mentan advoga. Ken Menkhaus traz igualmente argumentos interessantes ao debate, sendo também ele um defensor de que esta correlação se encontra sobrevalorizada.

Já no que concerne ao último capítulo deste trabalho, referente à influência dos atores externos e regionais no conflito e radicalização da Somália, Markus Hoehne (2009), do Instituto alemão *Max Planck*, com o seu artigo "Counter Terrorism in Somalia: How external interference helped to produce militant islamism", faz uma breve abordagem sobre esta temática. Por sua vez, os vários relatórios do International Crisis Group (ICG), ao tentarem sempre incluir os papéis e interesses de atores externos na Somália, mesmo que nem sempre seja esse o seu foco, são uma boa base de estudo nesta última questão levantada na dissertação.

5. Estrutura da Dissertação

A dissertação está dividida em quatro capítulos, ao longo dos quais se tenta conceber uma análise das várias questões colocadas, tentando sempre caminhar para uma conclusão que permita uma resposta à pergunta central e guia de todo este trabalho.

O primeiro capítulo foi reservado para fazer um breve enquadramento da Somália. Só percebendo os antecedentes históricos do país, a sua organização política e territorial, a sua economia, e a sua estrutura social, é que podemos entender o contexto em que a Al Shabaab se movimenta e a forma como tem conseguido recrutar os seus elementos, mantendo um extenso controlo territorial. Devido à sua atualidade, efeitos que parece ter no país, e efeitos globais, bem como alegadas relações com o terrorismo, a pirataria é igualmente alvo de uma breve reflexão neste capítulo.

O objectivo do segundo capítulo é analisar em detalhe a Al Shabaab. A caracterização enquanto grupo terrorista não é de todo consensual. Numa tentativa de perceber em que medida é que se pode considerar a Al Shabaab como grupo terrorista, nesta secção do trabalho tenta-se verificar o que constitui um grupo terrorista e de que forma é que esta organização se enquadra, ou não, nessa categoria. A origem do grupo, a forma como efetua o recrutamento dos seus militantes, como se financia, como está organizada, como se legitima ideologicamente e as ligações com a Al Qaeda, são aqui alvo de escrutínio.

O terceiro capítulo pretende examinar de que forma é que a alegada interdependência entre Estados falhados e Terrorismo se aplica ao caso da Somália e da Al Shabaab. Para isso, o exame do que se considera um Estado falhado mostrou-se incontornável, principalmente quando o que está em causa é a Somália, epitome deste paradigma. Existem várias perspectivas sobre a relação entre Estados falhados e terrorismo, abordagens essas que são analisadas neste capítulo. Adicionalmente, quando falamos de um santuário terrorista a operar num Estado falhado, esta é uma avaliação que baseamos também em termos de ameaça que o grupo em estudo representa para a região e para o mundo. Assim, o último ponto desta secção passa por uma tentativa de avaliar a ameaça que a Al Shabaab pode constituir, atendendo ao contexto, ao Estado, em que se movimenta.

Por fim, o quarto, e último capítulo, procura explorar como é que as inúmeras intervenções externas de que o país foi alvo ao longo dos últimos anos, influenciam as crises e conflitos somalis. Assim, a quarta questão levantada, referente à possibilidade destas intervenções poderem estar a ser favoráveis ao desenvolvimento do país enquanto santuário terrorista, é aqui escrutinada.

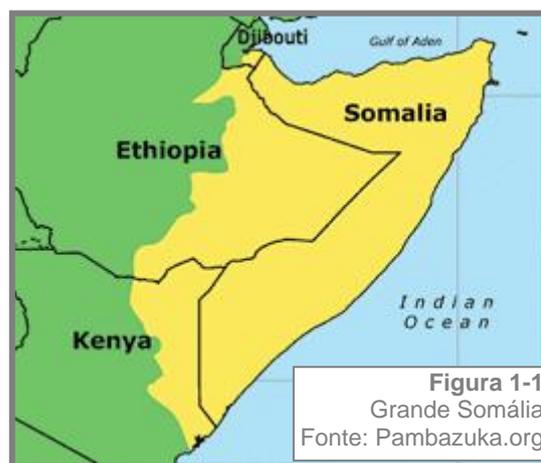
1. ENQUADRAMENTO DO PAÍS

Este primeiro capítulo tem por objectivo dar um enquadramento geral sobre o contexto somali, que depois irá servir como base para uma compreensão mais alargada dos pontos em análise ao longo da dissertação. Só percebendo os antecedentes históricos do país, a sua organização política e territorial, a sua economia e a sua estrutura social, é que podemos entender o contexto em que a Al Shabaab se movimenta.

1.1. Breve história da Somália

Quando olhamos para a história da Somália, antes dos anos 60, há três palavras que a jornalista da BBC Mary Harper utiliza no seu livro “Getting Somalia Wrong?”, que parecem adequadas para definir o país nesse período: contacto, conflito e expansão. A sua longa costa (cerca de 3.100Km) e posição geográfica a nordeste no continente africano faziam com que, de certa forma, a Somália não pareça pertencer a África. De facto, como consequência do contacto de séculos com as comunidades mercantes árabes, principalmente nas zonas costeiras do país, muitos somalis identificam-se muito mais com o mundo árabe do que com o continente negro, não sendo assim de estranhar que a grande maioria dos habitantes do país sejam muçulmanos (Harper, 2012a: 45-46).

Devido à sua posição geográfica, o contacto com outras culturas sempre foi comum. Egípcios, gregos, romanos, persas e até os portugueses acabaram por influenciar o que é hoje a cultura somali. Durante o século XIX, o país foi arrastado para a luta europeia por África. Apesar de não ter recursos naturais que parecessem justificar este interesse, os ingleses, italianos, franceses e a potência regional Etiópia lutavam pelo controlo da região,



principalmente devido à sua posição geográfica. Estas quatro potências controlavam aquilo que os somalis ainda hoje consideram a “Grande Somália” (Harper, 2012a: 46). Mas só em 1960 é que a República da Somália foi efetivamente fundada, a partir das fronteiras coloniais do que antes constituía a Somalilândia italiana e o protetorado inglês Somalilândia. Durante os nove anos que se seguiram, o país foi administrado por um governo democrático

que foi derrubado pelo major-general Muhammad Siad Barre. Enquanto esteve no poder, Barre instituiu um Estado socialista que controlava de forma ditatorial (Cohn, 2010).

O regime de Siad Barre acabou por cair, em 1991, devido à oposição de uma união de clãs que ocuparam a cidade de Mogadíscio. No entanto, o que se seguiu foi o caos, quando estes mesmos clãs se desentenderam e acabaram por se guerrear entre eles, deixando a Somália num sangrento clima de guerra civil. Um governo nacional efetivo nunca voltou a ser restaurado desde essa altura (Bruton & Norris, 2011: 7) e o sistema judiciário e forças de segurança do país foram desintegrados (Dias, 2010: 86). Em março de 1992, Mogadíscio era praticamente uma cidade deserta como consequência da guerra entre clãs e senhores da guerra, banditismo crescente e desvio da assistência humanitária.

As imagens da fome, também decorrente da seca que se vivia na região naquela altura, e da insegurança da população somali obrigaram a comunidade internacional a intervir (Moller, 2007: 20). Em 1992, as Nações Unidas e os Estados Unidos, que se apresentavam como líderes de uma nova ordem mundial baseada na defesa dos direitos humanos, entraram no país numa tentativa de restaurar a ordem e pôr fim à violência. A primeira UNOSOM, com cerca de 300 capacetes azuis, chegou ao território, mas logo se percebeu que era necessária uma missão mais ambiciosa, o que foi conseguido com a intervenção direta dos americanos quando, em dezembro de 1992, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou uma ofensiva militar ao país, que passou a ser conhecida por “Operation Restore Hope” (Harper, 2012a: 60).

Com cerca de 30.000 homens envolvidos, a UNOSOM II não conseguiu, no entanto, os resultados esperados. Em junho de 1993, a milícia controlada pelo general Aideed provocou o assassinato de mais de 20 capacetes azuis do contingente paquistanês que se encontrava no terreno. A resposta do comandante americano, que se encontrava à frente da “Operation Restore Hope”, foi declarar guerra ao general Aideed (Harper, 2012a: 61). Em outubro de 1993, no seguimento de uma tentativa de capturar Aideed em Mogadíscio, dois helicópteros americanos Black Hawk foram abatidos e centenas de somalis perderam a vida, assim como 19 militares americanos (Brutton & Norris, 2011: 7), sendo que alguns destes militares acabaram por ser arrastados ao longo das ruas de Mogadíscio. As imagens chocaram o público americano e forçaram o Presidente Bill Clinton a mandar regressar as suas tropas, abandonando o terreno em março de 1994. Com a saída dos Estados Unidos, a ONU ficou sem capacidade de manter a segurança da missão, acabando também por se retirar do país no início de 1995 (Harper, 2012a: 61).

Isto não significou que a comunidade internacional desistisse da Somália, mas passou a ter uma ação mais indireta, designadamente através de várias tentativas de criar um governo nacional para o país e organização de várias conferências de paz, levadas a cabo em países vizinhos (Harper, 2012a: 64). Em 2004, estas conferências resultaram na criação

do TFG (Transitional Federal Government) (Brutton & Norris, 2011: 8), que foi evoluindo até ao Governo Federal que existe atualmente, mas este tema será desenvolvido no próximo ponto deste capítulo.

Numa altura de puro caos na Somália, começaram a surgir formas alternativas de se conseguir alguma ordem e lei no país. Os tribunais baseados na aplicação da Sharia emergiam em algumas zonas como únicos provedores dessa mesma ordem. Apesar do seu poder estar inicialmente limitado a pequenas áreas, estes começaram a ganhar força e acabaram por se unir numa aliança - a União dos Tribunais Islâmicos (UTI) (Harper, 2012a: 80).

Em fevereiro de 2006, no seguimento de uma vaga de assassinatos e raptos, dá-se um novo acontecimento que iria influenciar a história do país. Com o alegado apoio da CIA, é criada a Aliança para a Restauração da Paz e Contra o Terrorismo (ARPCT) liderada por senhores da guerra favoráveis aos Estados Unidos. Este acabou por constituir o inimigo necessário para que a UTI, e o seu braço armado, a Al Shabaab, se comesçassem a afirmar. O confronto entre ARPCT e a UTI culminou com a derrota dos primeiros e início da ascensão dos segundos (Dias, 2010: 87).

Em 2006, e durante os seis meses em que se manteve no poder, a UTI conseguiu um nível de ordem que a Somália não conhecia desde a queda de Siad Barre, ao mesmo tempo que providenciava alguns serviços básicos que beneficiavam a comunidade (Harper, 2012a: 9), o que lhes trouxe um sério apoio popular, apesar da aplicação estrita da sharia que advogavam. Eles desarmaram as milícias, principalmente em Mogadíscio, e reabriram portos e aeroportos, criando condições para o estabelecimento de novos negócios (Moller, 2007: 29).

Não obstante esta aparente estabilidade trazida pela UTI, a Etiópia e os Estados Unidos nunca se apresentaram confortáveis com a ascensão ao poder destes elementos. A Etiópia, principalmente devido às ligações que a UTI tinha com grupos opostos aos interesses etíopes na região e parcerias que pareciam desenvolver com o archi-inimigo da Etiópia, a Eritreia. Os Estados Unidos, sobretudo pela presença de líderes radicais islâmicos no grupo, como era o caso de Adan Hashi Ayro (Moller, 2007: 30), líder do grupo na altura.

No final de 2006, os receios deste extremismo levam uma Etiópia maioritariamente católica, apoiada indiretamente pelos Estados Unidos, a decidir invadir a Somália. Uma invasão que rapidamente derrotou a UTI (ICG, 2012a: 3) mas que, como iremos ver no capítulo II, foi determinante para o fortalecimento da Al Shabaab que, nesta altura, se emancipou e passou a constituir-se como a principal força de oposição à ocupação etíope, conseguindo travar o seu avanço para o sul do país. Em janeiro de 2009, os etíopes abandonam o país e, apesar de terem conseguido alcançar o objetivo de acabar com o

controlo da UTI, não conseguiram travar a expansão de um islamismo mais violento na Somália, pelo contrário.

Outro evento de relevo quando analisamos a história mais recente do país foi a criação, em 2007, da AMISOM, uma missão de manutenção da paz da União Africana (UA), cujo principal objetivo era apoiar a implementação do TFG (Brutton & Norris, 2011: 8). Até há pouco tempo atrás, esta missão, constituída apenas por militares do Uganda, Burundi e Djibouti, era considerada como completamente ineficaz no cumprimento dos seus propósitos. Muitas vezes associada a casos de corrupção e violação dos direitos humanos, esta força conseguia apenas manter a segurança do TFG numa pequena área que controlava em Mogadíscio.

No que diz respeito a eventos ainda mais recentes e determinantes no contexto somali, o ano de 2011 verificou dois acontecimentos que voltaram a colocar a Somália nas agendas internacionais. O primeiro diz respeito à crise humanitária, resultante principalmente de um período de seca intensa na região. A Somália não foi o único país atingido pela seca e fome no Corno de África, mas foi o único cuja assistência humanitária se tornou praticamente impossível devido aos problemas de insegurança que se faziam sentir, deixando a sua população extremamente vulnerável.

Segundo a Human Rights Watch, a somar às condições naturais pouco favoráveis, registaram-se vários abusos e violações de direitos humanos das várias partes envolvidas no conflito, desde as forças da AMISOM, às do TFG, às etíopes e à Al Shabaab (HRW, 2011) e houve vários casos de desvio da assistência humanitária. De facto, todos os habitantes que fugiam de áreas controladas pela Al Shabaab referiam a proibição do grupo relativamente à assistência humanitária estrangeira. Atualmente, as Nações Unidas consideram que a situação de fome está controlada mas, mesmo assim, estimam que haja 3.8 milhões de somalis em risco e a necessitem de assistência básica e, destes, 2.1 milhões a sobreviverem apenas graças à ajuda humanitária internacional, sendo que muitas destas pessoas são internamente deslocadas (IDP's) (UNOCHA, 2012: 5).

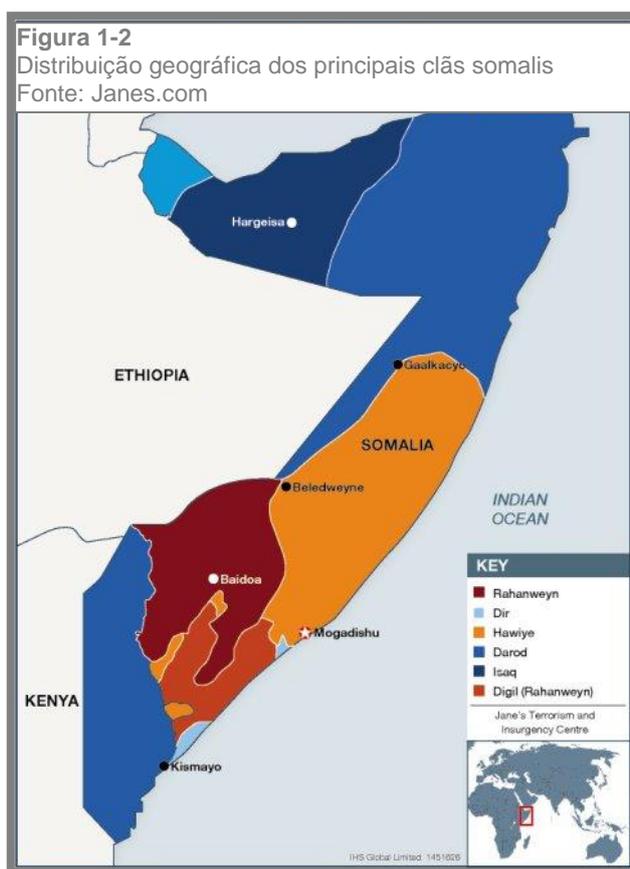
Outro evento importante que se deu em 2011, e cujas consequências imediatas têm sido um recuo considerável da Al Shabaab na Somália, bem como um reforço efetivo das posições da AMISOM e do TFG, foi a invasão do Quênia. Os ataques levados a cabo com granadas em solo queniano, supostamente por insurgentes somalis, o fluxo de refugiados somalis em solo queniano, mas principalmente a alegação de que a Al Shabaab era a responsável por uma série de raptos de ocidentais no Quênia, que punham em causa o turismo do país, foram as justificações apresentadas para a invasão da Somália (The Economist, 2011). Em outubro de 2011, o Quênia lançou a operação "Linda Nchi" (Protege a Nação), cujos militares se juntaram posteriormente à AMISOM, reforçando substancialmente a missão da UA que, desde então, tem vindo a incrementar os seus resultados.

1.2. Estrutura social e economia do país

Apesar de fazer parte do continente africano, a Somália nunca se reconheceu como africana, identificando-se muito mais com o mundo árabe (Harper, 2012a: 14). Ao contrário da maioria dos restantes Estados africanos, a Somália é um país muito homogêneo no que diz respeito às etnias, religião e costumes. Encontra-se, no entanto, dividido através de um outro critério, os clãs. Através da sua linhagem, os somalis identificam-se com determinados clãs e sub-clãs, numa estrutura que depois acaba por também se relacionar com o território (Moller, 2007: 16). Os clãs e sub-clãs são determinantes para a identidade somali. Desde muito cedo, as crianças são ensinadas a memorizar e recitar a sua genealogia, até cerca de 20 ou mesmo 30 gerações atrás (Black & Schaefer: 2011). De facto, os clãs vão-se subdividindo em sub-clãs, numa divisão contínua e dinâmica, chegando mesmo ao nível familiar (Harper, 2012a: 11).

Há seis clãs principais na Somália. Destes, quatro – Darod, Dir, Hawiye e Isaaq – conhecidos coletivamente como os Samaale, partilham laços linguísticos e culturais muito fortes, e constituem cerca de 75% dos grupos étnicos somalis. Os restantes dois clãs – Digil e Rahan – mais localizados no sul do país, normalmente conhecidos por Digil-Mirifle, juntos perfazem outros 20% dos somalis (Hesse, 2010c: 249). A restante população é constituída por minorias, designadamente os Bantu e os Jareer, maioritariamente descendente de escravos, que são marginalizados pelos restantes somalis. Há ainda as comunidades árabes, os Benadiri, também eles minoritários e presentes essencialmente nas regiões costeiras (Harper, 2012a: 16).

Este sistema complexo acaba por ser determinante quando queremos perceber a política do país, os senhores da guerra e mesmo os que normalmente consideramos como terroristas. A própria Al Shabaab tem que saber gerir estas dinâmicas, mesmo no que diz



respeito ao recrutamento estrangeiro¹ (Black & Schaefer, 2011). No passado houve algumas tentativas de separar o Estado da estrutura dos clãs. Siad Barre chegou a aprovar legislação que proibia o uso dos nomes dos clãs nos partidos políticos (Moller, 2007: 18), no entanto, os clãs continuam a definir a forma como os somalis se organizam e relacionam.

Apesar de culturalmente homogênea, é importante salientar que a Somália não é uma sociedade unida em torno de uma nação, o que acaba por minar qualquer projeto de governo central. Para além disso, e apesar de ser difícil apresentar números concretos seja do que for na Somália, estima-se que cerca de 60 a 70% da população seja nómada, ou tenha alguma afiliação nómada. Mesmo os somalis que vivem nas cidades idealizam este estilo de vida (Harper, 2012a: 21), um tipo de vida que acaba por condicionar as formas de subsistência da população.

Economicamente, a Somália apresenta uma série de problemas decorrentes de décadas de conflito e colapso das instituições nacionais (AFDB, 2010: 4). O seu PIB per capita de 284 USD é o quarto pior do mundo, a taxa de incidência de pobreza é de 61% nas zonas urbanas, 80% no mundo rural e 73% no geral (UNDP, 2012: 25).

Paralelamente, grande parte do país é árido e muito pouco favorável à prática da agricultura, aparecendo como únicas exceções as regiões junto aos dois principais rios do país, o Juba e o Shabelle. No entanto, a pecuária parece ser um setor que vai conseguindo alguns resultados positivos, com redes de distribuição que vão pelo mar até à Península Arábica, e por terra até ao Quênia e outros países da região. Todavia, este setor é visto como precário. Para além das secas, a Arábia Saudita, por exemplo, impõe restrições periódicas às importações de gado da Somália (Harper, 2012a: 16-19), o que limita o sucesso do setor.

Mas nem tudo é mau no que concerne a economia do país, os cerca de 1,2 mil milhões de USD anuais de remessas da diáspora somali acabam por contribuir para uma série de investimentos privados informais em atividades comerciais, hotéis, educação, saúde, transportes e telecomunicações (AFDB, 2010: 4). Não deixa também de ser interessante verificar que a Somália é um dos países mais desenvolvidos em África no que diz respeito a sistemas de telecomunicações e cobertura dos mesmos. A título de exemplo, a Hormuud Telecom Somalia Inc., uma das maiores companhias deste setor a operar no país, formada em 2002 por cerca de 600 investidores, emprega atualmente 4.000 funcionários e as suas vendas rondam os 40 milhões de USD por ano. A somar às telecomunicações é ainda de referir o desenvolvido setor dos media e multimédia. Há atualmente cerca de 26 rádios e

1 Os 20 somalis que deixaram Minneapolis, nos Estados Unidos, para combater pela Al Shabaab eram maioritariamente descendentes do sub-clã Harti, assim como outros somalis/americanos que morreram na Somália por este grupo, o que leva a crer que o recrutamento estaria a ser efetuado com base nas linhagens dos clãs (Black & Schaefer: 2011).

estações de televisão a operar em Mogadíscio e nas cidades e arredores da capital (Nuxurkey, 2012).

Todavia, em termos de desenvolvimento, o país encontra-se ainda muito atrasado. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD / UNPD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para a Somália, de 2012, devido a uma gritante discriminação e violência sexual, casos de mutilação genital feminina, acesso a recursos, oportunidades, poder e processos de decisão, o país é o segundo pior do mundo para uma mulher viver, batido apenas pelo Afeganistão. A somar a estas situações, as taxas de desemprego são extremamente preocupantes, assim como o acesso à educação e a cuidados de saúde básicos. A esperança média de vida no país é de apenas 50 anos, e o desemprego ronda os 54%, um número que chega aos 67% quando consideramos apenas os jovens entre os 14 e 29 anos, não sendo assim de admirar que este último relatório do PNUD se foque essencialmente na juventude do país (UNDP, 2012).

1.3. Pirataria

Atualmente não se pode estudar a Somália sem mencionar a pirataria, principalmente quando se fala cada vez mais em eventuais ligações com os extremistas da Al Shabaab. Com cerca de 3.025 Km de costa marítima e a instabilidade interna que vigora no país, este tem-se mostrado uma plataforma preferencial para ataques de pirataria que ultrapassam a Bacia da Somália e o Golfo de Áden, apanhando a costa do Iémen, Quênia, Tanzânia e mesmo o Canal de Moçambique onde, em dezembro de 2010, foi sequestrado o navio da empresa espanhola Pescamar, o *Veja V*.

Cerca de 73% dos somalis vivem com menos de 2 USD por dia. Devido à insegurança, privações e limitado acesso a cuidados de saúde, a esperança média de vida é de apenas 50 anos, e o desemprego é um dos problemas do país, principalmente entre os jovens. A geração entre os 14 e os 29 anos de idade compreende 42% da população e, destes, 67% encontram-se desempregados. A exclusão desta faixa etária, bem como os ressentimentos e falta de voz que têm, levam a que haja uma grande frustração por parte de uma fação da população que, desta forma, pode facilmente levar ao escalar do conflito e da situação de segurança do país (UNDP, 2012). Devido à falta de oportunidades, estes jovens facilmente enveredam pelo crime, ou pelos grupos militantes islâmicos.

A somar a estas características, a combinação de rivalidades entre os clãs, corrupção, proliferação de armas, extremismo e impunidade que vigora no território funcionam como fatores facilitadores do crime na Somália, principalmente em Puntland e na região central do país. Uma atividade criminosa que se alastrou para o mar (Gilpin, 2009). De facto, a análise

custo-benefício de ser pirata num país em que as oportunidades de emprego são tão diminutas e a insegurança tão dramática, parece compensar que se enverede por esta forma de atividade.

O argumento de que a pirataria tem a sua origem na tentativa de os somalis, através de uma guarda costeira improvisada, procurarem fazer frente à exploração ilegal dos recursos piscatórios do país é comumente utilizado pelos piratas e aceite por vários meios de comunicação social ocidentais. No entanto, Stig Jarle Hansen (2011), apresenta um argumento diferente, e mais coincidente com o contexto somali, em que defende que a grande motivação da pirataria na Somália é o lucro.

Este autor advoga que, apesar de não se poder negar que efetivamente há navios pesqueiros de outros países a explorar de forma ilegal os recursos somalis, a pirataria não se preocupa muito em combatê-los. Os alvos destes homens não tendem a ser navios pesqueiros, mas sim embarcações cujo resgate tenderá a ser mais rentável, como navios mercantes de grande dimensão ou petroleiros. Adicionalmente, a indústria pesqueira, que supostamente estaria a ser defendida, só sai prejudicada por esta atividade, uma vez que muitos dos pescadores tornaram-se piratas, abandonando a sua anterior profissão (Hansen, 2011).

No entanto, é de ter em conta que, apesar da imensa costa marítima, e ao contrário do que seria de esperar, os somalis não são um povo muito orientado para a pesca. Mesmo em períodos de seca, em que os alimentos eram escassos, os somalis sempre se mostraram renitentes em alimentarem-se à base de peixe, o que também acaba por abrir caminho para que outras potências se aproveitem dos recursos marítimos do país (Harper, 2012a: 20).

As zonas mais problemáticas em termos de pirataria na Somália são os arredores das cidades costeiras de Eyl e Garaad, em Puntland, e nas urbes de Hobyó e Harardhere, na zona central do país. Há inclusive relatórios que mencionam o envolvimento de membros do governo e altos funcionários públicos de Puntland na pirataria, o que facilita a atuação destes elementos nestas regiões (Gilpin, 2009). Afinal de contas, estes carecem de um ambiente permissivo em terra que lhes possibilite a obtenção de mantimentos, material e boas condições de saída para o mar, ao mesmo tempo que permite o regresso com os navios pirateados, uma vez que a captura não se limita aos reféns e à carga, inclui também a embarcação. Um navio pirateado pode ficar meses fundeado ao largo da costa somali e isso implica um apoio logístico em terra, assim como condições de segurança.

Por norma, um pirata é um indivíduo na casa dos 20 anos, com pouca educação, desempregado, com origem maioritariamente dos clãs Hawiye e Darood. Operam

habitualmente em grupos de quatro ou cinco pessoas em cada *skiff*², efetuando os ataques com pouco mais do que algumas Ak-47, RPG's, armas brancas e umas escadas. Apesar da maioria dos navios pirateados constituírem alvos de oportunidade, acredita-se que alguns dos grupos piratas recebem informação (rotas, horários, carga, tripulação, etc) dos portos da região e funcionários do governo, de forma a não partirem para o mar completamente em branco (Gilpin, 2009). Para além disso, o financiamento destas atividades vai muito além da Somália, havendo dinheiro dos resgates a ser lavado nos mais importantes centros financeiros do mundo (House of Commons, 2011).

O capital conseguido com os resgates acaba por entrar na economia da Somália através do pagamento de serviços, aquisição de bens alimentares, viaturas e investimentos no setor imobiliário, dinamizando a atividade económica juntos aos principais centros ligados à pirataria. Não obstante, não há investimentos em infraestruturas ou serviços públicos e há sempre a possibilidade de estes capitais serem redirecionados para senhores da guerra, com potenciais consequências negativas em termos de perpetuação do conflito (Gilpin, 2009).

No que concerne às consequências para a economia mundial, estas são ainda mais gravosas. Há cerca de 33.000 navios mercantes a transitar anualmente no Golfo de Áden (West, 2012), navios que têm as suas taxas de seguro agravadas graças à pirataria e gastos acrescidos com as equipas de segurança privada, que são cada vez mais comuns. Adicionalmente, muitas empresas optam por evitar percorrer o Golfo de Áden, preferindo rotas alternativas mais onerosas em termos de tempo e combustível, o que acaba por ter um impacto negativo também a nível regional (Gilpin, 2009).

Para além dos custos económicos, não nos podemos também desprezar os custos humanos. Apesar dos reféns, resultantes da pirataria da Somália, serem encarados como uma mercadoria valiosa, que não compensa aniquilar, isto não quer dizer que vivam confortavelmente durante o período em que se encontram capturados. Há vários relatos de reféns que são usados como escudos humanos, vítimas de maus tratos e mesmo tortura (Harper, 2012a: 163).

² As skifs são pequenas lanchas rápidas que permitem uma aproximação em velocidade aos navios atacados. Há igualmente casos de grupos piratas a sequestrarem navios pesqueiros de maior dimensão, habitualmente conhecidos por *dhow*s, com o objetivo de os utilizarem como navios-mãe de apoio logístico de forma a puderem atacar mais longe de costa e fazer face a condições meteorológicas adversas (West: 2012), principalmente durante os períodos das monções. Não obstante, esta não tem sido uma tática tão utilizada como inicialmente se previa que fosse ser, provavelmente devido aos custos de manutenção que implicam, não só os relacionados com o navio em si, mas também com a tripulação da embarcação que fica refém.

Apesar disso, 2012 assistiu a uma redução significativa dos ataques piratas oriundos da Somália. Se em 2010 e 2011 houve uma média de cerca de 150 navios alvos de ataques, em 2012 registaram-se apenas 49 ataques em águas somalis (IMB, 2012: 5). Até ao dia 07 de fevereiro de 2013, havia apenas registo de um ataque na Somália em 2013, sete navios capturados e 113 reféns, números muito abaixo do normal em anos anteriores. Há vários motivos avançados para esta redução. Um dos principais é, sem dúvida, a utilização de equipas de segurança privada a bordo dos navios mercantes. Não há registo de navios capturados que tivessem estas equipas embarcadas. A adoção das BMP's³ por parte das companhias marítimas é outra das medidas que leva a uma maior ineficácia por parte dos piratas (Gardner, 2012), bem como a presença de navios estrangeiros em operações de luta contra a pirataria na área. Para além da Operação Atalanta, com unidades navais de marinhas europeias, ou da Operação Ocean Shield da NATO, há vários países em missões nacionais a operar isoladamente na área, como é o caso dos russos, dos chineses, dos iranianos e dos indianos, entre outros.

Outro dos motivos enunciados para a diminuição da pirataria foi a criação da PMPF (Puntland Maritime Police Force), que teve algum sucesso na captura de piratas, na destruição de algumas das suas bases de apoio ao longo da costa e no controlo de algumas rotas de abastecimento logístico (West, 2012). No entanto, esta força, financiada maioritariamente por fundos dos Emiratos Árabes Unidos, sempre esteve envolta em polémica, principalmente devido ao facto de estar a ser edificada e treinada por empresas de segurança privada sul-africanas de reputação duvidosa. Atualmente, acredita-se que o financiamento desta força esteja em causa, o que levanta uma questão preocupante relacionada com o facto dos seus efetivos, treinados pelos sul-africanos, tenham que enveredar por outras linhas de atividade caso os seus salários fiquem comprometidos, designadamente a pirataria ou os grupos radicais islâmicos (New York Times, 2012).

Mas o que tem preocupado a comunidade internacional nos últimos anos são as eventuais ligações que os piratas possam ter com a Al Shabaab. Em 2009, um apontamento do *Jane's* falava da possibilidade de os piratas estarem a providenciar treino marítimo à Al Shabaab, enquanto o grupo extremista islâmico estaria a usar as capacidades dos piratas para o tráfico de armas (Alessi & Hanson, 2012).

³ As BMP's (Best Management Practices) consistem numa série de medidas que os navios mercantes devem levar a cabo com o objetivo de evitar, deter ou adiar um ataque pirata em áreas consideradas de risco (MSCHOA: 2011). Incluem, por exemplo, a utilização de arame farpado para evitar a subida dos piratas a bordo, medidas evasivas em caso de ataque, as cidadelas (espaços onde as tripulações se podem recolher, em segurança, aguardando a chegada de auxílio), etc.

Atendendo à componente marítima dos ataques terroristas de novembro de 2008, em Bombaim, bem como a eventualidade de haver redes logísticas de grupos terroristas a servirem-se do mar, principalmente no que concerne transporte de material, lícito e ilícito, as eventuais sinergias entre estes dois grupos levantam cada vez mais preocupações (Stevenson, 2010: 31). Numa zona com um tráfico marítimo de navios comerciais tão acentuado e com a proximidade do Canal do Suez e do Estreito de Bab al Mandeb, pontos favoráveis a um eventual ataque terrorista, como aliás já aconteceu contra o navio de guerra americano *USS Cole*, e o navio mercante *Limburgh*, nas águas do Iémen, estas preocupações não são assim tão descabidas. O receio de que os piratas poderiam estar a passar os seus conhecimentos do mar e logísticos para os terroristas, é sem dúvida uma ameaça. Todavia, até à data, não foram apresentadas provas concretas sobre estas relações que, a existirem, serão mercenárias e não tanto políticas ou ideológicas

Há inclusive autores que defendem que, principalmente, devido às diferenças entre os clãs - a Al Shabaab mais relacionada com os clãs de Mogadíscio e sul da Somália, e os piratas mais com os clãs da Somaliland e Puntland - o relacionamento entre ambos não é tão fácil como se pode pensar. Para além disso, enquanto a Al Shabaab tem ligações com combatentes estrangeiros e tenta atenuar as relações entre clãs, os piratas baseiam-se exatamente nas relações que têm com os seus clãs, dando prioridade a esse tipo de ligação sobre qualquer outra. Outra divergência entre ambos tem a ver com o facto de os piratas serem homens de negócios, cujo principal objetivo é o lucro (Cohn, 2010) o que pode ficar comprometido se forem associados a terroristas. A própria resposta da comunidade internacional quando estes são apanhados, ou quando os combate, pode tornar-se mais musculada em caso de haver suspeitas de associação ao terrorismo, o que não é do interesse dos piratas.

1.4. Situação política

Desde a queda de Siad Barre que o único exemplo de sucesso na tentativa de se conseguir estabelecer alguma ordem na Somália foi a UTI e, mesmo essa, nunca conseguiu efetivamente afirmar-se como um governo central durante os poucos meses em que esteve no poder. Todavia, a comunidade internacional sempre se mostrou ávida em formar uma estrutura governativa nacional que conseguisse transformar a Somália num Estado funcional, pelo menos de acordo com os parâmetros ocidentais.

O TFG, uma das últimas experiências e das que chegou mais longe, foi mais um dos frutos destes esforços da comunidade internacional. Concebido em 2004, no seguimento de

difíceis negociações no Quénia lideradas pelo IGAD⁴ (Intergovernmental Authority on Development) (ICG, 2008: 2) e muita pressão internacional, o TFG não parecia, no entanto, muito promissor logo à partida (Menkhaus, 2007: 2). As estruturas criadas não exerciam qualquer tipo de controlo em solo somali, governando a partir do Quénia por não se considerar segura a realocização para a Somália. Esta acabou por acontecer apenas em 2006, graças à proteção etíope, e não em Mogadíscio, mas sim em Baidoa. Só no seguimento da invasão etíope é que o TFG se conseguiu transferir no início de 2007 para a capital do país (Moller, 2007: 23) e, mesmo depois disso, ficou sempre dependente da segurança que a AMISOM lhe providenciava nas diminutas parcelas de território que conseguia controlar.

A somar a estas circunstâncias, o TFG era encarado como uma estrutura fantoche de Adis Abeba, dominado pelos seus aliados (Prendergast, 2008: 7). Ainda em 2012, num relatório de fevereiro, a International Crisis Group (ICG) referia-se ao TFG como mal estruturado, resistente a reformas, invadido por casos de corrupção e a operar em conjunto com um parlamento demasiado numeroso e dividido. Considera-se igualmente o executivo mal dividido entre o poder do Presidente e o do Primeiro-Ministro, principalmente devido a falhas estruturais da Transitional Federal Charter (TFC) (ICG, 2012a: 6).

O próprio sistema de quotas⁵ dos clãs em que se baseou a criação do TFG e do TFP (Transitional Federal Parliament) nunca pareceu agradar a todos os que se encontravam representados no processo (ICG, 2008). Um problema que se agrava quando falamos na criação de forças de defesa e policiais, havendo sempre o receio de que haja um clã predominante nestas instituições (ICG, 2012a: 9).

Em setembro de 2011, no seguimento de um encontro internacional sob a égide das Nações Unidas, foi estabelecido um *roadmap*, um plano que passaria o processo político da Somália para outro nível, que pusesse fim ao longo caminho de transição que se vivia desde 2004 (UN, 2011). Neste encontro foi definido que, até ao dia 20 de agosto de 2012, as TFI's⁶ (Transitional Federal Institutions) dariam lugar a estruturas definitivas.

4 O IGAD é uma organização regional cujos membros são o Djibouti, a Etiópia, o Quénia, a Somália, o Sudão, Sudão do Sul e o Uganda, sendo que a Eritreia suspendeu a sua participação em 2007.

⁵ A fórmula 4.5. em que foi baseada a legislatura consiste na atribuição de um número igual de lugares para cada um dos quatro principais clãs (Rahanweyn, Dir, Hawiye e Darood) e apenas meio lugar atribuído às restantes minorias. Desta forma, quando o TFP foi criado em 2004 com 275 membros, cada um dos destes quatro clãs teve direito a 61 assentos, enquanto que uma aliança de minorias mantinha 31 lugares (UNDP, pp.21: 2012).

⁶ Criadas de acordo com a Transitional Federal Charter, são constituídas pelo TFP (Transitional Federal Parliament) e pelo TFG, que inclui o Presidente de transição, o primeiro-ministro de transição e o conselho de ministros (Global Security: 2012)

O *roadmap* para a transição, fortemente apoiado pela UA (União Africana), Nações Unidas, Estados Unidos e Reino Unido⁷ (Mosley, 2012: 1), implicava desta forma a elaboração de uma Constituição para o país, a criação de um novo parlamento, um governo federal efetivo e a nomeação de um novo presidente e primeiro-ministro. Neste seguimento, em agosto de 2012, o primeiro parlamento em mais de 20 anos foi empossado em Mogadíscio, marcando o fim de um período de transição de oito anos. A sua principal função era eleger um novo Presidente (BBC, 2012b).

Em setembro de 2010, Hassan Sheikh Mohamud venceu esta eleição quando a maioria dos deputados do parlamento votaram contra o Presidente Sheikh Sharif Sheikh Ahmed, no poder desde 2009. Alguns analistas defendem que ganhou a vontade pela mudança, até porque a anterior presidência estava envolvida em vários escândalos de corrupção. Não obstante, a própria nomeação dos parlamentares decorreu em polémica. Por não existirem condições de segurança para levar a cabo eleições que permitissem o escrutínio popular, os deputados, que posteriormente elegeram o presidente, foram escolhidos pelos anciões dos vários clãs que apoiam este processo, havendo várias denúncias de subornos e nomeações baseadas apenas nos laços familiares (CBC, 2012).

A eleição de Hassan Mohamud de entre 22 candidatos, um ativista político moderado, com trabalhos desenvolvidos em várias ONG's (Organizações Não Governamentais) e na UNICEF, e considerado um académico (Ibrahim, 2012), é vista por alguns com esperança e por outros com as reservas de quem já não acredita neste processo na Somália. Em outubro de 2012, Hassan Mohamud deu mais um passo no processo de *peacebuilding* do país quando nomeou o seu primeiro-ministro. Abdi Farah Shirdon, um economista com um negócio de sucesso no Quênia, foi o escolhido para ocupar esta posição (Karimi, 2012). Como políticos recentes, ambos têm a reputação de estarem à parte das voláteis políticas de clãs (Aljazeera, 2012), o que pode ser positivo. A comunidade internacional tem depositado muitas esperanças nestas novas estruturas que deixam agora de ser transitórias. Os próprios Estados Unidos, pela primeira vez desde 1991, reconheceram que existe um governo efetivo na Somália (New York Times, 2013).

Outro momento simbólico neste processo foi a criação de uma nova Constituição para o país. Aprovada em agosto de 2012, este evento foi descrito por Ban Ki-moon como um feito histórico para a Somália. Apoiada pelo ex-presidente Sheikh Ahmed, pelo primeiro-ministro da altura, pelo líder do parlamento, por dois líderes regionais e pelo líder da mais importante

⁷ Foi um dos principais impulsionadores da Conferência de Londres em fevereiro de 2012, onde a comunidade internacional reforçou o apoio ao *roadmap* para a transição e à AMISOM, prometeu uma melhor coordenação da assistência humanitária e decidiu-se sobre novas medidas de combate à pirataria, designadamente no que diz respeito a levar os piratas a julgamento (BBC, 2012a).

milícia sufista, a nova Constituição é muito ambiciosa, designadamente no que diz respeito aos direitos políticos, direitos das mulheres, acesso à educação e condenação da mutilação genital feminina. Todavia, se no papel tudo parece perfeito, na prática é a opinião de alguns especialistas que esta não está minimamente adequada à realidade somali (Harper: 2012b). Não obstante, tem que se começar por algum lado, como tal a aprovação de uma Constituição que defenda os direitos humanos é um avanço político positivo para um país como a Somália.



Não esquecendo estes desenvolvimentos, há que ter em conta que quando falamos em todos estes progressos, não estamos a incluir a região de Somalilândia ou regiões controladas pela Al Shabaab. Apesar de a Somália ter como objetivo funcionar como um verdadeiro Estado federalista, a Somalilândia, ao contrário de Puntlândia, que não tem como objetivo a independência relativamente à Somália, pretende ser reconhecida como um Estado independente. De facto, os níveis de estabilidade que apresenta, as instituições políticas viáveis que governam o país, a reconstrução da região usando apenas recursos locais, constituem sucessos apenas enevoados pelo

facto da comunidade internacional não reconhecer a Somalilândia como independente, bem como as disputas territoriais que ainda mantém com Puntlândia (Mesfin, 2009).

2. AL SHABAAB: UM GRUPO TERRORISTA?

Quando se tenta perceber se um país e um grupo podem estar a operar como facilitadores para movimentos tradicionalmente considerados como terroristas, torna-se essencial estudar o grupo em análise, neste caso a Al Shabaab, numa tentativa de perceber as dinâmicas por trás desta organização e se esta se enquadra, ou não, na categoria de grupo terrorista à luz das várias teorias em análise.

2.1. O que se entende por terrorismo

O terrorismo está longe de ser um conceito recente. Utilizado para descrever os assassinos de Hasan ibn Sabah durante o século XI, a Inquisição, o Ku-Klux-Klan, as Brigadas Vermelhas, as FP-25, entre muitos outros, este conceito foi sendo empregue, com frequência, ao longo dos séculos. No entanto, foram os ataques da Al Qaeda, a 11 de setembro de 2001, que trouxeram uma visibilidade acrescida ao fenómeno, assumindo-se como uma das principais “novas ameaças” no século XXI (Martins, 2010: 7), e dando um novo ênfase à discussão existente relativamente à delimitação e definição do que consideramos como terrorismo.

Os próprios Estados Unidos da América que, com o Presidente Bush filho, declararam aberta a “Guerra contra o Terrorismo”, têm várias definições. O Departamento de Estado, o Departamento de Defesa e o FBI, só para dar alguns exemplos, não seguem a mesma definição. A nível das organizações internacional, como as Nações Unidas, a União Europeia (EU), a Rússia, a China ou mesmo a NATO, também existem definições diferentes do conceito (Garcia, 2010: 190-192). A nível académico há várias interpretações do que deve ser considerado terrorismo. Terrorismo Internacional, Terrorismo Político, Terrorismo de Estado, Terrorismo Religioso, são apenas algumas das variadas tipologias existentes, muitas das quais sobrepostas, paralelas e com apenas ligeiras diferenças conceptuais, por vezes quase incompreensíveis.

As definições existentes são muitas vezes vagas ou parciais. Algumas focam-se essencialmente no modo de atuação, outras nas motivações, no *modus operandi* (Ganor, 2002), nos objetivos, nos alvos, etc. Consoante é o foco da abordagem, varia a interpretação efectuada. O coronel Vieira Borges, por exemplo, enuncia alguns critérios de delimitação do que podemos considerar como terrorismo: o objeto (ligado diretamente à violência); os sujeitos (que, inclusive, podem ser o Estado); os alvos (principalmente civis desarmados, não combatentes ou bens comuns de cariz simbólico); e os objetivos

(essencialmente políticos) (Borges, 2006). No entanto, como o autor salienta, cada um destes pontos levanta alguns problemas de delimitação.

Já Jean-Marc Sorel acredita que deve ser feita uma distinção relativamente a: como é que o ato foi perpetrado e as suas consequências; quem levou a cabo a ação; e porque é que foi efetuado o ataque. Ele reconhece, no entanto, que as causas, motivações e, conseqüentemente, a legitimidade da ação são as que reúnem menos consenso, dificultando a qualificação dos perpetradores (Sorel, 2003: 368).

Alguns autores defendem que um consenso relativamente à definição de terrorismo não é exequível, até porque está sempre presente uma dicotomia de visões (ISN, 2011: 2), uma interpretação moral que depende de quem está a efetuar a análise. O cliché “one man’s terrorist is another man freedom fighter” é um facto incontornável nesta análise. Durante a ocupação da França, por exemplo, os que eram chamados de terroristas pelos alemães facilmente se transformaram em libertadores com o fim da guerra (Sorel, 2003: 366). A definição depende sempre daquele de quem o ponto de vista está a ser representado, seja uma pessoa, instituição ou Estado.

Assim, a visão do que é o terrorismo e um terrorista torna-se ainda mais confusa se passarmos da leitura de autores considerados ocidentais, para autores islâmicos, embora por vezes haja uma convergência de abordagens. O major-general Rafiuddin Ahmed, do Islamabad Policy Research Institute, por exemplo, defende que o mais importante é perceber as causas que levam ao terrorismo. Para Ahmed, nem todos os terroristas são fanáticos ou assassinos impiedosos, a maioria é guiada pelo desespero, por não conseguirem lutar de forma alternativa contra a repressão de um Estado, grupo étnico ou nacionalista, ou uma ordem mundial com a qual não se identificam. Todos têm uma causa que, pelo menos para eles, é uma causa justa pela qual vale a pena lutar (Ahmed, 2001: 5), o que acaba por lhes trazer alguma legitimidade. São essas causas que, para Ahmed, devem ser o principal objeto de estudo. Já para Boaz Ganor, israelita, os fins não justificam os meios (Ganor, 2002).

Uma outra abordagem é a do general Carneiro Martins, que defende a necessidade de se distinguir entre ação terrorista, terrorismo e grupo terrorista (“grupo, alegadamente político, que elege a ação terrorista como forma única ou, no mínimo, largamente predominante, da sua prática de violência”) (Martins, 2010). Adicionalmente, o general Carneiro Martins define dois tipos essenciais de terrorismo: o terrorismo de Estado e o terrorismo privado que, ao contrário do primeiro, pressupõe que os perpetradores estejam fora do aparelho de Estado. Este último subdivide-se ainda em três outros tipos:

- Guerrilheiro, que é uma forma de terrorismo que não é praticada por grupos terroristas, mas decorre de ações terroristas contra o aparelho de Estado ou contra uma potência invasora ou colonizadora;

- Autônomo, que é dirigido contra o Estado, ou mesmo contra a sociedade em geral, “praticados por grupos que, por fazerem do terrorismo a sua forma exclusiva, ou largamente dominante, são considerados grupos terroristas (...). Devido à grande margem de apoio popular que conseguem, tendem a transformar-se em guerrilha”;
- Um terceiro terrorismo que se dá não contra o Estado, mas contra minorias (Martins, 2010: 17-19);

Uma outra perspectiva que tem vindo a ganhar lugar no seio dos debates académicos, e que surgiu no seio da comunidade ocidental, é uma nova corrente de pensamento denominada por “Critical Studies of Terrorism” (CST), derivada da crescente insatisfação de alguns académicos relativamente ao debate que se vinha a produzir, designadamente no que à procura de uma definição diz respeito, que faz com que muitos autores acabem mesmo por usar o termo sem nunca o chegarem a definir (Gunning et al, 2007: 3-4).

Estes académicos defendem que as análises efetuadas nesta área tendem a ser pobres na pesquisa e demasiado dependentes em fontes de informação secundárias, em vez de primárias. Para além disso, principalmente depois do 11 de setembro, há uma tendência para caracterizar os terroristas como o “mal”, o que acaba por ser um ponto de partida antiético em qualquer investigação científica, que deve pressupor uma crítica menos moralizante (Gunning et al, 2007: 5).

Ademais, os académicos do CST advogam que os tradicionais estudos sobre o terrorismo tendem a focar-se na Al Qaeda, no terrorismo islâmico e nos conflitos do Médio Oriente, com uma visão muito virada para os estudos sobre a segurança e as relações internacionais. Eles defendem uma abordagem mais multidisciplinar e o enfoque noutras questões igualmente importantes, como é o caso do impacto da “Guerra Contra o Terror”, o Terrorismo de Estado, etc. A somar a esta situação, grande parte da investigação feita nesta matéria tem o financiamento ou apoio, mesmo que indireto, dos Estados, o que condiciona uma análise mais imparcial (Gunning et al, 2007).

Os académicos dos CST questionam igualmente a utilidade do próprio conceito de terrorismo, referindo que é constantemente utilizado em casos que pouco têm a ver uns com os outros, como é o caso do Unabomber, da Al Qaeda ou do Hamas. Não obstante, sustentam que o conceito está de tal forma enraizado nas estruturas políticas e espaços académicos, que o seu abandono não é viável, mesmo por parte dos CST. No entanto, para estes autores, é necessário desconstruir o conceito e desafiá-lo (Gunning et al, 2007).

Para eles, o terrorismo não é uma ideologia ou forma de política em si mesma, mas sim uma ferramenta empregue com um fim político por determinados atores. Assim, não existe terrorismo, mas sim o uso instrumental do terror por parte de atores que em determinadas alturas aplicam métodos terroristas, mas que podem não ser terroristas, o que justifica que muitos homens considerados em tempos como terroristas tenham chegado a

ganhar o nobel da paz, como é o caso de Mandela ou Yasser Arafat. Os CST acreditam também que as diferenças entre terrorista e defensor da liberdade, entre atores estatais e não-estatais, entre outras, são demasiado rígidas e não devem ser aplicadas cegamente (Gunning et al, 2007: 18-22).

A dificuldade de definição do conceito de terrorismo acarreta uma série de limitações quanto à ação legislativa e punitiva, à cooperação internacional, às ações dirigidas sobre as populações, ou Estados que apoiem o terrorismo, e mesmo quanto ao que passa na comunicação social (Borges, 2006). A definição torna-se essencial para perceber a natureza do ato e conseguir combatê-lo eficazmente (ISN, 2011: 2).

Não é objetivo deste estudo apresentar aqui mais uma definição, mas sim tentar compreender as diferentes abordagens ao conceito. No entanto, tendo em conta as diferentes perspetivas, é possível identificar aqui alguns elementos muito gerais e transversais à maioria destas abordagens com o objectivo de definir algumas linhas orientadoras para a análise da Al Shabaab que será efetuada ao longo deste capítulo:

- O objetivo final do terrorismo é político, mesmo que haja motivações religiosas, económicas, ambientais, ou outras, por trás, o objetivo primordial é político;
- Presume um ato de violência premeditado;
- As vítimas imediatas são principalmente civis, ou não combatentes;
- O terrorismo é teatro e, como uma peça de teatro, deve ser encarado como uma representação deliberada para uma audiência mais alargada por forma a obter a atenção, passar uma determinada mensagem aos atores desejados (U.S. Army, 2007: 2);
- Pressupõe a intimidação, o terror e coação de uma audiência que vai além das vítimas imediatas, de forma a influenciar um governo ou Estado a alterar uma determinada posição.

2.2. A origem da Al Shabaab

A Al Shabaab foi formada nos anos 90 como uma ala militante da UTI. Nesta altura, o grupo era uma força constituída por poucos elementos, mas efetiva na concretização das suas missões, com alguns líderes dedicados à *jihad*, alguns dos quais com experiência no Afeganistão (Menkhaus, 2010: 36). Foi constituída inicialmente com antigos elementos da AIAI (Al Itihaad al Islamiya), uma organização islâmica somali formada, na década de 80, por um grupo de somalis wahhabis educados no Médio-Oriente que lutavam contra o governo do ditador Siad Barre.

Em 2005, acreditava-se que o grupo tivesse cerca de 400 homens, constituindo dessa forma a unidade de luta mais expressiva em Mogadíscio que, na altura, ainda se encontrava muito dividida entre os vários senhores da guerra. A Al Shabaab mostrou-se decisiva em derrotar a coligação de milícias apoiadas pelos Estados Unidos em 2006, a ARPCT, e, mais tarde, em apoiar a UTI quando estes assumiram o poder nesse ano. Durante o período em que a UTI se manteve no poder, a Al Shabaab foi a principal responsável pelo controlo de Mogadíscio, bem como de algumas zonas a sul do país (Menkhaus, 2010: 36).

Com a invasão da Etiópia e a queda da UTI, a maioria dos elementos da Al Shabaab fugiu para o interior do país, mas rapidamente se reagruparam, tornando-se no principal grupo opositor à ocupação etíope. O grupo começou então a transformar-se de uma milícia que respondia às direções de uma liderança política, para passar a atuar autonomamente (Menkhaus, 2010: 36). No que diz respeito a evolução deste grupo, a invasão etíope foi, sem dúvida, o grande ponto de viragem. Antes da invasão eram apenas uma pequena parte da UTI, funcionando como uma milícia, um braço armado da UTI. Foi a invasão etíope que provocou a alteração da ideologia, do recrutamento, da estratégia, etc. (Wise, 2011: 4).

Como líder da resistência contra a ocupação etíope e fervorosos nacionalistas, a Al Shabaab detinha um forte apoio popular, principalmente junto da população do sul da Somália, o que lhe permitia o controlo de grandes parcelas de território e infligir sérios danos ao TFG. Entre 2007 e 2008, o grupo levou a cabo uma sangrenta campanha de guerrilha contra a ocupação militar etíope, mormente através de emboscadas, colocação de IED's (Improvised Explosive Device) e assassinatos (Wise, 2011: 3). Mas quando a Etiópia abandonou o país, a Al Shabaab perdeu duas das coisas a que se opunha e que de certa forma definiam a sua luta: a ocupação etíope e a oposição ao líder do TFG - Abdullahi Yusuf Ahmed, que acabou por resignar naquela altura (Menkhaus, 2010: 36).

O grupo virou, desta forma, cada vez mais a sua atenção para outro inimigo que justificava a sua existência, a missão de manutenção da paz da UA, a AMISOM, cujos militares do Burundi e do Uganda passaram a ser alvos constantes do grupo, considerados infiéis e fantoches controlados pelo ocidente (Menkhaus, 2010: 36). Também a liderança civil do TFG era um alvo permanente, designadamente através de ataques suicidas (Wise, 2011: 4). Para além disso, mantiveram uma das justificações ideológicas que lhes assegurava a manutenção do apoio popular: o estabelecimento da lei islâmica, a sharia, como a lei da Somália enquanto Estado (Dias, 2010: 88).

Principalmente a partir de 2008, a Al Shabaab esforçou-se por reforçar os laços existentes com a Al Qaeda, tentando mostrar-se como um dos braços da organização na sua luta global contra o ocidente. Uma alteração da sua retórica que se viu operacionalizada com os ataques em Kampala, no Uganda, os primeiros ataques que o grupo efetuou fora do território nacional (Wise, 2011: 4). No dia 11 de julho de 2010, a Al Shabaab levou a cabo

dois ataques suicidas coordenados contra um restaurante e um clube desportivo, que provocaram 74 mortos e 50 feridos de várias nacionalidades, que se encontravam a assistir à transmissão do jogo da final do Mundial de Futebol, entre a Espanha e a Holanda (Siza, 2010). Estes ataques marcam, a meu ver, um ponto importante na evolução da Al Shabaab, que passou a ser encarada como uma maior ameaça a nível regional e internacional e cada vez menos como um problema apenas somali.

Todavia, a caracterização do grupo enquanto unidade não é fácil, há mesmo vários autores a defender que não podemos considerar a Al Shabaab como um ator homogéneo, pelo contrário. Uma das fraturas existentes no seio do grupo desde sempre é, aliás, a divisão entre os que defendem que a Al Shabaab se deveria restringir à luta nacional, na Somália, e aqueles que, por sua vez, acreditam que o grupo deve ter um papel na *jihād* global. Se é relativamente pacífico identificar a origem do grupo, não nos podemos esquecer que ainda hoje eles se encontram em mutação, com estas fendas ideológicas em constante debate interno. A invasão do Quênia e consequentes recuos territoriais que a Al Shabaab tem vindo a sofrer nos últimos meses serão igualmente situações que levaram, e levarão, a uma nova evolução do grupo, que poderá passar por uma nova aposta nas táticas de guerrilha de *hit and run*, muito à semelhança das estratégias insurgentes usadas no Afeganistão.

2.3. Recrutamento

Para manter as suas possibilidades de sucesso, qualquer alegado grupo terrorista pressupõe a renovação das suas fileiras através de processos variados de recrutamento (Martins, 2010: 62). Tradicionalmente, os motivos de adesão a estas organizações são variados, todavia, podemos dizer que, por norma, estão associados à revolta com condições sociais degradantes, humilhações culturais, sentimentos de injustiça, desigualdades, xenofobia, etc. O recrutamento tende a ser direto, em que o elemento a recrutar é contactado diretamente, sobretudo nas mesquitas ou nas escolas corânicas (madrassas), ou indireto, muito utilizado pela Al Qaeda. No segundo, não existe uma abordagem inicial, mas há uma atuação com vista a influenciar crenças e sentimentos que favoreçam o recrutamento, através da divulgação de cassetes de vídeos, da internet, dos media, etc (Garcia, 2010: 207-212). O carácter espetacular dos atentados terroristas, que acabam por potenciar sentimentos de orgulho e vingança, tem aliás ajudado a um aparente incremento das possibilidades de recrutamento de novos militantes islâmicos (Martins, 2010: 33).

No caso da Al Shabaab, o grupo tem focado os seus esforços de recrutamento tanto a nível local/nacional, como internacional, principalmente no que à diáspora diz respeito. Se,

enquanto braço armado da UTI, constituíam uma pequena força armada, com a invasão etíope houve a necessidade de reforçar as fileiras do grupo. A invasão deu um novo ímpeto aos esforços de recrutamento da Al Shabaab que, na altura, se assumia como uma organização nacionalista com capacidade de lutar contra o inimigo invasor. Durante o conflito com a Etiópia, a maioria dos voluntários do grupo eram jovens, com pouca educação, que pretendiam acima de tudo defender a sua família e o seu país, aparecendo o nacionalismo como principal motivação para se juntarem à Al Shabaab. No espaço de um ano, o grupo teve um *boom* de recrutamento que lhe permitiu passar de uma pequena milícia para uma força de resistência poderosa por toda a Somália (Wise, 2011: 5).

Não obstante, com o retirar das forças etíopes, a Al Shabaab ficou debilitada no que diz respeito à capacidade de encontrar justificações ideológicas com poder de mobilização, mesmo no seio do grupo. De facto, internamente, o apoio popular à Al Shabaab nem sempre é constante. A população nem sempre apoia os ataques e formas de luta que o grupo adota, designadamente os ataques bombistas suicidas. O ataque de dezembro de 2009, durante a cerimónia de Graduação na Universidade de Mogadíscio, a destruição de túmulos de santos sufis, as formas de punição do grupo face ao incumprimento das práticas islâmicas de inspiração wahhabista (amputações, apedrejamentos, etc) (Dias, 2010: 88-89) ou mesmo o desvio ou controlo da assistência humanitária, são exemplos de ações da Al Shabaab que lhes custam o apoio popular.

Apesar de eles ainda recrutarem muitos elementos em território nacional, fazem-no agora cada vez mais através da coação, quer seja através de ameaças, ou através de pagamentos (Wise, 2011: 9), mostrando-se os salários ao fim do mês como uma das principais motivações para a adesão ao grupo. A maioria destes jovens são recrutados pela força, possuem pouco treino militar e mostram-se muito propensos a desertarem. Para além disso, muitos pertenciam a clãs e fações de milícias e de senhores da guerra associados ao banditismo (Bruton, 2010: 12).

Talvez por isso a Al Shabaab se tenha vindo a virar igualmente para o recrutamento efetuado fora das fronteiras somalis. Um processo que tem vindo a ser facilitado pelos avanços nas tecnologias de informação. À semelhança de outros grupos alegadamente terroristas, eles têm-se vindo a voltar cada vez mais para a internet com o objetivo de recrutar estrangeiros, ou somalis da diáspora, motivados pela ideologia do grupo para se juntarem às fileiras de luta (Wise, 2011: 9).

A Internet é uma ferramenta cada vez mais utilizada por alegados grupos terroristas, tanto como ferramenta de propaganda, como para divulgar os seus métodos operacionais como o fabrico de explosivos, de armas químicas, IED's ou recrutamento (Martins, 2010: 61) e a Al Shabaab tem sabido integrar-se nestas dinâmicas. Desde 2008, que o seu braço para a comunicação social, a Fundação Kata'ib, criou uma série de websites que publicam com

frequência vídeos do conflito na Somália, retratando este conflito como uma luta que pertence a um espectro mais alargado de luta global (Wise, 2011: 7). A maioria destes sites tem mensagens em inglês de forma a passar a informação a potenciais recrutas ocidentais. Nos vídeos transmitidos, as histórias são contadas como se fossem reportagens, mas com um conteúdo claramente *jihadista*. Uma das reportagens mais conhecidas foi intitulada por “The Burundian Bloodbath: Battle of Daynile” e reporta uma batalha entre elementos da Al Shabaab e soldados do Burundi, da AMISOM. Enquanto outros relatos dos media davam a Al Shabaab em dificuldades nestes confrontos, a Kata’ib fazia passar a ideia de um massacre dos “african crusaders and their western masters” (Hitchens, 2012).

Contra as forças do Quênia, consideradas agora como um novo invasor desde que entraram no país no final de 2011, tem igualmente sido levada a cabo uma campanha no Twitter, que funciona também como instrumento de propaganda relativamente a eventuais recrutas, principalmente ocidentais, uma vez que a conta está em inglês. Através do Twitter, o grupo tem-se tornado mais acessível a eventuais seguidores, permitindo inclusive levar a cabo diálogos com outros utilizadores (Hitchens, 2012).

As novas tecnologias permitiram-lhes igualmente retratarem-se como mais uma frente na luta levada a cabo pela Al Qaeda, juntando seguidores do grupo terrorista internacional aos seus potenciais recrutas, numa altura em que o ideal nacionalista não tem a mesma força que tinha aquando da invasão etíope. Estes elementos vêm não só do Médio Oriente e África, mas também do Ocidente, incluindo alguns combatentes com experiência em conflitos islâmicos (Wise, 2010: 9), como é o caso do Afeganistão e Iraque.

A participação de muçulmanos emigrantes em países ocidentais, ou mesmo nacionais desses países descendentes de emigrantes, ou recém convertidos ao Islão, em operações terroristas, é cada vez mais uma preocupação do mundo ocidental (Martins, 2010: 35) e os seguidores da Al Shabaab incluem-se nesta ameaça. Talvez por isso, desde 2009, várias agências de segurança começaram a mostrar algumas preocupações relativamente ao receio da diáspora somali poder operar como uma fonte de recrutamento para o grupo. O último exemplo deste género foi a detenção de um militar do exército norte-americano, em janeiro de 2012, acusado de tentar juntar-se às fileiras deste grupo somali (Hitchens, 2012).

A diáspora somali está estimada em cerca de 1,5 milhões por todo o mundo, 150.000 dos quais habitam nos Estados Unidos. Muitos entraram no país como requerentes de asilo, numa tentativa de fugir do conflito e da fome, acabando a maioria por se estabelecer em áreas urbanas ocidentais com níveis elevados de criminalidade e pobreza (Richardson, 2011), onde muitas vezes se sentem alienados e discriminados pelo resto da sociedade. É este o caso do Minnesota, casa de uma grande comunidade somali de onde viajaram 20 jovens, entre 2007 e 2008, para lutarem pela Al Shabaab. Um dos quais, Shirwa Ahmed, tornou-se no primeiro bombista suicida americano num ataque em Hargeisa, Somaliland

(Menkhaus, 2009: 91). Apesar disso, nem todos os jovens da diáspora são radicais, ou marginalizados por esta sociedade. Alguns conseguem obter uma dupla nacionalidade, frequentar universidades, como foi o caso do ex-primeiro ministro somali Mohamed Abdullahi Mohamed, ou enveredar por carreiras empresariais de sucesso (Richardson, 2011).

Os combatentes estrangeiros representam, no entanto, apenas uma pequena percentagem dos combatentes do grupo mas são, por vezes, considerados como os mais duros, os mais comprometidos com a causa e os mais ativos operacionalmente (Wise, 2011: 9). Para além de Shirwa Ahmed, há vários casos de suicidas recrutados na diáspora. Em outubro de 2007, um somali / britânico estava entre os primeiros *jihadistas* ocidentais a morrer pela Al Shabaab quando se detonou junto a um checkpoint etíope próximo da cidade de Baidoa, provocando a sua morte e a de mais 20 militares inimigos (Hitchens, 2012). Em setembro de 2010, um dinamarquês / somali atacou o aeroporto de Mogadíscio numa operação suicida. Isto só para mencionar alguns casos.

Apesar da Al Shabaab continuar a levar a cabo recrutamentos locais, os que são efetuados no ocidente, principalmente junto da diáspora, são, sem dúvida, os que mais preocupam os governos ocidentais, principalmente os europeus e norte-americanos. A combinação de alienação, marginalização e exposição a interpretações mais radicais do Islão, juntamente com o sentimento de pertença que estes jovens alcançam ao associar-se a uma célula da Al Qaeda, ou outro grupo terrorista, podem efetivamente tornar-se numa mistura explosiva (Menkhaus, 2009: 83). Não obstante, no caso da Somália, estes recrutas têm, até à data, levado a cabo ataques em solo somali e não nos países Ocidentais.

2.4. Financiamento

Não é fácil sustentar um alegado grupo terrorista ou qualquer guerrilha. São necessários fundos para o pagamento dos soldos, para a aquisição de armamento, de munições, alimentação, transporte, alojamento, meios para efetuar ataques, manutenção de uma rede logística, etc. Se olharmos para a Al Qaeda, a título de exemplo, conseguimos perceber que os montantes envolvidos podem ser elevados. O ataque ao USS Cole, em 2000, terá custado apenas entre cinco e 10 mil dólares, mas os ataques de 11 de setembro já terão rondado os 500 mil dólares em despesas. As fontes de financiamento de um tradicional grupo terrorista podem passar por Estados, diásporas, refugiados, organizações religiosas, ONG's, fortunas pessoais, o zakat (esmola legal), ou mesmo o crime organizado (Garcia, 2010: 200-202), como aliás é o caso do AQIM na Argélia, cujos raptos em troca de resgates

ou ligações com redes de tráfico de drogas são conhecidos. A Al Shabaab não foge muito destes padrões.

Uma das formas que os alegados grupos terroristas, como é o caso da Al Shabaab, têm igualmente para se financiar são os chamados impostos de proteção. É comum, entre grupos terroristas que controlam determinados territórios, a prática de extorsão, designadamente através das chamadas redes de proteção, que funcionam como impostos cobrados principalmente a comerciantes e empresários, daquilo que eles denominam de “imposto revolucionário” (Martins, 2010: 62). De facto, a Al Shabaab é conhecida por cobrar taxas de passagem e de proteção nos territórios que controla, a empresários e mesmo agentes humanitários, desviando inclusive parte da assistência humanitária⁸ a favor do grupo (Kambere, 2012).

Outra das fontes de financiamento mencionadas, e que no caso da Al Shabaab é das mais problemáticas, é o envio de remessas da diáspora. A diáspora pode estar a patrocinar atividades terroristas através do envio de remessas para familiares na Somália que, por sua vez apoiam o terrorismo, ou mesmo diretamente através do envio de fundos para a Al Qaeda ou a Al Shabaab, designadamente através do sistema de transferência de dinheiro hawala⁹ (Moller, 2007: 15-16).

Esta situação não é, aliás, de todo inédita. Em 2001, no seguimento de uma investigação do FBI, os Estados Unidos desmantelaram o sistema Al Barakaat, uma espécie de sistema hawala que funcionava como a melhor forma de enviar dinheiro dos EUA para a Somália, através dos Emiratos Árabes Unidos, designadamente para a AIAI. Aparentemente esta organização utilizava a logística do Al Barakaat para transferências de capital, pagamento dos seus operacionais e mesmo tráfico de armas (Greenburg, 2002). Apesar do Al Barakaat ter sido desmantelado, continuam a existir outras formas informais de enviar fundos para a Somália. O facto é que as remessas da diáspora somali operam como uma das principais fontes de financiamento de qualquer atividade ou investimento efetuado no país, como tal é natural que também a Al Shabaab beneficie desta forma de obtenção de capital.

Todavia, segundo alguns analistas, a Al Shabaab encontra-se atualmente com algumas dificuldades financeiras decorrentes de uma série de constrangimentos e perdas de

⁸ No verão de 2011, no pico da seca e da crise humanitária que atingiu a região, os Estados Unidos chegaram a bloquear a assistência humanitária que providenciavam ao país, por acreditar que esta estaria a ser desviada pelo grupo, ao mesmo tempo que os trabalhadores humanitários eram cada vez mais alvos de extorsões, ataques e raptos por parte da Al Shabaab evitando que esta assistência chegasse às populações mais necessitadas.

⁹ Trata-se de um sistema informal de transferência de dinheiro muito utilizado pelas diásporas de países islâmicos, ou em Estados sem um sistema bancário formal de qualidade.

território desde que o Quênia invadiu a Somália e juntou as suas forças às da AMISOM. Duas das principais perdas do último ano foram o mercado de Bakara, em Mogadíscio, e o porto de Kismayo, no sul do país. Através do mercado de Bakara, o maior do país, a organização cobrava taxas por todas as mercadorias e negócios que ali eram transacionados, o que constituía uma séria fonte de rendimento, até terem sido expulsos pelas forças do TFG e da AMISOM, em julho de 2012 (Kambere, 2012).

Por sua vez, o controlo do porto de Kismayo foi uma das principais vitórias das forças quenianas, em setembro de 2012. Barawe, Marka, mas principalmente Kismayo, eram os portos que mais rendimento traziam ao grupo. Por Kismayo passavam grande parte das importações de arroz vindas do Paquistão e as exportações de bens primários, como é o caso do gado (camelos, ovelhas e cabras), carvão e khat¹⁰ dos Estados do Golfo. O carvão, designadamente, apesar do embargo das Nações Unidas de fevereiro de 2012¹¹, é uma das principais exportações do país e grande parte destas transações passavam pelo porto de Kismayo, onde a Al Shabaab cobrava impostos e direitos alfandegários (Kambere, 2012).

No que diz respeito a apoios por parte de outros Estados, o nome que mais aparece é o da Eritreia, que alegadamente funciona como o principal apoiante regional do grupo, principalmente devido ao facto de terem um inimigo comum, a Etiópia. Não obstante, estas alegações nunca foram confirmadas, tendo sido sempre negadas pelas autoridades da Eritreia. Mas o TFG já tem vindo a acusar outros Estados, como é o caso do Qatar, do Irão, da Arábia Saudita e da Síria (Kambere, 2012). Todavia, acredita-se que o grupo tenha vindo a perder algum do seu financiamento do Médio Oriente e Norte de África em consequência das convulsões internas em muitos destes Estados, decorrentes da Primavera Árabe (Roble, 2011).

As alegadas dificuldades financeiras que o grupo tem sofrido, constituem um revés nas suas atividades e no seu recrutamento. Têm sido relatadas falhas nos stocks de munições e armamento mas, ainda mais importante, têm havido relatos de falta de pagamento dos soldos dos operacionais do grupo, o que constitui um revés nos processos de recrutamento, ao mesmo tempo que pode significar um abandono da Al Shabaab por parte de alguns elementos que optam desta forma por se juntarem antes às fileiras do TFG (Roble, 2011).

Atendendo a estas falhas de financiamento, tem sido pedido cada vez mais aos habitantes das zonas ainda controladas pelo grupo que contribuam com dinheiro e alimentos para o movimento. Muitos agricultores destas áreas têm mesmo que pagar pela água que utilizam para irrigar os seus campos cultivados, havendo inclusive homens da Al Shabaab

¹⁰ O khat é uma planta que cresce em vários países daquela região. Os habitantes destes Estados costumam mascar as suas folhas devido aos efeitos estimulantes que proporcionam.

¹¹ Resolução 2036 (2012) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

junto a poços e rios para impedir que essa água seja utilizada por quem não pague o imposto devido. Paralelamente, existe ainda uma taxa pela terra cultivável (Roble, 2011). Situações que fazem com que o grupo perca grande parte da sua base de apoio popular.

A somar a estas fontes de financiamento são ainda de referir algumas organizações de caridade islâmica, outras organizações terroristas, principalmente como consequência do vínculo existente com a Al Qaeda, e empresários somalis de sucesso (Kambere, 2012), sendo cada vez mais importante a aposta na propaganda do grupo com vista à obtenção destes financiamentos. À semelhança de outros alegados grupos terroristas, as ligações com o crime organizado são também muitas vezes referidas, designadamente as redes de tráfico de armas provenientes do Iémen com passagem em Puntland, em rotas já definidas e controladas por uma milícia denominada ATOM, com fortes ligações à Al Shabaab (Stratfor, 2012).

2.5. Organização hierárquica e gestão territorial

Há autores que defendem que a Al Shabaab não se pode considerar como um grupo homogêneo, podendo-se mesmo afirmar que qualquer entendimento entre líderes pode não influenciar o comportamento das várias células existentes. Algumas destas células aparentam mesmo ser milícias de sub-clãs que se juntam por motivos políticos, sem que haja uma motivação ideológica e nem sempre respondendo à liderança da Al Shabaab. Para além disso, mesmo os elementos do grupo que partilham a mesma ideologia e respondem à liderança do grupo atuam mais como uma milícia organizada do que como um movimento político (Menkhaus, 2008: 6).

Esta lacuna da organização faz com que eles nem sempre tenham capacidade para administrar os territórios que conquistam, acabando por deixar a sua administração mais corrente para as autoridades derivadas dos clãs (Menkhaus, 2008: 6). Não obstante, vêm-se muitas vezes obrigados a assumir funções administrativas nestes territórios. Apesar do grande foco do grupo ser a sua agenda militar, ao controlar grandes parcelas do território somali, estes vêm-se forçados a resolver problemas rotineiros de administração territorial, manter a ordem e o controlo das populações destes territórios (Marchal, 2011: 4).

No que diz respeito ao controlo territorial este é normalmente operacionalizado através de uma Shura local, constituída por líderes locais próximos ao grupo, com o objetivo de tomar decisões e promover a resolução de problemas no seio da comunidade. Adicionalmente, a Al Shabaab tem feito algum investimento no ensino, saúde e sistema judicial. Na realidade, apesar de usarem essencialmente o medo como forma de controlar a população, eles acabam por resolver vários problemas destes setores (Marchal, 2010: 9),

conseguindo providenciar alguns serviços básicos que, de outra forma, nunca estariam disponíveis para os habitantes de algumas daquelas regiões.

Antes de ocupar um território, a Al Shabaab tende a levar a cabo um esforço considerável de relações públicas, através de discursos públicos e anúncios de rádio, tentando também chegar a acordo com os principais clãs locais. O grupo é mesmo conhecido por saber explorar os vários conflitos entre clãs, principalmente através do fornecimento de armamento e munições às fações mais frágeis, o que mais tarde acaba por dificultar qualquer oposição que os grupos mais fortes possam representar contra a Al Shabaab (Brutton, 2010: 11). Todavia, isto não significa que não encontrem oposição em muitos dos territórios que tentam controlar, o que os obriga com frequência a formarem alianças de conveniência que vão efetuando com outros grupos e milícias, como foi o caso do Hizbul Al Islam. Todavia estas parcerias tendem a ser voláteis, sendo comuns os desentendimentos relativamente a táticas e ideologia e consequentes separações (Brutton, 2010: 11).

Segundo Roland Marchal, académico francês que se tem dedicado ao estudo desta organização, atendendo à realidade somali, a Al Shabaab é considerada um grupo bastante burocrático. Os militantes da organização são obrigados a fornecer curriculum, identificação e telefones dos seus familiares, e os salários são pagos no dia 28 de cada mês. Marchal refere que a principal estrutura de liderança é a Shura, conselho supremo onde as decisões são tomadas por consenso. Aqui são discutidas as questões relacionadas com a organização do grupo, ideologia, política e estratégia militar. Não se sabe ao certo quais os elementos que constituem a Shura, nem quantos são os seus membros, mas há vários relatos que dão conta da existência de combatentes estrangeiros neste órgão de decisão. Um dos elementos que estará sempre presente nestas reuniões é Ahmed Godane, somali e atual líder do grupo, conhecido pelos anos que passou a combater no Afeganistão. Outra figura de peso é Ibraahim al-Afghani, também somali, mas com formação superior obtida no Paquistão e muito respeitado na sociedade somali (Marchal, 2011: 18-19).

A somar a este órgão há, aparentemente, uma série de ministérios ou gabinetes, criados para operacionalizar as decisões tomadas na Shura: o Maktabatu Difaa'is, equivalente ao Ministério da Defesa; o Maktabatu Amniat, equivalente ao Ministério da Segurança Interna e Informações; o Maktabatu Dawa's, que trata dos Assuntos e Orientações Religiosas; o Maktabatu Siyaasada, equivalente ao Ministério do Interior e por isso focado nas políticas e administrações locais; etc (Marchal, 2011: 21).

Quando falamos em controlo e organização territorial é também importante o papel da internet, das rádios e do canal de televisão controlado pelo grupo, que passam as mensagens ideológicas, mas também dão a conhecer as regras pelas quais a população se

deve reger (Marchal, 2011: 21), bem como as consequências de ir contra estas mesmas normas.

Para Roland Marchal, a estrutura burocrática da Al Shabaab deve ser levada mais a sério do que o Governo Federal, por exemplo. Esta reflete uma vontade em duplicar a organização de outros movimentos jihadistas, como é o caso da Al Qaeda. Para além disso, a presença dos combatentes estrangeiros na estrutura tem conseguido colmatar alguns constrangimentos típicos de outros grupos somalis como a força dos clãs, dos senhores da guerra e a corrupção, dando assim mais força à organização (Marchal, 2011: 23).

2.6. Papel da Religião

Apesar da grande maioria da população somali ser muçulmana, poucos são os que advogam um islamismo militante. Os somalis são muçulmanos há séculos e, na sua maioria, têm um historial de seguirem um islamismo sunita tolerante e moderado, respeitando outras formas religiosas. A maioria segue inclusive a corrente sufista do islão¹² (Harper, 2012a: 74)

Apesar disto, há antecedentes de um islão politizado e violento no país. Um dos exemplos mais conhecidos foi Seyyd Abdulle Hassan, grande defensor da *jihad* contra as forças coloniais no início do século XX. A sua poesia e ideais ainda hoje inspiram muitos somalis, principalmente devido à ligação que ele fazia entre nacionalismo e religião, que ainda se mantém relevante. Outro apologista de uma versão mais violenta do islão é o Sheik Hassan Dahir Aweys, que tem vindo a desempenhar um papel importante nos grupos religiosos somalis mais violentos desde os anos 90, designadamente na AIAI, e mesmo influenciando a Al Shabaab (Harper, 2012a: 76-77).

Os religiosos mais extremistas foram de facto uma das principais resistências à ditadura de Siad Barre. Ele entrou em choque com os líderes religiosos quando, em 1975, promulgou uma nova legislação para a família que, entre outras coisas, concedia mais direitos às mulheres. As vozes dos clérigos mais contrários a esta nova legislação foram abafadas pelo regime através do seu assassinato ou aprisionamento. A partir daqui, podemos dizer que a religião se tornou uma forma de resistência a Siad Barre. Com a queda da ditadura, houve uma explosão de grupos religiosos no país, no entanto as dinâmicas entre os senhores da guerra e clãs eram, na altura, mais relevantes (Harper, 2012a: 76).

A AIAI, de onde saíram grande parte dos combatentes iniciais da Al Shabaab e fundadores da UTI, foi um destes grupos, tendo sido criada devido à fusão de algumas

¹² A corrente sufista é considerada como uma dimensão mais mística e mais espiritual do islão. Talvez por isso haja muitos muçulmanos, e não muçulmanos, a considerar que o sufismo se encontra fora da esfera do islão.

organizações somalis que seguiam a corrente saudita Wahhabista¹³ do islão. De certa forma, a Al Shabaab é uma continuação da AIAI, pelo menos em termos ideológicos. Ambos os grupos advogam que a religião não deve ser separada da política, apresentando-se contra os não muçulmanos e as ordens islâmicas sufistas, de tal forma que a Al Shabaab chegou a destruir túmulos de santos sufistas importantes (Harper, 2012a: 77-78). Não é assim de admirar que a milícia Ahlu Sunna Wal Jama (ASWJ), uma milícia sufista com cerca de 1.000/2.000 homens, criada no seguimento da destruição destes túmulos para defender os ideais sufistas no país, se juntasse oficialmente às forças do Governo Federal em dezembro de 2012, para combater a Al Shabaab (Jamestown Foundation, 2012), recebendo também apoios da Etiópia.

Como parte da UTI, a Al Shabaab defendia a imposição da sharia. No entanto, até 2006, esta visão era colmatada por alguns rostos mais moderados da União, que defendiam que o foco da UTI deveria ser trazer estabilidade ao país e não os objetivos religiosos. A Al Shabaab via-se assim refreada pela influência moderada de alguns elementos da UTI, mas com a invasão etíope e divisão entre os dois, esta influência deixou de ser tão significativa, com grande parte dos elementos mais brandos a fugirem para outros países. Sem estas vozes mais moderadas, a Al Shabaab passou a estar controlada por alguns dos elementos mais extremistas e a estar empenhada na aplicação rígida da sharia, banindo filmes, músicas, desportos e punindo crimes com apedrejamentos, amputações e decapitações (Wise, 2011: 4-5).

Apesar disto, na altura da invasão etíope, a Al Shabaab viu-se obrigada a afirmar-se como um movimento nacionalista, em vez de religioso, uma vez que era esse o argumento que, na altura, face à invasão, mais apoio popular reunia (Wise, 2011: 5). No entanto, a Al Shabaab, como já foi dito, não é um grupo completamente homogéneo, havendo algumas fraturas internas tanto em termos ideológicos, como de clãs. Ainda hoje há no seio da

¹³ O Wahhabismo é visto como uma forma puritana de interpretação do islão sunita. Seguido principalmente na Arábia Saudita e no Qatar, a palavra Wahhabismo deriva do nome de um estudioso muçulmano chamado Muhammad bin Abd al Wahhab, que viveu na Península Arábica durante o século XVIII. Atualmente este termo é utilizado para descrever um movimento islâmico sunita que visa purificar o Islão de inovações e práticas que constituam um desvio aos ensinamentos do Profeta e dos seus companheiros.

O financiamento de sauditas wahhabistas a mesquitas, madrassas e caridades com ligações à Al Qaeda, tem vindo a levantar alguns receios no mundo ocidental de que esta ideologia possa estar a ser usada pelos seus militantes para servir os seus propósitos políticos (Blanchard: 2008).

O wahhabismo foi importado para a Somália nos anos 80, por via das caridades sauditas presentes no país (Johnson: 2011).

organização os que defendem uma visão mais religiosa, com a *jihad* global a aparecer como mais relevante, e outros que defendem uma visão mais nacionalista.

Não obstante, o grupo tenta fazer passar a mensagem de que a sua luta é religiosa. Num dos seus vídeos publicados, o Shaykh Muhammad Rage, um dos porta-vozes da Al Shabaab declara mesmo:

“we also want the Muslims know that this is a war between iman (belief) and Kufr (unbelief), between Islam and Christianity (...) it is obligatory upon the Muslim people as a whole to stand by and support the Holy Qur’na”.

Rage faz esta declaração num vídeo em que aparecem mortos soldados do Burundi, da AMISOM, um dos quais com uma bíblia e uma cruz que alegadamente trazia consigo (Hitchens, 2012).

Mary Harper conseguiu, em 2011, uma entrevista com o líder islamita Sheikh Hassan Dahir Aweys, atual líder do Hizbul Al Islam¹⁴, com quem a Al Shabaab mantém uma aliança de conveniência. Na entrevista, Aweys defende que se encontram a lutar por três motivos essenciais: porque o seu país tinha sido invadido; porque se encontram impedidos de praticar os seus costumes religiosos; e pela criação de um Estado islâmico (Harper, 2012a: 90).

Nos territórios controlados pela Al Shabaab, as mulheres são obrigadas a usar vestidos de tecidos grossos e véus a cobrir os rostos, os telemóveis da população são esmagados pelos membros do grupo se tiverem toques musicais e as pessoas acusadas de adultério são enterradas na areia e apedrejadas pela multidão. Para além disso, as populações não podem ouvir música, nem assistir a provas desportivas na televisão. Os rapazes e raparigas são separados nas escolas, onde os militantes da Al Shabaab se deslocam uma, ou duas vezes por semana, para pregar sobre a importância da *jihad*. Numa tentativa de recrutar mais jovens, os líderes religiosos do grupo procuram assim passar a mensagem de que lutar pela *jihad* é uma obrigação religiosa, e quem não o faz não é um verdadeiro muçulmano (Harper, 2012a: 71-73 e 92).

Também a Al –Kataiba, mormente através do seu canal de televisão, passa constantemente vídeos e reportagens de grandes encontros religiosos e de ruas cheias de pessoas a rezar, ajoelhando-se de forma rítmica. No que diz respeito à diáspora, os apelos religiosos também surtem o seu efeito. Como já foi referido, muitos jovens somalis encontram-se marginalizados nas sociedades ocidentais, sem qualquer sentimento de

¹⁴ Trata-se de uma outra milícia islâmica somali. Apesar de este grupo ter uma aliança com a Al Shabaab, a sua ligação não é constante ou estável, tratando-se de uma aliança de conveniência que pode facilmente terminar.

pertença à comunidade. A *jihad* acaba por lhes trazer esse sentimento de pertença, excitação e propósito (Harper, 2012a: 94 e 101).

A religião pode não ser a única motivação por trás deste grupo. Como já foi mencionado, mesmo no seio da organização, há quem tenha visões diferentes da ideologia que se deve seguir. No entanto, parece-me justo afirmar que uma visão mais extremista do islão está presente na forma como a Al Shabaab se apresenta e atua, quer seja pela imposição restritiva da sharia nos territórios que controla, pelos discursos inflamados dos seus líderes, pela defesa da *jihad* global, pelos ataques aos sufistas ou pelas ligações à Al Qaeda, como vamos ver no ponto seguinte.

2.7. Ligações com a Al Qaeda

A colaboração entre grupos terroristas de países diferentes não é uma coisa recente, mas com a emergência da Al Qaeda esta tornou-se mais comum e estruturada. A Al Qaeda tem inclusive vindo a afirmar-se como coordenador e patrocinador do terrorismo islâmico internacional, no que se pode considerar uma tentativa de unificar o mundo islâmico numa mesma entidade político religiosa regida pela sharia. A Al Qaeda atua hoje como um fenómeno transnacional, uma organização de comando que inspira outros grupos em todo o mundo, estabelecendo contactos, transmitindo orientações, dando treino e apoio logístico (Martins, 2010).

A Al Shabaab possui ligações à Al Qaeda, não há dúvidas quanto a isso, a extensão das mesmas é, no entanto, questionável, havendo opiniões divergentes entre alguns dos autores que estudam o grupo. Alguns advogam que os vínculos são mais ideológicos, outros defendem que a orientação e apoio logístico, designadamente em termos de armamento e treino, são uma realidade. Há inclusive autores que chamam a atenção para a possibilidade de alguns dos combatentes estrangeiros presentes na liderança do grupo, designadamente na Shura, pertencerem à Al Qaeda, principalmente depois da morte de Aden Hashi Ayro¹⁵ e da liderança cada vez mais consolidada de Abdi Godane, notório simpatizante do grupo terrorista internacional.

Também são conhecidos vários casos em que elementos da UTI, e mais tarde a Al Shabaab, ofereceram santuário a operacionais da Al Qaeda da África de Leste (Wise, 2011: 7). Em setembro de 2009, um operacional sénior da Al Qaeda, Saleh Ali Saleh Nabhan, foi mesmo morto no sul da Somália por forças americanas. Nabhan era um nacional queniano procurado pelas suas ligações com os atentados bombistas de 1998, contra as embaixadas

¹⁵ Antigo líder da Al Shabaab.

do Quênia e da Tanzânia, e os ataques de Mombaça de 2002. Mas este não foi um caso isolado (Boucek et Menkhaus, 2010).

Desde 2007 que os líderes da Al Shabaab reclamam a sua afiliação com a Al Qaeda (New York Times: 2012), havendo quem defenda que a utilização de suicidas e explosivos por parte da organização somali vem exatamente da influência de combatentes estrangeiros, e principalmente de elementos da Al Qaeda no grupo (Wise, 2011: 7-8). Em 2009, a Al Shabaab chegou a publicar um vídeo intitulado "At Your Service Osama" em que juravam fidelidade à Al Qaeda. Nesse mesmo ano, Bin Laden publicou igualmente um vídeo encorajando a insurgência somali. No entanto, só em fevereiro de 2012, ao fim de alguns anos de galanteios de ambas as partes, é que esta afiliação foi efetivamente oficializada através de um vídeo de 15 minutos publicado pela Al Qaeda, em que Godane jura fidelidade à Al Qaeda, e Ayman al Zawahiri, o homem que substituiu Bin Laden na liderança do grupo internacional, confirma esta ligação oficialmente (Hourel: 2012):

"Today, I have glad tidings for the Muslim Ummah that will please the believers and disturb the disbelievers, which is the joining of the Shabaab al-Mujahideen Movement in Somalia to Qaidat al-Jihad, to support the jihadi unity against the Zio-Crusader campaign and their assistants amongst the treacherous agent rulers," disse al Zawahiri.

Esta oficialização da aliança entre os dois grupos pode trazer alguns benefícios à Al Shabaab em termos de obtenção de financiamento e legitimidade junto da comunidade terrorista islâmica internacional. De facto, a Al Shabaab, através da sua máquina de propaganda, tem vindo a publicar vários vídeos com declarações de alguns dos seus mais altos representantes, a aclamar os líderes da Al Qaeda, saudando os esforços dos combatentes da organização internacional noutros teatros de operações e culpando os Estados Unidos e Estados ocidentais pela opressão do mundo islâmico (Wise, 2011:).

Para a Al Qaeda, as vantagens na afiliação com a Al Shabaab podem passar por uma questão de marketing, tentando mostrar que o grupo ainda recolhe simpatizantes em várias partes do mundo, designadamente num país através do qual pode perpetrar vários ataques no Corno de África. Mas dá também à organização um acesso a uma comunidade que se tem mostrado simpática aos ideais religiosos proclamados pelos dois grupos e à *jihad* global, a diáspora somali nos países ocidentais, como nos Estados Unidos e no Reino Unido (Berger, 2012).

Não obstante, esta ligação pode igualmente ter um efeito adverso na Al Shabaab, tendo o potencial de alienar fações somalis mais interessadas na luta nacionalista do que na *jihad* ou terrorismo internacional (ICG, 2012a: 4) e mesmo fações da população que pouco se identificam com este islamismo militante.

Embora se acredite que a Al Qaeda não encare a Somália como umas das suas principais bases de operações, os militantes da Al Shabaab não escondem a sua admiração pela organização terrorista internacional, publicitando constantemente as ligações existentes. No entanto, é complicado estabelecer a profundidade destas relações (ICG, 2008: 15).

2.8. Al Shabaab: um grupo terrorista?

Há cada vez mais analistas contrários à utilização do termo terroristas, e é também comum confundirem-se grupos terroristas com organizações de guerrilheiros, não sendo sempre fácil a distinção, uma vez que ambos se inserem num tipo de luta clandestina, irregular e assimétrica, principalmente se excluirmos da equação o terrorismo perpetrado por Estados. O facto de os guerrilheiros pressuporem um reconhecimento internacional e a existência de motivações que podem ser consideradas legítimas, e os terroristas não, traz igualmente um novo constrangimento a esta distinção. No caso da Al Shabaab esta confusão parece mais do que legítima.

O general Carneiro Martins, por exemplo, apresenta algumas diferenças entre estas duas categorias que podem ajudar a efetuar esta separação. A primeira diferença diz respeito ao combate que o guerrilheiro empreende essencialmente contra as forças de segurança e de defesa governamentais, enquanto o terrorista atua preferencialmente contra alvos não armados, designadamente através de suicidas e explosivos armadilhados à distância (Martins, 2010: 75). Outra distinção é o facto de a guerrilha pressupor uma motivação e estrutura política, aparecendo como braço armado dessa mesma estrutura política, enquanto as organizações terroristas raramente ultrapassam a sua vocação militar. Para além disso, o general Martins refere que a guerrilha será sempre mais numerosa em termos de efetivos e tem como principal área de atuação o espaço rural, enquanto os terroristas preferem as cidades, uma vez que não necessitam de bases territoriais, nem grupos numerosos (Martins, 2010: 76).

Utilizando os factores de distinção acima apresentados ao caso da Al Shabaab podemos ver que a Al Shabaab é efetivamente mais numerosa que um grupo terrorista, foca-se muito nos ataques às forças de defesa e de segurança governamentais, atua, principalmente depois da invasão do Quênia, muito no espaço rural e, muito por força dos territórios que controla, tem estruturas políticas fortes.

No entanto, se recordarmos alguns dos fatores referidos no ponto 2.1 deste capítulo, como factores chave para identificar um grupo terrorista, também aqui há uma convergência. A Al Shabaab tem uma motivação política forte, que é a implementação de

um Estado islâmico regido pela sharia na Somália, bem como a *jihad* global. A Al Shabaab ataca forças governamentais, sim, mas também leva a cabo outro tipo de ataques, mais simbólicos, mais teatrais contra não combatentes, de forma a passar uma mensagem para outros atores que não as vítimas diretas do ataque. Vejamos o exemplo dos ataques de Kampala, no Uganda, em 2010. O objetivo destes atos de violência premeditada foi claramente causar o medo, o terror, de forma a influenciar estes governos a alterar a sua posição de assistência ao TFG, uma tática tipicamente associada a terroristas.

Para além disso, se considerarmos a forma como a Al Shabaab se financia, como efetua o seu recrutamento, como se justifica ideologicamente, designadamente através da religião e da evocação da *jihad* global, e como se relaciona com outras organizações terroristas transnacionais, a sua definição como grupo terrorista parece exequível. Na realidade, quando em março de 2008, os Estados Unidos a classificaram oficialmente como uma organização terrorista estrangeira, o consenso internacional parece ter passado a ser o de considerá-los efetivamente como grupo terrorista.

Não obstante, este não é um consenso sem reservas ou sem contestação, e é um facto que a denominação do grupo como terrorista pode ser limitativo, na medida em que pode levar a uma análise demasiado simplista. No caso da Al Shabaab esta não é uma distinção pacífica, principalmente se a corrente nacionalista começar a ganhar mais força na organização, em detrimento da visão de Godane¹⁶, mais extremista em termos religiosos e apologista da integração do grupo na *jihad* global, em conjunto com outros grupos terroristas internacionais, como é o caso da Al Qaeda.

¹⁶ Actual líder do grupo

3. SOMÁLIA: EXEMPLO DA INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ESTADOS FALHADOS E TERRORISMO?

Este capítulo tem por objectivo analisar de que forma é que a alegada interdependência entre Estados falhados e Terrorismo se aplica ao caso da Somália e da Al Shabaab. Adicionalmente, quando falamos de um santuário terrorista a operar num Estado falhado, esta é uma avaliação que baseamos também em termos de ameaça que o grupo em estudo representa para a região e para o mundo. Assim, o último ponto desta secção passa por uma tentativa de avaliar a ameaça que a Al Shabaab pode constituir, atendendo ao contexto, e principalmente ao Estado, em que se movimenta.

3.1. A Somália enquanto Estado falhado

3.1.1. Estado Falhado: contornos e perspectivas

O conceito de Estado falhado alcançou alguma proeminência no início dos anos 90, principalmente com o artigo de Helman & Ratner para a *Foreign Policy*, em 1993, e o trabalho de Zartman de 1995, publicado com o título “Collapsed States” (Call, 2008: 1492). No entanto, este foi um tema que ganhou uma nova visibilidade no seguimento dos ataques de 11 de setembro de 2001, devido à eventual relação entre estes Estados e o terrorismo.

Atualmente há vários rankings que, baseados nos ideais de Estado weberianos e considerando, de certa forma, o modelo dos Estados Ocidentais, medem a efetividade de um Estado. O Índice dos Estados falhados da *Fund for Peace* e da revista *Foreign Policy* é talvez a principal tentativa de se perceberem as causas, natureza e impacto dos Estados falhados, através da identificação de indicadores sociais, políticos e económicos que permitem hierarquizar estes Estados. Mas há outros índices do género, como é o caso do *State Fragility Index*, patrocinado pela *One Earth Future Foundation*, o *Global Peace Index*, patrocinado pela *Vision of Humanity*, e o *Index of State Weakness*, da *Brookings Institution* (Newman, 2009: 427).

Se olharmos para estes rankings, atualmente há tantos Estados considerados fracos, ou mesmo falhados, que o modelo vestefaliano parece estar comprometido, aparentando não ser já representativo da realidade de segurança vivida em grandes partes do mundo (Newman, pp.432: 2009). Os Estados falhados aparecem habitualmente como opostos ao ideal do sistema saído de Vestefália, que pressupunha uma soberania com plenos poderes sobre uma população e um território, com um governo funcional com capacidade para

providenciar serviços públicos, ao mesmo tempo que conseguia manter os seus compromissos internacionais e detinha o monopólio do uso da força (Yoo, 2011: 100).

Mesmo quando há outras entidades a puderem usar a força, fazem-no na medida da autorização, concordância do Estado. Uma ideia mais alargada de Estado pressupõe igualmente a ideia de contrato social desenvolvida por Thomas Hobbes, que se foca na relação entre o Estado e os seus cidadãos (Di John, 2008: 3). No entanto, olhando apenas para estes índices não chegamos a perceber de que é que falamos exatamente quando estudamos os Estados falhados.

Para William Zartman, um Estado falhado não é um fenómeno que se dá no curto prazo, resultado de um golpe ou um motim, trata-se sim de uma espécie de doença degenerativa prolongada, em que a estrutura, a autoridade, a lei, a ordem política tombaram, e em que o Estado, enquanto decisor, deixa de ter capacidade para executar as suas decisões. No entanto, segundo Zartman os seus efeitos podem ser revertidos (Zartman, 1995: 1-8).

Denominarmos um Estado como colapsado, que vai mais além do que um Estado falhado, pressupõe que as suas funções básicas deixam de ser desempenhadas, o Estado fica paralisado e inoperacional, deixa de haver poder legislativo, ordem, a coesão social é afetada e a segurança, que deveria conseguir manter no interior das suas fronteiras, fica comprometida. A organização, segurança e distribuição de recursos caem nas mãos de quem luta por eles (senhores da guerra, redes de crime organizado, etc) que usam frequentemente o argumento étnico como fonte de identidade e controlo, na falta de um sentimento mais nacionalista a que se possa apelar (Zartman, 1995: 5 -8).

O colapso de um Estado é marcado pela perda de controlo do espaço político e económico, levando com frequência à intervenção dos países vizinhos, quer diretamente, quer indiretamente, através do patrocínio de movimentos dissidentes, fazendo com que os efeitos de um Estado falhado vão além das fronteiras desse mesmo Estado (Zartman, 1995: 9).

Para Zartman, isto não quer dizer necessariamente que a civilização inserida nesse território colapsa, as sociedades continuam, mesmo que se altere a ideologia ou o regime político. O colapso de um Estado significa que há uma quebra na boa governação, lei e ordem. Já o colapso de uma sociedade implica o fim da coerência social, em que a sociedade, enquanto geradora de instituições coesas, deixa de conseguir criar, agregar e articular as exigências que são as fundações de um Estado (Zartman, 1995: 1-6).

Não obstante, estes dois fenómenos acabam por ser interdependentes. Lyons & Samatar referem que estes dois conceitos estão intimamente relacionados, que o colapso de um Estado acontece quando a estrutura, autoridade, poder legítimo, lei e ordem política ficam comprometidos, deixando uma sociedade civil incapaz de preencher o vácuo criado.

Sem o Estado, a sociedade colapsa, e sem as estruturas sociais o Estado não consegue sobreviver (Lyons & Samatar, 1995: 1).

Para além de Zartman há outros autores que explicam nos seus trabalhos o que consideram como Estado falhado. Robert Rotberg é um destes autores e, a meu ver, o que faz uma descrição mais completa do tipo de características que devemos procurar quando classificamos um Estado como falhado. Rotberg defende que o grau de sucesso dos Estados depende muito do seu desempenho, principalmente no que diz respeito ao grau de aprovisionamento de bens políticos cruciais, e nenhum destes bens é mais importante que a segurança, especialmente a segurança humana. A função principal de um Estado é assim garantir a segurança dos seus cidadãos, controlando as suas fronteiras e evitando invasões e infiltrações, eliminando ameaças domésticas que comprometam a ordem e estrutura social, prevenindo a criminalidade e dando meios para que os cidadãos resolvam as suas contendas sem recorrerem às armas, através de um sistema judicial efetivo (Rotberg, 2003: 3).

Outros bens políticos essenciais, apesar de alguns também puderem ser garantidos por privados, incluem os cuidados de saúde, educação, infraestruturas rodoviárias, portuárias e ferroviárias, essenciais para a economia do país, um sistema bancário, designadamente um banco central e uma moeda, um contexto fiscal e institucional que permita que os cidadãos desenvolvam o seu potencial empresarial, bem como condições políticas que permitam a existência de uma sociedade ativa e politicamente participativa (Rotberg, 2003: 3).

Para Rotberg, para ser um Estado falhado não tem que se falhar em todos estes pontos, principalmente porque é dado um enfoque tão grande à segurança. No entanto, a violência não é condição para um Estado falhado, e um Estado em que haja violência pode não ser necessariamente um Estado falhado. Na maioria destes países, as forças governamentais combatem revoltas de um, ou mais, grupos opositores, mas não é a intensidade da violência que caracteriza um Estado falhado, mas sim a sua duração (Rotberg, 2003: 4-5).

Outra característica dos Estados falhados é estes não conseguirem garantir o controlo de várias áreas do seu território. Muitas vezes, a expressão do seu poder está mesmo limitada à capital e a zonas controladas por determinadas etnias. Outro indicador é o crescimento da criminalidade violenta. À medida que a autoridade estatal se continua a esbater, o crime e os gangs fortalecem o seu lugar e as armas e drogas tornam-se mais comuns. Para se protegerem, os cidadãos passam a recorrer a senhores da guerra ou a procurar proteção junto às suas etnias e clãs (Rotberg, 2003: 6). As forças armadas são talvez a única organização minimamente funcional, mas mesmo estas podem estar fortemente politizadas e comprometidas.

Isto não quer dizer que nestes Estados não possam haver oportunidades económicas, mas estas tendem a ser aproveitadas apenas por alguns privilegiados, fazendo florescer a corrupção. Outro indicador dos Estados falhados, mas não uma causa dos mesmos, é o declínio do PIB. Quando o Estado falha completamente, a moeda nacional perde o valor e acaba por ser substituída nos mercados locais por moedas estrangeiras (Rotberg, 2003: 8).

Por vezes, principalmente quando ocorrem desastres naturais, o caos leva a episódios de calamidades humanitárias e fome, uma vez que estes Estados não providenciam redes de proteção. Apesar disto, Rotberg defende que um Estado falhado não tem que o ser para sempre, a sua situação não é estática. O autor defende ainda que este é um tipo de situação que pode ser prevenida e evitável. Afinal de contas, é uma condição criada pelo Homem, não é algo accidental (Rotberg, 2003: 9-10 e 25).

Um dos pontos mais importante quando falamos em Estados falhados diz respeito à legitimidade do Estado. Zartman e Rotberg, bem como outros autores, também mencionam a importância da legitimidade do Estado, mas eu prefiro a explicação de Tatah Mentan, outro autor que se debruça sobre esta temática. Mentan advoga que a legitimidade em Estados fortes deriva de uma espécie de contrato social entre os atores chave da sociedade baseado em três critérios: o uso da violência por parte do Estado é previsível e limitado; o Estado deve contribuir e garantir para níveis mínimos de bem-estar e segurança para os seus cidadãos; os cidadãos devem ter algum tipo de controlo sobre a política (Mentan, 2004: 33).

A legitimidade é essencial para a força de um Estado, tanto a legitimidade vertical, que estabelece o direito de governar entre a sociedade e as instituições políticas e regimes, como a horizontal, que pressupõe a criação de uma comunidade política para os seus membros e que permita que os indivíduos e grupos inseridos no Estado se aceitam e toleram, independentemente das suas diferenças (Mentan, 2004: 37).

Apesar do paradigma dos Estados falhados parecer ter chegado para ficar, há várias vozes no meio académico que questionam a utilização deste conceito de uma forma que pode ser considerada leviana. Newman, por exemplo, defende que a ideia de Estados falhados, bem como a sua popularidade é um reflexo das preocupações de segurança ocidentais, principalmente depois do 11 de setembro e, como tal, trata-se de uma construção política que reflete determinadas agendas política e interesses (Newman, 2009: 434-437).

Newman argumenta que a utilização deste conceito reforça a tendência para externalizar problemas, demonizando de certa forma o “outro”, menos desenvolvido, e servindo inclusive como um pretexto para um maior controlo e uma eventual intervenção. Adicionalmente, ver estes Estados como uma ameaça pode implicar que a ajuda ao desenvolvimento seja direcionada para áreas consideradas de interesse estratégico, em

detrimento daquelas que efetivamente mais necessitam. Entre outras críticas, Newman considera também que não há forma de avaliar e medir convenientemente os indicadores que levam a considerar um Estado como falhado, apesar dos vários rankings existentes (Newman, 2009: 439).

Stian Eisinger defende por sua vez que o pressuposto de que Estado Weberiano é o ideal de Estado, que muitos associam aos Estados tipicamente ocidentais, pode levantar alguns problemas devido ao facto de todos os Estados terem as suas próprias características, e o Estado weberiano ser uma ideia que nunca foi completamente implementada. Assim, é necessário olhar além do Estado e dentro do Estado quando estamos a falar de África no geral, e na Somália em particular (Eisinger, 2012). Também Jonathan Hill critica o facto de parecer que os Estados ocidentais, mais exatamente os europeus e os da América do norte, aparecerem como o modelo a seguir (Hill, 2007).

Outro autor que contesta a utilização tão generalizada deste conceito é Charles Call, que identifica seis lacunas essenciais nesta teoria:

1. Há uma excessiva agregação de Estados muito diferentes nesta mesma categoria;
2. A “receita” acaba por ser a mesma para todos estes Estados. A solução para estes Estados é sempre ordem e estabilidade, o que nem sempre é a melhor abordagem;
3. O foco na ordem acaba por negligenciar questões relacionadas com a democratização e natureza dos regimes em questão;
4. A obsessão com *state-building* pode pôr em causa o processo de *peace-building*;
5. Trata-se de uma avaliação efetuada de acordo com os valores ocidentais;
6. Há um obscurecimento do papel dos Estados ocidentais na situação destes países.

Também em Portugal há algumas vozes mais críticas em relação a este paradigma. José Manuel Pureza, por exemplo, considera que a obsessão dos Estados falhados é uma consequência da chamada “decade of failed development”. Na década de 90, principalmente, pareciam ter emergido uma série de Estados que não conseguiam seguir as orientações globais do paradigma neoliberal e que, por isso, foram apelidados de falhados. Adicionalmente, esta é uma definição de poder, o poder de definir o que deve ser um Estado e o que não encaixa neste paradigma, o que não segue as exigências exteriores (Pureza, 2006: 2-4).

Pureza (2007) defende igualmente que a abordagem dos Estados falhados deve ser alvo de uma análise mais crítica. Ele refere que este conceito é tanto descritivo como prescritivo, na medida em que descreve uma situação de crise de legitimidade horizontal e

vertical, mas também pressupõe o imperativo de uma série de padrões relacionados com as capacidades dos Estados e os seus instrumentos. Esta perspetiva prescritiva tende assim a ignorar a turbulência causada pela imposição da modernidade ocidental e os seus imperativos políticos e sociais em sociedades recém-descolonizadas, bem como a turbulência causada pela soma das várias estratégias que foram sendo implementadas nestes países (Pureza, 2007: 1), muitas delas inadequadas ao contexto. Uma análise que vai também de encontro ao defendido por Charles Call.

3.1.2. Será a Somália um Estado falhado?

A rápida descolonização durante os anos 50 e 60, e mais tarde nos anos 90 com o colapso da União Soviética, produziu uma série de alguns novos Estados com pouca história ou experiência de governação, e que mal se identificavam com as fronteiras reconhecidas internacionalmente (Yoo, 2011: 98). África, que nesta tese é o continente que importa analisar, foi, sem dúvida, o mais afetado por estas dinâmicas.

Zartman defende que o facto de haver Estados africanos a falhar, não se deve a um mau funcionamento do modelo ocidental, ou uma má adaptação deste modelo ao contexto africano. Não obstante, ele admite que o mau funcionamento das instituições estatais são causas mais amplas do falhanço dos Estados (Zartman, 1995: 8). A visão de Zartman não é, no entanto, a partilhada por outros autores.

O Estado africano é, em muitos casos, uma organização recente e a opinião generalizada é de que os Estados descolonizados não estavam, na sua grande maioria, preparados para assumir determinadas funções. As próprias instituições coloniais não eram nem robustas, nem legítimas (Pureza, 2007: 3). O sistema político que foi posto em prática no seguimento da descolonização era semelhante ao que existia nas metrópoles. No entanto, quando se deu a independência, a maioria dos Estados africanos não era economicamente viável e, mesmo os que o eram, enfrentaram muitas dificuldades com as crises petrolíferas nos anos 70 e a espiral da dívida, o que condicionou os recursos disponíveis para a manutenção da estrutura patrimonial da qual a sua legitimidade dependia, obrigando-os a recorrer, em muitos casos, à coerção e violência, levando também em algumas circunstâncias a formas de oposição violentas e, conseqüentemente, uma espiral de violência (Mentan, 2004: 35).

Relativamente à Somália, se olharmos para o que foi dito nos capítulos I e II desta dissertação e cruzarmos o passado e atualidade da Somália com as características de um Estado falhado enunciadas por Rotberg, quase que podíamos fazer um paralelismo completo entre cada uma destas características e a realidade somali. Se realizarmos este exercício parece não restar qualquer dúvida de que a Somália é um Estado falhado, ou

mesmo colapsado, como Rotberg o descreve. Claro que podemos argumentar que o conceito é muito redutor, ou uma expressão de poder do ocidente sobre o *outro*, mas não podemos negar que estas características coexistem naquele território. Em todos os índices mencionados no ponto 3.1.1. a Somália aparece no topo das tabelas ou, pelo menos, nos primeiros lugares. O próprio Charles Call, apesar das suas críticas ao paradigma dos Estados falhados, considera a existência de Estados colapsados, incluindo a Somália nesta categoria (Call, 2008: 1501).

Apesar da sociedade somali ser bastante homogênea etnicamente, as dinâmicas dos seus clãs acabam por condicionar o desenvolvimento de um Estado funcional. O próprio Siyad Barre jogava com os clãs, promovendo aqueles que lhe eram mais favoráveis, naquilo que Hussein Adam caracteriza como *Clan-klatur*, e que acabou por subverter o normal funcionamento da sociedade somali, contribuindo para que, quando o regime caiu, não houvesse uma oposição organizada, capaz de assumir o poder (Adam, 1995: 72-73).

Para além disso, a sociedade somali é em grande parte nómada. Não é fácil para um governo central afirmar-se numa sociedade que se encontra sempre a mudar de um lado para o outro, chegando mesmo a ultrapassar as fronteiras reconhecidas do país. Formar um governo representativo e cobrar impostos torna-se complicado (Hesse, 2010: 250).

Contudo, não podemos dizer que antes da queda de Siyad Barre existia um Estado efetivo na Somália. O regime do ditador sobrevivia graças ao apoio da comunidade internacional, quer dos russos que forneciam armamento, como do mundo ocidental que assegurava a assistência humanitária. Com o fim da guerra fria, estes apoios diminuíram levando à queda inevitável do regime e o caos do país (Clarke & Rosende, 2003: 130).

Desta forma, há autores que defendem que considerar a Somália como um Estado falhado pode ser limitativo. Apesar do inegável caos e falta de uma autoridade central funcional, há aspetos da sociedade que se mantêm em funcionamento, mesmo nas regiões tradicionalmente mais afetadas por conflitos. Uma análise que apenas foca a existência e funcionalidade de um governo central pode acabar por deixar de fora mecanismos sociais, políticos e económicos de valor no país (Harper, 2012a: 8- 9).

A Somália tem mostrado ao longo dos tempos que, apesar do contexto de Estado falhado e conflito armado, sistemas informais de governação conseguem providenciar algum nível de lei e mesmo segurança (Menkhaus, pp.8: 2003). De facto, o vácuo da autoridade política existente levou ao desenvolvimento do direito costumeiro (*heer*) e da lei islâmica (*sharia*), apesar de existirem níveis diferentes da implementação dos dois ao longo do território somali (Dias, 2012: 161).

Este sistema de mosaicos informais e formais não é o ideal quando se ambiciona colocar em funcionamento um Estado central, mas permite que a Somália tenha alguma ordem no meio de todo aquele caos. Como Ken Menkhaus diz “Somalia is without

government but not without governance” (Menkhaus, 2007: 82), pelo menos em algumas zonas do país. Há efetivamente partes da Somália que podem ser consideradas pacíficas, com as suas administrações locais, sistemas legais e economia¹⁷, sendo os exemplos mais evidentes o da Somaliland e de Puntland (Harper, 2012a: 9).

Quando o regime de Siad Barre caiu em 1991, o SNM¹⁸ (Somali National Movement) ganhou o controlo e proclamou a independência do que antes era a colónia inglesa Somaliland (Lyons & Samatar, 1995: 21), também muito devido à unidade do clã Isaaq, que representa cerca de 80% da população da Somaliland (Hesse, 2010a: 73). Desde então, apesar de não ser reconhecida por nenhum outro país como território independente, a Somaliland conseguiu construir uma estrutura estatal funcional em que todos os grupos se encontram representados, com ministérios, municípios, forças de segurança e poder legislativo (Menkhaus, 2007: 91). Para além disso, desde que se tornou independente tem conseguido levar a cabo eleições e referendos de forma pacífica.

Como não é reconhecida internacionalmente, o seu orçamento é bastante modesto e muito dependente do porto de Berbera, não podendo recorrer aos fundos do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou Banco Mundial (BM). No entanto, tem-se conservado funcional e, à parte das disputas territoriais¹⁹ que mantém com Puntland, podemos dizer que mantém um nível de estabilidade e segurança considerável para os padrões africanos.

Puntland não é tão estável como a Somaliland mas, comparando com o resto da Somália, é outro caso de relativo sucesso. Controlados maioritariamente pelo clã Darood, cuja presença e influência ultrapassam as fronteiras de Puntland, ao contrário da Somaliland, estes não querem a independência, pretendem sim fazer parte do Estado federal da Somália, funcionando como região autónoma, mas com alguns privilégios e liberdades independentes da Somália. Não obstante, há em Puntland quem defenda que o território deveria procurar a independência (Hesse, 2010: 354), e não se pode excluir a possibilidade de que, agora que o território pretende começar a explorar os seus recursos petrolíferos, esta possibilidade não ganhe força.

¹⁷ Mary Harper define estas áreas como “mini-states” e dá alguns exemplos para além da Somaliland e Puntland, como é o caso de Himan e Heeb, bem como a região de Galmudug. As próprias áreas controladas pela Al Shabaab mantêm algum nível de ordem, como já foi explicado no capítulo II (Harper, pp.109: 2012). No entanto, o nível de organização e segurança que proporcionam à sua população não é tão consolidada como na Somaliland e Puntland.

¹⁸ Criado em 1981, no Reino Unido, por exilados do clã Isaaq, oriundos da região da Somaliland, o SNM foi uma das principais guerrilhas que se opunha ao regime de Siyad Barre. Quando o ditador caiu em 1991, o SNM já controlava quase toda a Somaliland (Prunier: 1995).

¹⁹ Somaliland e Puntland não conseguem chegar a acordo relativamente à posse da região de Togheer, a sul, e Sanaag e Sool, a este, onde residem os Dhulbahante e os Warsangeli (Hoehne, pp.191: 2011).

Estes são dois exemplos que, apesar de puderem não ser os exemplos a seguir, provam que é possível estabelecer-se algum nível de ordem no país e que a ausência de uma intervenção nestas regiões permitiu que as comunidades locais se envolvessem no processo de *state-building*, conseguindo negociar soluções políticas que combinam o lado mais tradicional com aspetos inovadores, conseguindo desta forma níveis de legitimidade essenciais para o sucesso destas iniciativas (Gnanguênon, 2012: 151).

Para além destes dois exemplos de alguma estabilidade, é de referir que há setores como o comércio, as telecomunicações, a pecuária e meios de transferir dinheiro, entre outros, que têm vindo a florescer. O setor das telecomunicações, como já foi mencionado no capítulo I, é dos mais desenvolvidos de África, apesar de todas as dificuldades que vai enfrentando como é o caso da falta de eletricidade, das condições naturais adversas ou da criminalidade. Os próprios senhores da guerra e milícias, que exigem dinheiro pela proteção destes empreendimentos fazem-no de forma comedida, pois também eles querem ter uma rede de telecomunicações abrangente. Também os sistemas *hawala*, de transferência de dinheiro, e o *hagbed*, associado ao micro-crédito, se têm vindo a desenvolver (Hesse, 2010b: 344-346) compensando, de certa forma, a ausência de um sistema bancário nacional.

Peter Little, no seu livro “Somalia: Economy without State”, descreve exatamente que apesar do caos vivido no país, há setores da economia que conseguem desenvolver-se, designadamente o setor pecuário. É um facto que é uma região marcada por desigualdades económicas e sociais, assim como um vácuo de instituições públicas, mas Little refere que, apesar disto, “life goes on” na Somália (Little, 2003).

Isto não quer dizer que a situação na Somália não seja digna das manchetes de jornais que mostram o país como caótico e extremamente perigoso. Muitas destas oportunidades de negócio, conseguidas pela liberdade de mercado, são aproveitadas apenas por uma minoria. A falta de um governo central capaz de manter a segurança da sua população leva a que também os homens de negócios sejam afetados pela violência e criminalidade. Apesar de não pagarem impostos ao Estado, fazem-no aos senhores da guerra, administradores locais, grupos islamitas, gangs, etc (Harper, 2012a:114), cuja importância e força é uma das causas, mas também consequência, da instabilidade do país.

Face a estes exemplos de algum sucesso em território somali, podemos até questionar o paradigma dos Estados falhados, argumentar que o modelo weberiano está desatualizado, que é uma visão tendenciosa e marcada pelos pontos de vista ocidentais que, de certa forma, demonizam e excluem exemplos que não vivem de acordo com os padrões neo-liberais, Mas isso não muda o facto de a Somália ser realmente um país extremamente problemático e perigoso para as suas populações, que não têm garantidos

padrões mínimos de segurança, bem como serviços públicos indispensáveis para o seu desenvolvimento e mesmo sobrevivência.

O debate conceptual é importante, claro, mas o que realmente importa é analisar quais são os sintomas e motivações da crise, chamemos-lhe Estado falhado, ou não, e encontrarmos soluções, preferencialmente adequadas à realidade somali, pois só assim serão consideradas legítimas e aceites pela sua população. Ken Menkhaus chega a defender que dado o facto de existirem sistemas informais e locais de governação com algum grau de sucesso no país, a melhor solução de *state-building* para a Somália passaria sempre por uma espécie de “Estado mediado”, em que o governo central estaria dependente de parcerias com outras entidades locais intermediárias, e mesmo rivais no exercício do seu poder, pois só desta forma se conseguiria providenciar algum nível de segurança, justiça e gestão de conflitos ao longo do país (Menkhaus, 2007: 78). Esta não seria uma solução ideal, mas como ele próprio indica um mal menor, dentro de outras possíveis soluções mais propensas a falhar.

Seja esta a solução ou não, o que não podemos fazer é desistir da Somália. Atualmente há muitas esperanças no novo Governo Federal e na nova Constituição do país, no entanto, eu mantenho um otimismo moderado nesta evolução. É muito positivo que, apesar de todos os constrangimentos, se tenha conseguido chegar a um Governo Federal. No entanto, há muitos problemas ainda para resolver no país, principalmente relacionados com a integração de todos os grupos e clãs na política do país. O sistema de quotas 4/5, já mencionado, acaba por negligenciar vários grupos da sociedade somali, o que pode funcionar como fator desestabilizador deste novo governo.

Paralelamente, há muitas milícias, senhores da guerra e formas de governo locais que não estão interessados em responder a um governo central, como é o caso da Al Shabaab, que não reconhece este governo como legítimo. Atualmente, o novo governo tem conseguido manter algum controlo territorial, embora este não abranja a totalidade do país. Mogadíscio, a capital, apesar de alguns ataques ocasionais, está finalmente sobre controlo da AMISOM e do governo central, registando níveis de segurança, investimento empresarial e desenvolvimento inéditos na história da Somália, pelo menos desde 2006, altura em que a UTI estava no poder.

No entanto, a manutenção deste *status quo* está muito dependente das forças quenianas integradas na AMISOM, o que me levanta algumas preocupações. O Quénia está agora a sair de eleições recentes, que implicaram uma mudança na liderança do país. Se a situação no Quénia se alterar, e este Estado decidir retirar os 4.652 homens (AMISOM, 2013) que mantém na Somália, isto pode fazer com que os avanços conseguidos no último ano, designadamente contra a Al Shabaab, não se consigam manter, voltando o país a mergulhar no caos.

3.2. Ligações entre Estados falhados e Terrorismo

O terrorismo do século XXI é descentralizado, privatizado, com uma componente territorial sem a mesma importância de antigamente. Os alvos, o recrutamento e o financiamento são cada vez mais globais (Debiel, 2002b: 194). Prova deste novo contexto foi, em 2001, o julgamento de Madji Hasan Idris, um egípcio membro da organização radical Al Wa'd, que permitiu perceber o modelo global adotado por alguns grupos terroristas. A Al Wa'd treinava os seus jovens operacionais em campos no Kosovo e/ou Paquistão e, depois do seu treino estar completo, enviava-os para operar nas Filipinas, Kashmir, ou outros locais de interesse para a organização. Através das novas tecnologias, como os telemóveis, internet e viagens de avião, o grupo conseguia manter sempre o contacto entre os vários elementos (Gvosdev & Takeyh, 2002), independentemente da distância física.

Há organizações como o IRA, ou a ETA, que são orientadas para objetivos domésticos, mas essa é cada vez menos a regra. A Al Qaeda é sem dúvida o melhor exemplo desta realidade. Ao afirmar-se como defensora da *umma*, da comunidade muçulmana, a Al Qaeda consegue chegar a todos os continentes, operando através de uma estrutura multicelular que lhe confere agilidade e cobertura, devido à sua constante mutação (Mentan, 2004: 114 e 346).

Apesar deste contexto de terrorismo globalizado, os santuários terroristas continuam a ser necessários para a sobrevivência dos grupos terroristas mais transnacionais. Estes funcionam como um espaço mais seguro em que se podem proteger dos esforços de contraterrorismo e planear ofensivas, um local de recrutamento, um espaço onde podem treinar sem a observação de serviços de informações hostis e conseguir as facilidades logísticas necessárias à organização (Patrick, 2011: 79). Desta forma, é normal que se tente perceber quais os Estados que podem implicar uma ameaça acrescida em termos de terrorismo, quer seja no que diz respeito ao seu patrocínio, como no que concerne a locais que possam operar como santuários.

Os ataques de 11 de setembro, a “Guerra contra o Terror” e as ligações entre a Al Qaeda e o Afeganistão, um Estado considerado falhado, trouxeram uma nova dimensão e preocupação relativamente à possibilidade de Estados com este tipo de características abrigarem e ajudarem grupos terroristas. O “US National Security Strategy” de 2002 demonstra esta mudança de rumo e atenção: “America is now threatened less by conquering states than by failing ones” (Call, 2008: 1491). Mas os Estados Unidos não são os únicos preocupados com esta ameaça, também em documentos oficiais da União Europeia os Estados falhados são representados como uma ameaça para a segurança internacional (Yoo, 2011: 104).

Nos últimos anos, tem-se falado muito de os Estados falhados serem um terreno fértil para terroristas, ao facilitarem a emergência de atividades destes grupos, ou servirem como plataformas para lançarem ataques noutros países. Tradicionalmente, o principal desafio relativamente a estes países tinha a ver com o patrocínio do Estado em relação a grupos terroristas, mas o que se pode estar a verificar é que a falta de capacidade do Estado em estabelecer ordem e regulação constitui uma ameaça superior (Newman, 2007: 463).

Adicionalmente, a presença de grupos terroristas a operar em Estados falhados pode não estar apenas relacionada com o facto de o país ser um santuário terrorista, pode antes ser um local com oportunidades de obtenção de financiamento, como foi o caso da Serra Leoa e da Libéria, usadas pela Al Qaeda para adquirir receitas através do tráfico de diamantes, uma atividade que também favorecia a lavagem de dinheiro da organização (Dempsey, 2006).

Martha Crenshaw já dizia em 1981 que uma das causas para o terrorismo era a existência de governos permissivos ou incapazes de prevenir o terrorismo. A ausência de formas de prevenção adequadas por parte da polícia e serviços de informações favorecem a conspiração. Ela dá mesmo o exemplo de governos fortes e mesmo ditatoriais, como as ditaduras comunistas, ou as ditaduras militares, que eram exímias no controlo de grupos terroristas (Crenshaw, 1981: 382), não dando condições para que estes elementos atuassem.

Marc Sageman defende que os grupos terroristas acabam por operar como uma organização em rede, em cadeia, com dois tipos de células diferenciadas que ele chama de *terrorist nodes* e *terrorist hubs*. As primeiras são pequenas, entrelaçadas com as células locais com o objetivo de empreender ataques nas áreas em que estão ativas. As segundas, por sua vez, providenciam orientação ideológica, apoio financeiro e acesso a recursos, facilitando os ataques. A Al Qaeda tinha destas *hubs* na Serra Leoa e na Libéria, onde as usavam para o comércio ilegal de diamantes, lavagem de dinheiro e tráfico de armas, por exemplo (Sageman, 2004).

Enquanto os *terrorist nodes* não colocam uma grande ameaça externa, os *hubs* colocam. São estes que garantem que a organização tenha financiamento, armamento e recursos para que as células consideradas como *nodes* efetuem os ataques fora dos Estados falhados. O risco é ainda maior se consideramos a ameaça e acesso a material nuclear. No entanto, um país pode ter ambas as tipologias de células (Dempsey, 2006).

Piazza, um dos autores que se dedica à análise destes Estados, refere que os estudos existentes sobre esta temática tendem a ser muito qualitativos e, como tal, ele tenta ir mais além testando matematicamente várias hipóteses. A sua conclusão é que, efetivamente, os países considerados como Estados falhados têm mais probabilidade de serem alvos de ataques terroristas, de terem nacionais seus a efetuarem ataques terroristas em países

terceiros, bem como têm mais probabilidades de albergar grupos terroristas que terão como objetivo levar a cabo ataques no estrangeiro (Piazza, 2008: 470).

Por sua vez, Gvosdev e Takeyh comparam os grupos terroristas atuais com as empresas multinacionais, em que os Estados falhados operam como o quartel-general destes grupos, funcionando como um bom local para as suas fábricas, locais de formação, armazéns e mão de obra. Só que enquanto as multinacionais procuram Estados estáveis, com um clima empresarial liberal e políticas fiscais favoráveis, os terroristas preferem Estados em que a ausência de autoridade lhes permite conduzir as suas operações, sem que haja interferências (Gvosdev & Takeyh, 2002).

Estes autores defendem assim que os Estados falhados têm uma série de características atrativas. Em primeiro lugar, permitem o controlo de extensões territoriais capazes de albergar campos de treino, armazéns e estruturas de comunicações, desenvolvendo oportunidades de negócio, habitualmente relacionadas com o crime organizado. Em segundo lugar, o facto de não haver um policiamento eficaz ou sistema de justiça funcional, faz com que várias atividades possam ser desenvolvidas sem qualquer controlo, o que permite um boa fonte de financiamento para estes grupos (Gvosdev & Takeyh, 2002).

Em terceiro lugar, Gvosdev e Takeyh referem que os Estados falhados funcionam como sítios preferenciais de recrutamento, uma vez que são a casa de populações afetadas pela pobreza, desemprego e violência. E, finalmente, o facto de estes Estados reterem internacionalmente algum reconhecimento de soberania, faz com que estejam protegidos devido ao princípio de não intervenção de outros Estados no seu território, ao mesmo tempo que, devido à corrupção existente, providenciam passaportes e papéis necessários para que os terroristas possam viajar (Gvosdev & Takeyh, 2002).

Mesmo quando outros Estados decidem intervir, uma intervenção militar para ser efetiva necessita de informações precisas e em tempo útil, o que não é fácil de arranjar em Estados falhados. Mesmo quando este tipo de *intelligence* existe, há uma série de constrangimentos para se efetuar uma ação militar de sucesso nestes contextos. As poucas estruturas existentes limitam a capacidade das tropas serem destacadas para estes territórios, bem como a sua capacidade de se movimentarem. Os níveis de violência presentes também implicam que haja uma capacidade militar credível para a proteção da força, limitando depois a capacidade existente para empreender as missões de luta contra o terrorismo. Para além disso, este tipo de missões implicam normalmente que haja muito contacto entre a população civil e os militares, o que acarreta riscos acrescidos nestes países, tanto para os civis como para os militares envolvidos (Dempsey, 2006).

Tatah Mentan é outro dos autores que advoga que os Estados falhados são terrenos preferenciais para a atuação de grupos terroristas. Para ele, estas organizações beneficiam

da falta de controlo fronteiriço existente, forças de segurança fracas e corruptas e ausência de um sistema judicial, o que lhes permite movimentar homens, armas e dinheiro livremente. Simultaneamente, aproveitam-se das populações pobres, afetadas normalmente por discriminações étnicas e religiosas, de forma a promover processos de recrutamento. Para Mentan, estas características levam a que este tipo de Estado seja considerado um reservatório e exportador de terroristas, transformando-se assim numa ameaça para a estabilidade regional e ordem mundial (Mentan, 2004: 191-193).

Dempsey é outra das referências quando se fala nesta temática e, para além do que já foi dito, ele refere também que o facto de os Estados falhados terem associadas a desintegração e criminalização das forças de segurança, bem como do sistema de justiça, faz com que seja difícil identificar eventuais terroristas a operar dentro das suas fronteiras e, mesmo quando identificados, é complicado tomar qualquer tipo de ação contra os mesmos (Dempsey, 2006).

O grande fluxo de refugiados e pessoas internamente deslocadas característicos deste tipo de país, a facilidade em traficar armas sem controlo fronteiriço, a quantidade de atividades ilícitas que facilmente se tornam fontes de receitas, tornam-nos espaços apelativos para a atuação de alguns grupos terroristas. Há ainda o risco destes Estados operarem como pontos de trânsito ou mesmo origem de material químico, biológico e mesmo nuclear (Newman, 2007: 466).

Quando o caos prevalece, o terrorismo, o tráfico de droga, a proliferação de armas e o crime organizado também prevalecem. Paralelamente, quando as pessoas não têm acesso aos serviços básicos, emprego e coesão social, ficam mais vulneráveis a demagogos e incitações de ódio (Krasner & Pascual: 2005). Em sociedades saídas do conflito, o sistema político perde a sua legitimidade e os senhores da guerra exercem cada vez mais influência. Adicionalmente, ex-combatentes, refugiados e pessoas internamente deslocadas têm que ser reintegradas na sociedade, o que nem sempre é fácil (Debiel, 2002: 8).

Não obstante o paradigma parecer ser que os Estados falhados favorecem a atuação de grupos terroristas, as opiniões não são de todo consensuais. Há autores que defendem que, ao contrário do que normalmente se diz, a monitorização por parte de Estados terceiros nestas áreas é mais acentuada, uma vez que são consideradas zonas de risco. Para além disso, não é comum haver estrangeiros nestes países, portanto dificilmente estes passam despercebidos, tornando-se difícil levar a cabo atividades clandestinas (Piazza, 2008: 472).

Outro argumento contra os Estados falhados serem terrenos preferenciais para os terroristas diz respeito ao facto de estes também operarem em Estados mais estáveis. Os terroristas internacionais modernos tiram vantagem de oportunidades económicas e logísticas inerentes a Estados mais funcionais. Adicionalmente, há muitos Estados frágeis ou falhados em África que não estão associados a redes terroristas, ao contrário de alguns

Estados do Médio Oriente considerados como operacionais. Sem contar que há exemplos de grupos terroristas com objetivos locais sediados em países europeus, como é o caso da ETA, em Espanha, ou do IRA, na Irlanda. Mas também a Al Qaeda opera em países ocidentais. As células ativas na Alemanha desempenharam um papel essencial nos ataques de setembro de 2001, designadamente a célula de Hamburgo. Não obstante, não se pode negar que o Afeganistão foi determinante para o processo que levou aos ataques (Newman, 2007: 464 e 471).

Newman defende que os grupos terroristas operam em Estados fracos e/ou falhados, mas não é propriamente esta condição que explica a sua presença. Não obstante, as condições existentes nestes Estados podem funcionar como um ambiente mais permissivo para alguns grupos terroristas operarem, mas há outros fatores que devem ser tidos em conta. Newman chega à conclusão que os grupos terroristas mais destrutivos estão baseados em Estados frágeis ou fracos, no entanto isto nem sempre acontece, para além de que há Estados com estas características que não albergam terroristas, o que leva a crer que uma explicação baseada apenas nas fragilidades das instituições estatais é limitada (Newman, 2007: 465 e 483). Também Stewart Patrick, autor do livro “Weak Links: Fragile States, Global Threats and International Security”, partilha esta visão, referindo que, ao contrário do que parece ser o paradigma vigente, os Estados frágeis são mais benignos para estas organizações do que os Estados falhados, dando inclusive o exemplo do Afeganistão e do Paquistão, que ele considera Estados fracos e santuários terroristas (Patrick, 2011: 79-81).

Newman defende ainda que, apesar dos terroristas puderem efetivamente beneficiar do ambiente proporcionado por estes Estados, de forma a organizarem-se com impunidade e na ausência de autoridades públicas, eles também necessitam de algumas das facilidades conseguidas apenas em Estados mais funcionais, tudo depende do tipo de grupo terrorista. Não é só o facto de um Estado ser falhado que leva a que haja terrorismo nestes países, tem que haver outras condições presentes, como é o caso de desigualdades sociais e conflitos entre grupos (Newman, 2007: 483-484). Ao mesmo tempo que os terroristas têm estas bases de apoio, estas organizações utilizam igualmente o que Gvosdev & Takeyh chamam de *brown zones* nos Estados ocidentais, como segundas bases de operações. A Al Qaeda, por exemplo, tem, alegadamente, células adormecidas em Estados ocidentais (Gvosdev & Takeyh, 2002).

Ken Menkhaus vai mais além e defende mesmo que as zonas de completo colapso estatal são favoráveis apenas a um número muito limitado de ações terroristas. Também ele argumenta que a maioria das atividades terroristas é mais fácil ser levada a cabo em Estados fracos, ou Estados “amigos” destes grupos (Menkhaus, 2007). Através de uma análise do Corno de África, Menkhaus chegou à conclusão de que os espaços

“desgovernados” nem sempre são propícios às atividades terroristas. A insegurança vivida nestes territórios condiciona não só a atividade de organizações de cariz humanitário, mas também grupos terroristas. A logística é um desafio constante, as comunicações difíceis, o acesso a cuidados de saúde e condições sanitárias mínimas estão altamente comprometidos, uma vez que há tão poucos estrangeiros, não é fácil para um estrangeiro passar despercebido no país, vêm-se muitas vezes envolvidos em disputas territoriais e por recursos com os clãs e tribos locais e a ameaça de extorsão, crime e rapto por parte de milícias e senhores da guerra também afeta estes grupos (Menkhaus, 2007).

Menkhaus defende que nem todas as atividades terroristas encontram um ambiente permissivo nos Estados que nós consideramos falhados. Não obstante, mesmo ele admite que estes locais podem servir de local de acesso de armamento e mesmo ponto de trânsito para outros Estados, assim como local de centros de treino terroristas, desde que no terreno tenham algum apoio de grupos locais influentes (Menkhaus, 2007).

Os ataques contra as embaixadas americanas em África em 1998, o ataque contra o navio de guerra americano USS Cole em 2000, no Líbano, e os ataques de 11 de setembro de 2001, acredita-se terem sido originados principalmente em bases da Al Qaeda situadas no Afeganistão e Sudão, é um facto. No entanto, nestes dois Estados havia uma certa cumplicidade por parte dos governos dos países, não sendo só um caso da Al Qaeda a aproveitar-se da fragilidade destes Estados. Todavia, também se pode defender que esta infiltração devia à fraqueza destes governos. O governo talibã, por exemplo, encontrava-se isolado internacionalmente, portanto o apoio financeiro da Al Qaeda motivava esta relação (Newman, 2007: 468).

No entanto, há também casos que o governo é claramente oposto à presença destes grupos no seu território, como é o caso das Filipinas, com o Abu Sayyaf Group, ou da Indonésia e Malásia, com a Jemaah Islamiya, mas falta-lhes capacidade e um controlo efetivo do seu território para fazer frente a esta ameaça (Newman, 2007: 468-470).

Não obstante os Estados falhados serem propícios a servirem de santuários terroristas, isto não quer dizer que seja uma ligação de causa e efeito. Há Estados considerados falhados que não têm grupos terroristas a operar no seu território, é importante verificar se há outras condições existentes que propiciem a atividade terrorista no seio das fronteiras destes países.

3.3. A ameaça da Al Shabaab a partir da Somália

A Somália estar a funcionar como um santuário terrorista não é uma alegação recente. No entanto, a Al Shabaab trouxe uma nova dimensão à ameaça. A Al Shabaab representa-se

como comprometida com a *jihad* global, tem ligações com a Al Qaeda e, para além disso, controla largas parcelas do território (Ibrahim, 2010: 283). Isto, somado a uma série de características internas, já analisadas, que aparentemente favorecem a atuação de grupos terroristas no país, fazem com que a Somália entre nas agendas internacionais pelos piores motivos. Há autores, como Menkhaus e Boucek, que defendem que a Somália não é uma ameaça tão grande como o Afeganistão, o Iémen ou o Paquistão, no entanto, esta não é uma opinião generalizada. Jonathan Evans, do MI5, acredita que o país exibe muitas das características que fizeram do Afeganistão um santuário terrorista, antes da queda dos talibãs (Boucek e Menkhaus, 2010).

Se relembrarmos o que já foi dito neste capítulo sobre os Estados falhados e a sua ligação com o terrorismo, percebemos que o facto de a Somália não ter um governo central efetivo e verdadeiramente funcional, capaz de controlar o seu território, as suas fronteiras, manter a ordem e a segurança, assim como fazer cumprir o embargo de armas existente até há pouco tempo, torna o país um local apetecível para a atuação de grupos com interesses externos, mas com assistência de grupos locais, como aconteceu com a AIAI, com a UTI (Ibrahim, 2010: 284) e pode agora estar a acontecer com a Al Shabaab.

As forças do governo somali são pouco eficientes, desorganizadas, mal equipadas e conhecidas pelos vários casos de corrupção e violação de direitos humanos, mostrando-se pouco capazes em fazer face à ameaça da Al Shabaab. No dia em que este grupo assassinou cinco membros do Parlamento, num hotel de Mogadíscio, em 2010, com bombistas suicidas, as forças governamentais ficaram sem munições, tendo que recorrer aos militares da UA (Dersso, 2010).

A Al Shabaab tem conseguido manter a sua influência no território muito através da exploração destas fraquezas do TFG e do ressentimento popular existente contra as forças etíopes, no seguimento da invasão de 2006, bem como a presença da AMISOM (Ibrahim, 2010: 284-285), mas também através do medo e da intimidação. A prestação de alguns serviços básicos e as fortes campanhas de marketing, através de um discurso religioso e nacionalista, também promovem alguma aceitação por parte da opinião pública (Dersso, 2010).

Quando a UTI chegou ao poder, por exemplo, a sua ideologia pouco tinha a ver com o sufismo moderado professado pela maioria da sociedade somali, no entanto, a população mostrou-se tolerante porque estes conseguiam providenciar um clima de segurança sem precedentes (Vidino et al, 2010: 220). Afinal de contas, num país em que o Estado não tem capacidade para providenciar os serviços básicos, os movimentos islâmicos gerem escolas e centros de saúde, providenciando cuidados que, de outra forma, não estariam a ser prestados à população (Elmi, 2010: 62).

Outro ponto a favor da atuação destes grupos no território, que vai aliás de encontro à ligação entre Estados falhados e santuário terrorista, diz respeito às possibilidades de recrutamento de novos operacionais. Estamos a falar de uma sociedade empobrecida, jovem, desempregada, sem grandes perspectivas de futuro. Apesar de os somalis serem maioritariamente muçulmanos sunitas moderados, e mesmo sufistas, o argumento da *jihad* global, bem como a união a um grupo que, para além do sentimento de pertença, traz um salário associado, faz com que o recrutamento seja mais facilitado.

A Al Shabaab também tem algum sucesso em atrair combatentes estrangeiros, provenientes do Afeganistão, Iraque e Paquistão (Dersso, 2010). Há vários voluntários atraídos pelo discurso da *jihad* global, e não tanto pelo discurso nacionalista (Vidino et al, 2010: 228). Não obstante, se considerarmos a *jihad* global como principal argumento, é provável que muitos dos combatentes estrangeiros que se estariam a deslocar para a Somália pensem agora em ir para o Mali, o novo *hotspot* do terrorismo islâmico.

Também em termos de financiamento e obtenção de material, o país oferece uma série de possibilidades. Há um fácil acesso a redes de tráfico de armas, bem como fontes de financiamento das caridades islâmicas a operar no país (Dempsey, 2006: 15). Adicionalmente, o caos vivido no território permitiu que a Al Shabaab fosse controlando portos e pistas de aterragem de aeronaves, o que facilita a movimentação de combatentes, armas e fontes de financiamento consideráveis, como já foi analisado no capítulo II (Bruton, 2010). Mais nenhum grupo militante islâmico controla uma área territorial tão extensa como a Al Shabaab (Harnisch, 2010: 35). A facilidade de utilização do sistema *hawala* pelos somalis é também encarada como uma facilidade para eventuais terroristas, que beneficiam destes esquemas para a transferência de fundos.

Internamente, a ameaça da Al Shabaab é ainda inquestionável. O grupo introduziu o extremismo e a radicalização ao conflito somali, dando-lhe igualmente uma dimensão da *jihad* global. É ainda responsável por introduzir novas táticas e procedimentos à luta armada, como o uso de suicidas, uma novidade para os somalis (Dersso, 2010). Para além das parcelas de território que controla, tem demonstrado vontade e, mais importante, capacidade para efetuar ataques mortíferos ao longo do território somali, incluindo a Somaliland, Puntland²⁰ e mesmo zonas controladas pelas forças da AMISOM. Até Mogadíscio, que atualmente se encontra sob o controlo das forças do Governo Federal e da

²⁰ Os ataques mais violentos do grupo até à data deram-se na Somaliland e em Puntland quando, em outubro de 2008, cinco explosões coordenadas ocorreram em gabinetes dos governos locais, no *compound* das Nações Unidas e no consulado etíope. Um ataque que contou com Shirwa Ahmed, o primeiro americano de sempre a perpetrar um ataque suicida (Stevenson, pp.29: 2010).

AMISOM, tem sofrido vários ataques nos últimos meses. No entanto, foram os ataques de Kampala que trouxeram uma nova dimensão ao grupo. Estes demonstraram a capacidade de a Al Shabaab, a partir da Somália, lançar ataques contra os países apoiantes da AMISOM, e mesmo noutros Estados da região (Dersso, 2010).

A ameaça externa da Al Shabaab pode ser questionável atualmente devido, essencialmente, à clivagem interna existente no grupo. A Professora Alexandra Dias defende que há duas linhas, dois rumos divergentes no seio do grupo. As duas linhas de clivagem opõem, por um lado, os que defendem uma *jihad* nacional e os que defendem uma *jihad* internacional. Por outro lado, há os que defendem a solidariedade entre os clãs, em detrimento da interpretação que se possa fazer do islão (Dias, 2010: 89). Dependendo da linha de pensamento que vingar, assim aumenta ou diminui a ameaça da Al Shabaab.

Há analistas que advogam que esta vocação mais internacional do grupo está intimamente relacionada com as ligações à Al Qaeda e que a presença de combatentes estrangeiros no seio da organização favoreceu esta radicalização (Dersso: 2010). A Al Qaeda entrou inicialmente no país no seguimento da intervenção dos norte-americanos em 1992. Militantes islâmicos de vários países chegaram oferecendo recursos, armas e treino, na esperança de transformar Mogadíscio num segundo Cabul para os americanos (ICG, 2005: 6).

Já no tempo da AIAI, esta ajudava a Al Qaeda a gerir campos de treino em várias localizações no país. Campos que não operavam simultaneamente, mas que iam mudando consoante as zonas em que a organização se encontrava implementada. Numa entrevista de 1997, à CNN, Bin Laden chegou mesmo a afirmar que a sua organização tinha estado envolvida no treino dos homens que levaram ao incidente do Black Hawk, em outubro de 1993 (Strategic Comments, 2002).

Como já foi referido no capítulo II, a dimensão e profundidade das relações entre a Al Shabaab e a Al Qaeda não são muito consensuais, mas acredita-se que tanto a Al Shabaab como o Hizbul Islam têm vindo a providenciar campos de treino para alguns operacionais da Al Qaeda, assim como abrigo. Dois deles, Abu al-Sudani e Saleh Nabhan, foram mesmo mortos pelos etíopes e forças especiais norte-americanas, respetivamente (Stevenson, 2010:29). Há igualmente um relatório, de 2010, de um dos Comitês do Senado americano que defendia que havia vários elementos da Al Qaeda, combatentes do Afeganistão, que se tinham movimentado para o sul da Somália para treinar a Al Shabaab, e que o grupo local lhes estaria a dar proteção. Os números destes operacionais podiam variar entre os 20 a 300, mas o relatório referia a sua presença como uma ameaça para os norte-americanos (Vidino et al, 2010: 223).

Não se pode negar que a Al Shabaab alcança uma série de benefícios em dar santuário a operacionais da Al Qaeda, principalmente elementos da Al Qaeda da África

Oriental. O grupo consegue assim ter acesso a formação em explosivos, treino de combate e apoios financeiros. Muitos dos líderes que combatem, ou combateram pela Al Shabaab receberam treino da Al Qaeda no Afeganistão, como é o caso de Ayro²¹, o primeiro comandante do grupo, o Sheikh Mukhtar Robow, Abdi Godane, e Ibrahim Haji Jama, mais conhecido como “al Afghani”, entre muitos outros. A experiência de combate nestes teatros de operações traz operacionais experientes em técnicas e táticas insurgentes contra forças militares convencionais, ao mesmo tempo que dão à Al Shabaab o *know how* para gerir campos de treino funcionais na Somália (Harnisch, 2010: 19-23).

Por sua vez, para além dos campos de treino, fontes de financiamento e acesso a armamento, a Al Qaeda beneficia com a ligação à Al Shabaab na medida em que esta lhe permite, de certa forma, um livre-trânsito na Somália, que pode assim operar como um santuário e ponto de trânsito fundamental para os operacionais da organização. Principalmente se considerarmos os da Al Qaeda da África Oriental, que através do território somali podem preparar ataques noutros Estados, uma vez que a Somália em si não tem grandes alvos no que concerne a *jihad* internacional (Strategic Comments, 2002).

Três operacionais da Al Qaeda acusados de envolvimento nos ataques de 1998 às embaixadas americanas na Tanzânia e no Quênia, Fazul Mohammed, Abu al-Sudani e Saleh Nabhan usaram, alegadamente, a Somália como fonte de recrutamento, treino, esconderijo e tráfico de armas. Acredita-se igualmente que o ataque de novembro de 2002, a um hotel em Mombaça, no Quênia, bem como a tentativa de abater um avião israelita, quando este levantava voo no aeroporto de Mombaça, tenham beneficiado da permeabilidade do território somali para adquirir o armamento necessário, treino e santuário no seguimento dos ataques. Também um ataque falhado à embaixada americana de Nairobi, em 2003, terá usufruído destas mesmas facilidades, incluindo ainda o facto dos operacionais envolvidos serem somalis (Harnisch, 2010: 21)

No entanto, nem tudo são facilidades nesta relação. Apesar da Al Qaeda ter usado a Somália como base operacional e ponto de trânsito, parece que a segurança dos seus operacionais esteve constantemente comprometida, o que limitava a sua efetividade. Igualmente, as lealdades entre os clãs sempre se mostraram muito difíceis de contornar. À exceção das ligações entre os clãs e a família, todas as outras relações na Somália são voláteis e de pouca duração (Murphy, 2011: 72-73). Há quem argumente que, por isto, o contexto é favorável à atuação de senhores da guerra, mas não de terroristas internacionais (Dagne, 2002).

Aparentemente, a Somália nem sempre tem sido propícia à atuação da Al Qaeda como se pensa. Em alguns documentos internos da organização, recuperados pelos

²¹ Ayro acabou por ser morto, na Somália, por um ataque aéreo norte-americano, em maio de 2008.

americanos, são referidos constrangimentos, encontrados pelos operacionais que se realocizaram do Sudão para a Somália, em atuar no país. A sociedade baseada na sua estrutura de clãs, o islão moderado praticado pelos somalis, bem como o facto de estes elementos terem sido vistos como estrangeiros, sem conhecimento pela realidade local, foram enunciados como limitadores da ação destes operacionais no território. Não obstante, muito por força da atuação de Aweys, criou-se na altura uma ligação com a AIAI. Durante a segunda metade dos anos 90 e primeiros anos do sec. XXI, a permanência da Al Qaeda foi limitada no país, mas constante (Vidino et al, 2010: 218-219).

Menkhaus e Boucek defendem que, recentemente, a Somália tem sido usada como esconderijo para alguns operacionais da Al Qaeda, em áreas controladas pela Al Shabaab, mas apenas para um número limitado de homens. Até porque, à exceção das áreas mais a norte, o território somali não é muito montanhoso e propenso a bons esconderijos. Para além disso, não há muitos estrangeiros no território, portanto estes indivíduos não conseguem passar despercebidos (Boucek e Menkhaus, 2010).

É também um erro julgar que a Al Shabaab se movimenta sem constrangimentos no território somali. Para além das forças do TFG e da AMISOM, há várias milícias e grupos contrários à Al Shabaab, como é o caso da Ahlu Sunna wa'l-Jama'a que, graças ao apoio popular que vão recolhendo, conseguem ter algum nível de sucesso no combate ao grupo. De facto, ao contrário do que se pensa, graças à aplicação extrema da sharia, extorsões, violência (Ibrahim, 2010: 292) e desvio da assistência humanitária, o apoio popular é cada vez menor.

No entanto, a comunidade somali a viver noutros Estados, é considerada uma preocupação. Uma das principais bases de apoio da Al Shabaab é diáspora, através da qual o grupo consegue parte dos seus fundos e também recruta operacionais (Dersso, 2010). Desconfia-se também que o sistema de transferência de dinheiro hawala, utilizado pela diáspora somali para enviar fundos para o país, tem gerado capital e lavado dinheiro para organizações terroristas. Foi aliás devido a esta desconfiança que os Estados Unidos desmantelaram o Al Barakaat em 2001 (Little, 2003: 24).

Como vimos no capítulo II, a Al Shabaab tem apostado muito no recrutamento de operacionais fora das suas fronteiras. Ken Menkhaus refere que alguns destes elementos são jovens que saíram muito novos do país, ou que nem sequer lá nasceram, não sabem falar a língua, não conhecem o terreno e têm mais probabilidade de adoecer no país, mas trazem outros benefícios ao grupo. Sabem trabalhar com computadores, com sistemas de comunicações e são facilmente doutrinados quando chegam ao país, tornando-se dos mais radicais no seio do grupo (Menkhaus, 2010: 92).

Menkhaus negligencia esta ameaça. O autor é da opinião que a Al Shabaab não tenderá a enviar estes indivíduos de volta aos Estados ocidentais para efetuarem ataques,

uma vez que fica muito dispendioso e estes indivíduos não são facilmente controlado longe da base do grupo. Cumulativamente, o autor defende que, mesmo que se conseguisse levar a cabo um ataque de sucesso no ocidente, as respostas e consequências para a Al Shabaab seriam demasiado gravosas e, como tal, dissuasoras deste tipo de ameaça (Menkhaus, 2010: 92).

Contudo, é de destacar que a agenda da Al Shabaab, embora ainda muito nacionalista, tenta tornar-se cada vez mais global e, dependendo do rumo que a divisão interna existente quanto a esta questão levar o grupo, esta ameaça não deve ser negligenciada. Se olharmos para a evolução do AQIM, na Argélia, por exemplo, podemos perceber que a agenda destes grupos rapidamente se torna global, e as interligações entre os vários braços da Al Qaeda é cada vez mais preocupante.

Quando falamos em diáspora somali, falamos habitualmente em grupos que não se encontram bem integrados nas sociedades ocidentais, grupos afetados pela pobreza, desemprego e alienação social, com as relações entre clãs mais diluídas e recetivos ao discurso religioso. No entanto, nem todos os voluntários são jovens com pouca educação e débeis condições financeiras. Nos Estados Unidos, alguns dos voluntários já identificados tinham sido admitidos na Universidade de Minnesota. Em Toronto, os voluntários, oriundos de famílias de classe média, também pareciam estar bem integrados. E no Reino Unido, chegou a haver voluntários que estudavam em prestigiadas universidades inglesas, como o Kings' College ou a London School of Economics (Vidino et al, 2010: 229-231).

Em agosto de 2009, a polícia australiana desmantelou uma conspiração, que envolvia libaneses e somalis, com dupla nacionalidade australiana, com treino na Somália, com a Al Shabaab, e que teriam como objetivo atacar uma base do exército australiano (Vidino, 2010: 233). Um exemplo que demonstra as possibilidades da diáspora somali poder ser utilizada para ataques no ocidente, principalmente em consequência das crescentes ligações com a Al Qaeda.

4. INTERVENÇÃO EXTERNA NA SOMÁLIA: FATOR DE RADICALIZAÇÃO DA AL SHABAAB?

Quando se tenta perceber se um Estado pode estar a operar como santuário terrorista, principalmente quando um há alegado grupo terrorista a operar nesse território, não é suficiente fazer uma análise do contexto interno. Um Estado como a Somália, que tem sido alvo de várias intervenções externas ao longo dos últimos anos, exige uma observação mais cuidada também do papel desempenhado pelos actores externos com mais interesses no país. Estas ingerências têm o potencial para influenciar as crises somalis e mesmo perpetuar a violência e radicalizar posições, o que merece uma análise mais cuidada.

4.1. Papel da Comunidade Internacional

4.1.1. Estados Unidos

O papel dos Estados Unidos na Somália é talvez o mais importante no que concerne a influência externa, mas com grande poder, vêm também mais responsabilidades. Como Afyare Elmi defende no seu livro “Understanding the Somalia Conflagration”, o mundo tende a seguir a liderança americana no que concerne a Somália. Quando os Estados Unidos lançaram a *Operation Restore Hope*, houve vários países a oferecerem meios e financiamento, e quando abandonaram o país na década de 90, logo se seguiram outros Estados e a retirada das Nações Unidas (Elmi, 2010).

Em 2003, a Arábia Saudita suspendeu as operações de uma das suas maiores organizações de caridade, a Fundação al-Haramayn, no seguimento de alegações americanas de que esta fundação estaria a ser usada no apoio a terroristas. Como se tratava de uma organização com vários projetos sociais a serem desenvolvidos no território, esta acusação acabou por afetar a população que beneficiava destas iniciativas o que, na altura, fragilizou o TNG e aumentou o sentimento de animosidade face aos americanos e outros atores externos (Ibrahim, 2010: 288).

Na realidade, o interesse americano no país não tem sido constante. Desde a retirada em 1994, devido ao incidente que habitualmente conhecemos por *Black Hawk Down*, que os Estados Unidos têm evitado uma intervenção mais direta na Somália, para não dizer em África. No entanto, os ataques de 11 de setembro e o contexto da Guerra contra o Terrorismo renovaram o interesse dos americanos no país. Desde então, a sua presença, apesar de mais indireta, tem sido uma constante. O problema é que a forma como os

Estados Unidos têm vindo a atuar, acaba muitas vezes por ter efeitos contrários aos esperados e, em vez de controlar movimentos terroristas, as iniciativas que patrocinam tendem a exacerbá-los, como aconteceu com a suspensão desta Fundação saudita.

Mas este é apenas um exemplo em como a intervenção americana pode exacerbar o radicalismo, em vez de o mitigar. Um outro exemplo é o CJTF-HOA (Combined Joint Task Force-Horn of Africa). Pela primeira vez desde 1993, com o objetivo de controlar o terrorismo na região, os americanos colocaram um contingente de homens no continente quando, em 2002, estabeleceram a CJTF-HOA²² com base no Djibouti (Lyman, 2009). Através desta iniciativa têm coordenado as diversas ofensivas na Somália, designadamente através de drones. O problema é que o excessivo uso da força e a morte de civis através de ataques de drones pode ter um efeito contrário quando o que se pretende é conquistar a população. Igualmente, no seguimento da morte de Aden Ayro, o líder da Al-Shabaab, devido a um destes ataques aéreo norte-americanos, subiu ao poder Ahmed Abdi Godane, o que de certa forma marcou a viragem do grupo para objetivos mais relacionados com a jihad global (Hoehne, 2009: 21).

Outro momento mais embaraçoso na participação dos Estados Unidos na Somália, e apesar de nunca ter sido confirmado oficialmente pelos americanos, ocorreu em 2006 quando, através da CIA, estes financiaram a ARPCT²³ (Alliance for the Restoration of Peace and Counter-Terrorism) (Moller, 2007: 28). Com a criação da ARPCT, a captura e assassinatos de pessoas que poderiam estar relacionadas com o terrorismo internacional, foi patroneada numa tentativa de evitar que a Somália se transformasse num santuário terrorista. No entanto, a falta de conhecimento sobre a realidade somali fez com que estas intervenções não fossem feitas da melhor maneira, favorecendo o aparecimento de sentimentos antiocidentais, o que culminou na derrota da ARPCT e na emergência da UTI (Ibrahim, 2010: 286) no seio da qual a Al Shabaab se fortalecia.

Outro momento de relevo da intervenção norte americana no país deu-se igualmente em 2006. No fim do ano, os Estados Unidos ampararam a invasão etíope da Somália, através de apoio tático, informações, material e mesmo apoio aéreo, bombardeando alegados jihadistas em fuga. Bombardeamentos que acabam sempre por provocar várias vítimas civis (Lyman: 2009) e exasperar um sentimento antiamericano no país. Em 2009, por

²² Com base em Camp Lemonier, no Djibouti, esta iniciativa é atualmente coordenada pelo AFRICOM. As suas áreas de atuação são o Djibouti, a Eritreia, a Etiópia, as Seychelles, a Somália, o Quênia, o Sudão e o Líbano (Moller, 2007: 9)

²³ Formada em 2006, a ARPCT era uma aliança de senhores da guerra, alegadamente apoiados pelos Estados Unidos, com o objectivo de controlar a ameaça do terrorismo islâmico na Somália (Kaplan, 2006)

exemplo, o bombardeamento de uma aldeia piscatória custou cerca de 70 vidas civis (Ibrahim, 2010: 287).

Este sentimento acaba depois por se transferir para qualquer diligência patrocinada pelos americanos. A prioridade dos interesses de segurança internacionais, e mais exatamente americanos, pressupõe, por exemplo, a existência de um governo pró-ocidental em Mogadíscio, que aprove as atividades dos Estados Unidos no que concerne a luta contra o terrorismo e contra a pirataria nas águas do país (CSS ETH, 2012: 3), o que se traduziu no TFG. O problema é que o facto das iniciativas pró-TFG, agora Governo Federal, terem, entre outras, a mão americana por trás, faz com que não sejam consideradas legítimas pela população somali, minando a posição do governo no território.

Também a decisão dos Estados Unidos em colocar a Al-Shabaab na lista de grupos terroristas, acabou por ter efeitos negativos, ao isolar a oposição moderada que ainda poderia existir no seio do grupo, ao mesmo tempo que dificultava o seguimento das negociações de paz

Nos últimos anos os EUA têm assegurado uma presença permanente na base militar do Djibouti e nas águas da Somália, encerraram o sistema de transferência de dinheiro Al-Barakaat, incluíram a AIAI e a Al Shabaab na lista de grupos terroristas, apoiaram senhores da guerra que se diziam ser contra os terroristas e patrocinaram a intervenção etíope em 2006, o que causou a morte de vários somalis ao longo dos anos e levou a um aumento dos IDP's e refugiados (Elmi, 2010: 85). Claro que podemos argumentar que os Estados Unidos têm também sido dos principais doadores em termos de assistência humanitária ao país. No entanto, os receios de que esta assistência estivesse a ser desviada pela Al Shabaab, e as consequentes restrições americanas à assistência ao país, fizeram com que a crise humanitária de 2011 fosse das mais difíceis de resolver em décadas.

Em mais nenhum país africano houve uma intervenção tão significativa por parte dos americanos como na Somália, no que concerne à luta contra o terrorismo (Lyman, 2009), mas os resultados não têm sido os esperados, pelo contrário. As políticas antiterroristas americanas a serem desenvolvidas no país têm contribuído para um maior sentimento anti-americano na Somália e consequentemente uma maior radicalização da população (Menkhaus, 2008: 16).

4.1.2. Nações Unidas

As Nações Unidas têm mantido uma presença permanente no território, apesar de nem sempre na mesma dimensão. Atualmente, a sua influência no país tem sido mais discreta, feita principalmente através do WFP (World Food Programme) e do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Mas, nos anos 90, a sua presença era bastante

significativa. A UNOSON I e UNOSON II envolveram muitos meios e pessoas. No entanto, com o objetivo principal de alcançar objetivos humanitários e mitigar o sofrimento humano, estas missões da organização não se podem considerar um sucesso, havendo quem defenda que fizeram mais mal, do que bem (Moller, 2007: 20).

A UNOSOM I, que teve o seu início em 1992, entrou no teatro já atrasada, com um mandato considerado insuficiente e poucos recursos, o que a impediu de cumprir os seus objetivos. A missão seguinte, a UNITAF (United Task Force Somalia), apesar de ter um mandato das Nações Unidas, acabou por ser uma missão quase unilateral, tal era a dependência dos Estados Unidos. A UNOSOM II, a somar às críticas das missões iniciais, era também acusada de ter cadeias de comando pouco claras que dificultavam a sua intervenção no terreno. Estes problemas, associados a estas intervenções, ainda não foram completamente esquecidos pelos somalis que ainda olham para as Nações Unidas com desconfiança (Moller, 2009:12). O UNPOS (Political Office for Somalia), por exemplo, é por vezes denunciado como altamente influenciado por agendas pessoais e por não se conseguir coordenar com a UA, como é o caso da AMISOM, e mesmo com outras agências das Nações Unidas (ICG, 2012a: 12).

As Nações Unidas têm sido acusadas de manter uma postura extremamente reativa no que diz respeito à Somália (Moller, 2007: 34). O facto de dependerem do Conselho de Segurança para qualquer intervenção mais significativa faz com que o veto seja um impedimento, principalmente quando ainda há o estigma das intervenções falhadas dos anos 90. Apesar de a organização mundial estar no país há muitos anos, esta é encarada de forma negativa por parte dos somalis, que a vêem como representante do ocidente, apoiando e financiando o TFG, cuja legitimidade junto à população sempre esteve muito comprometida (Nyambura, 2011: 191). Em vez de estar a operar como um ator independente e neutro, o apoio que sempre deu ao TFG é encarado como favorecimento de uma das partes do conflito, alienando as outras fações (Menkhaus, 2008: 12). O diretor da UNESCO para a Somália chegou mesmo a dizer numa entrevista que a forma como operavam no território fazia com que a instituição funcionasse efetivamente como o ministério da educação do país (Elmi, 2010: 131).

Não é que as Nações Unidas promovam o radicalismo islâmico no país, mas o seu historial de intervenção não parece contribuir para a resolução do conflito, como deveria. No entanto, nem tudo é negativo na sua presença. A organização tem vindo a providenciar uma assistência humanitária essencial, ao facilitar a distribuição de alimentos, água e medicamentos (Nyambura, 2011: 191), como aliás foi visível na crise de 2011.

4.1.3. União Europeia

Se compararmos com outros atores externos, a União Europeia (UE) tem vindo a desempenhar um papel relativamente discreto no país, focado essencialmente no financiamento dos processos de paz, nas questões humanitárias, no apoio ao TFG (ICG, 2008: 26) e agora ao Governo Federal.

No entanto, a UE tem sido essencial no que concerne a luta contra a pirataria, com a Operação Atalanta a manter na área sempre vários navios em permanência, mas não só. Outra das principais iniciativas desta organização regional é a EUTM, cujo objetivo passa essencialmente pelo reforço das capacidades do TFG, promovendo o desenvolvimento do Setor de Segurança do país. Esta missão é feita em parceria com as Nações Unidas, a UA, a AMISOM e os Estados Unidos mas, por questões de segurança tem, por enquanto, a sua base no Uganda, onde se encontra a dar formação às forças de segurança e defesa do TFG, agora Governo Federal.

Todavia, a União Europeia tem errado onde as Nações Unidas e os Estados Unidos também têm errado, no apoio material e financeiro, percebido como quase incondicional, ao TFG, o que pode ser considerado como um constrangimento ao processo de paz. Um governo com este tipo de apoio pode dar-se ao luxo de se mostrar demasiado intransigente nas negociações, marginalizando partes e acabando por favorecer a perpetuação do conflito (ICG, 2008: 27).

4.1.4. Turquia

Nos últimos tempos, há um novo ator que tem vindo a interessar-se cada vez mais pela Somália. Todavia, talvez por desconfiar das motivações ocidentais, a Turquia tem apostado em iniciativas que vão desde a assistência humanitária, à cooperação militar, mas que são levadas a cabo fora das habituais redes de assistência internacional já existentes (ICG, 2012a: 11). Durante a crise humanitária de 2011, a Turquia foi o primeiro Estado a responder unilateralmente perante a enorme seca que se vivia, enquanto os tradicionais doadores da Somália não estavam preparados ou com vontade de intervir (Aynte, 2012).

Culturalmente situada entre o oriente e o ocidente, a Turquia tem vindo a mostrar-se interessada no país, promovendo a imagem de aliada preferencial devido aos laços históricos e religiosos. Em 2011, organizou um encontro da OIC (Organisation of Islamic Cooperation) com o intuito de apoiar a Somália durante a seca e fome extrema que sofreu nesse ano (Aynte, 2012). Um ano depois, em 2012, Ankara voltou a organizar uma conferência com o objetivo de discutir a Somália. Nesta conferência, exortou a comunidade internacional a alterar a forma como intervém no país, passando a basear as suas

atividades em território somali, em vez de se basearem em territórios vizinhos, como o Quênia (Burch, 2012).

Dois dias depois do encontro de 2011, quando a Al Shabaab tinha sido expulsa apenas há cerca de uma semana da capital somali, o primeiro-ministro turco Recep Erdogan visitou Mogadíscio, o que constituiu a primeira visita de um líder não africano em duas décadas à cidade (Mesfin, 2012). Erdogan viajou com a sua mulher, cinco ministros, empresários e isto com um nível de segurança considerado baixo, mostrando a confiança que o líder turco tinha na estabilidade de Mogadíscio (Aynte, 2012).

Desde esta visita, a Turquia reabriu a sua embaixada, foram estabelecidos dois voos semanais da Turkish Airlines entre Istambul e Mogadíscio, com escala no Sudão, foram abertas escolas com o financiamento turco e cedidas várias bolsas de estudo, dando a oportunidade de jovens somalis irem estudar na Turquia (Mesfin, 2012). Ankara tem vindo a providenciar assistência ao país em setores críticos como a saúde, a educação, a recuperação de estradas, a recolha dos lixos nas cidades, saneamento e dando apoio ao exército somali. Para a Turquia, um parceiro viável, estável e muçulmano no Corno de África, parece ser importante em termos da sua estratégia económica na região (Aynte, 2012).

Apesar de ainda ser cedo para se fazer uma avaliação do papel da Turquia na Somália, pelo seu crescente envolvimento, é uma influência que se deve passar a seguir, principalmente devido à diferente postura que, aparentemente, parece seguir em relação à Somália. Exemplo disso é a alegação de que o país está a apoiar financeiramente o TFG, agora Governo Federal, ao mesmo tempo que tenta negociar com a Al Shabaab, o que tem trazido alguns receios (ICG, 2012a: 5), mas mostra o importante papel que a Turquia pode vir a desempenhar em termos de mediação do conflito (Aynte, 2012). No entanto, o financiamento que a Turquia tem vindo a dar ao TFG, por exemplo, pode também ser preocupante, principalmente se considerarmos os níveis de corrupção associados ao governo.

4.2. A intervenção das potências regionais

4.2.1. Etiópia

Com cerca de 1.500 Km de fronteira partilhada com a Somália e tensões constantes na região de Ogaden, a Etiópia não se pode dar ao luxo de ficar indiferente relativamente às crises somalis (Marchal, 2007b: 18), até porque o historial de conflitos entre os dois Estados é denso. Como grande potência regional, e particularmente afetada pelo contexto somali, a

influência etíope é inegável, contribuindo com frequência para a continuação das tensões e mesmo o exacerbar de posições, principalmente se tivermos em consideração a invasão de 2006.

Como já verificámos no capítulo II, a invasão etíope em 2006 foi determinante para a evolução da Al Shabaab, radicalizando o grupo e aumentando a sua base de recrutamento e financiamento, uma vez que pode passar a invocar o argumento nacionalista de luta contra os invasores. Adicionalmente, afastou algumas vozes mais moderadas que, no seio da UTI, amorteciam de certa forma as vozes mais radicais da Al Shabaab.

Com 14.000 homens, esta invasão (Harper, 2012: 171), assim como os dois anos de permanência etíope no país, acabaram com a ameaça da UTI e permitiram a manutenção do TFG, não há dúvidas quanto a isso, mas marcaram igualmente o início de uma violenta insurgência, que acabou por aumentar a desagregação da sociedade somali e fez com que houvesse um fluxo de combatentes estrangeiros a rumarem para o país, com o intuito de assistirem os somalis na sua luta contra os invasores (Ibrahim, 2010: 286 e 290). Como a Etiópia é um Estado maioritariamente cristão²⁴, não foi difícil para a Al Shabaab retratar esta intervenção como uma nova cruzada dos infiéis contra a população muçulmana da Somália (Moller, 2009: 21), conseguindo apelar a elementos da jihad global. Estes combatentes estrangeiros foram dos principais responsáveis pelas novas táticas de combate trazidas para o teatro somali, como é o caso dos suicidas e dos IED's (Improvised Explosive Devices) (Ibrahim, 2010: 286 e 290), estratégias que deverão agora ser também amplamente utilizadas contra as forças quenianas.

Para além disso, com a queda da UTI a situação do país acabou por piorar em vez de melhorar, agravando a crise humanitária já vivida e levando a um aumento dos números de IDP's e refugiados, principalmente para o Quênia e Etiópia (Moller, pp. 17: 2009). A título de exemplo, entre 2007 e 2008, dois terços da população de Mogadíscio abandonou a cidade (Harper, 2012a: 173).

Não podemos, no entanto, deixar de referir que a intervenção de 2006, apesar de ser etíope, não podia ter sido possível sem o acordo e financiamento americano, não estivéssemos nós a falar de um país extremamente dependente da assistência internacional (Marchal, 2007b: 17). Há, contudo, outras opiniões que defendem que, mesmo que os Estados Unidos não tivessem aprovado esta operação, os etíopes avançariam de qualquer das formas (Hoehne: 2009).

²⁴ De referir que na sua pesquisa relativa à religião na Etiópia, o Professor Manuel João Ramos, do ISCTE, chama a atenção para o facto de a Etiópia ter uma crescente população islâmica que, principalmente em termos económicos, tem vindo a ganhar força no país. A juventude islâmica, designadamente, tem vindo a apresentar-se cada vez mais vocal e reivindicativa, ao contrário do que acontecia com as gerações anteriores.

A Etiópia terminou oficialmente a sua invasão em janeiro de 2009, mas isso não quer dizer que tenha abandonado por completo o território somali, mantendo forças em permanência nas zonas fronteiriças (Harper, 2012a: 108). Para a Etiópia é importante estabelecer uma zona tampão na região de Ogaden, onde a ONLF (Ogaden National Liberation Front) continua a tentar alcançar pela força os seus objetivos secessionistas (ICG, 2012b: 12). Paralelamente, o território somali tem o potencial de ser usado como santuário para grupos contrários ao governo etíope lançarem ataques na Etiópia, como é o caso da ONLF, da UWSLF (United Western Somali Liberation Front) e do Oromo Liberation Movement (que reclama representar o maior grupo étnico somali, os Oromi).

Para além desta presença de militares etíopes nas regiões fronteiriças, no seguimento da invasão queniana, houve uma intensificação da intervenção militar etíope na Somália. Inicialmente o apoio etíope à invasão queniana era apenas retórico mas, em 2012, as suas forças tomaram Beledweyne, uma cidade na zona central da Somália, ocupando igualmente outras zonas (ICGb, 2012: 12), algumas delas anteriormente controladas pela Al Shabaab.

A Etiópia não só tem uma influência através das suas intervenções diretas, como indiretamente através do apoio a grupos contrários à Al Shabaab, fornecendo-lhes armamento e minando os processos de paz (Elmi, 2010: 93). O facto do TFG, por exemplo, ser uma construção patrocinada pela Etiópia e pelos Estados Unidos, faz com que perca legitimidade, daí haver somalis que o denominam por *daba dhilif*, que traduzido significa governo satélite (Harper, 2012a: 177).

4.2.2. Quénia

O Quénia tem sido dos países mais afetados pelos conflitos somalis, principalmente devido ao fluxo de refugiados. O Campo de Dadaab, por exemplo, é dos maiores do mundo. O número de somalis a habitar no Quénia tem sido crescente. Na capital do país, a zona de Eastleigh, tem já cerca de 100.000 somalis (ICG, 2012b: 2), o que acaba por desenvolver a área, mas também tem provocado um aumento dos sentimentos anti-somalis no Quénia.

Aparentemente, o Quénia já teria planos para intervir na Somália há alguns anos com o objetivo de criar uma região independente na Jubaland, que funcionasse como uma zona tampão na fronteira entre os dois Estados, controlando dessa forma o fluxo de refugiados e armas. No entanto, este plano não foi aprovado pelos etíopes, que temiam que a região de Ogaden tivesse depois as mesmas ambições de autonomia desta região (Totolo, 2012), até porque esta iniciativa é apoiada por clãs de Ogaden.

Não obstante, o Quénia só decidiu intervir em 2011, através da Operação Linda Nchi. O que terá precipitado esta invasão terão sido os raptos de turistas ocidentais junto à costa somali e de trabalhadores humanitários no campo de refugiados de Dadaab (ICG, 2012b).

Apesar de não haver provas de que a Al Shabaab estivesse relacionada com os raptos, os mesmos foram utilizados para justificar a Operação Linda Nchi, alegadamente em coordenação com os Estados Unidos, Etiópia e França (Totolo, 2012).

Quando os raptos em Lamu aconteceram, os mesmos foram encarados como uma ameaça para o setor do turismo do Quênia, essencial para a sua economia, mas também um risco para os trabalhadores humanitários no país. A maior parte das ONG's e agências das Nações Unidas a operar na região, estão baseadas no Quênia (ICG, 2012b), o que lhe tem trazido variados benefícios económicos. Mas, para além do turismo e assistência humanitária, a segurança de Lamu é essencial devido à existência de um projeto de um porto, uma refinaria petrolífera, um oleoduto e uma linha ferroviária que ligaria este porto ao sul do Sudão e à Etiópia. Um projeto que se viu com estes ataques ameaçado pela Al Shabaab (Totolo, 2012).

A somar a estas razões para intervir, o Quênia tem ainda importantes interesses na região sul da Somália, principalmente no que diz respeito ao porto de Kismayo que, controlado pela Al Shabaab, acabava por enfraquecer negócios quenianos legítimos, dificultando a cobrança de impostos sob os bens contrabandeados através de Kismayo (Totolo, 2012).

A intervenção queniana, juntamente com as forças etíopes, que se têm mantido junto às zonas fronteiriças entre os dois Estados, e as ofensivas da milícia ASWJ e da AMISOM, têm feito com que a Al Shabaab perca grandes parcelas de território que antes controlava, enfraquecendo o grupo e obrigando-o a combater em múltiplas frentes, o que tem provocado algumas alterações na organização que, no entanto, se tem vindo a adaptar (ICG, 2012b: 6).

Todavia, a intervenção queniana não tem tido só aspetos positivos. Para além de provocar uma série de ataques retaliatórios por parte da Al Shabaab, o fluxo de refugiados para o campo de Dabaab não só não diminuiu, como aumentou (Totolo, 2012), e os ataques aéreos levados a cabo na região de Juba e Gedo têm provocado muitos danos colaterais (ICG, 2012b: 6). Adicionalmente o Quênia não parece ter uma estratégia de saída ou capacidade financeira para manter esta intervenção durante muito tempo (Totolo, 2012). Talvez por isso, ao contrário da Etiópia, o Quênia tenha decidido integrar as suas forças na AMISOM, apesar do seu mandato constituir uma limitação à sua atuação.

Outro desafio que não tem sido fácil de gerir, diz respeito às tensões e conflitos entre os seus aliados somalis. Sempre que uma parcela de território é conquistada, há o risco de haver novas disputas sob o controlo dessa região (ICG, 2012b: 5), o que pode levar ao surgimento de novas tensões e conflitos territoriais.

Apesar da intervenção queniana estar a ter algum sucesso no combate à Al Shabaab, a forma como as conquistas territoriais se vão agora consolidar, e a forma como a Al

Shabaab se vai adaptar a este novo contexto, são determinantes para a securitização da Somália. Há ainda a considerar que uma operação do Quênia muito prolongada pode acabar por alienar ainda mais a população somali, o que pode ser usado em proveito deste grupo. A Al Shabaab tem vindo a tentar fortalecer o ideal nacionalista novamente, tentando apelar aos somalis que lutem contra os novos invasores, argumentando também que os somalis são mal tratados no Quênia, o que poderá originar ainda uma maior intensificação dos ataques desta organização a serem levados a cabo em território queniano, para além de somali.

4.2.3. Eritreia

Apesar de a Eritreia sempre ter negado o seu envolvimento, a Somália parece ter vindo a ser usada como um teatro de combate indireto à velha inimiga Etiópia. O apoio da Etiópia e da Eritreia a fações rivais na Somália fazem com que, de certa forma, as crises na Somália e na região de Ogaden funcionem como uma extensão dos conflitos entre Adis Abeba e Asmara, agravando o conflito, mesmo que não o causem (Prendergast, 2008).

Apesar de na sua história, principalmente durante os anos 90, a Eritreia ter lutado contra militantes islamitas que constituíam uma ameaça ao regime do país, esta foi um dos principais apoiantes da UTI e um dos seus maiores fornecedores de armamento (Prendergast: 2008), conselheiros e mesmo homens (Hoehne, 2009).

Um apoio que aparentemente se transferiu para a Al Shabaab, sendo acusada de fornecer financiamento e armamento ao grupo (Bruton, pp. 17: 2010), apesar do embargo de armas existente. O financiamento era, alegadamente, operacionalizado através das embaixadas da Eritreia no Quênia, Djibouti e Dubai, revertendo a favor da Al Shabaab, mas também do Hizbul Islam. Foi aliás com o alegado apoio da Eritreia que Hassan Aweys conseguiu regressar à Etiópia em 2009, para liderar o Hizbul Al Islam (Bruton & Norris, 2011: 26).

De tal forma, a Eritreia é encarada com desconfiança pelo ocidente, que os Estados Unidos já a colocaram na lista de Estados patrocinadores de atividades terroristas. Com o seu acesso ao mar privilegiado no Mar Vermelho, a Eritreia é acusada de facilitar a infiltração de armas, homens e financiamento a grupos terroristas a operarem em África (Lyman, 2009).

4.2.4. Organizações Regionais (UA e IGAD)

A Somália é membro de várias organizações regionais, como é o caso da Liga Árabe, do IGAD, da UA e da OIS (Organization of Islamic States), no entanto, quando falamos em

Organizações Regionais, falamos essencialmente do IGAD e da União Africana, cujo papel de mediadores da crise somali tem sido o mais relevante entre estas várias organizações, apesar de altamente influenciadas pelos interesses quenianos e etíopes (Elmi, 2010: 100).

Não obstante todas as suas limitações em termos de recursos e mandato, o IGAD sempre tentou ter um papel ativo nas negociações de paz da Somália. No entanto, apesar do apoio ao processo de paz, conferências organizadas e negociações de paz existentes, o IGAD nunca conseguiu desempenhar um papel muito positivo no conflito somali, principalmente devido à forte influência que a Etiópia mantém na organização e ao forte favorecimento do TFG, o que sempre levou a que a organização fosse encarada como tendenciosa pelas partes no conflito (Moller, 2009: 25).

Por sua vez, a UA, e dada a ineficácia das Nações Unidas em atuar, tem vindo a desempenhar um importante papel no conflito somali, através da AMISOM, que se encontra no terreno desde 2007. Com um mandato de certa forma peculiar, a AMISOM foi para o terreno com o principal objetivo de proteger o TFG, uma das partes em conflito, bem como infraestruturas essenciais, como o porto e aeroporto de Mogadíscio, de forma a conter a influência da Al Shabaab com a saída das forças etíopes (Aboagye et al, 2010). Só o facto de o seu mandato ter como um dos principais objetivos a proteção do TFG já condiciona o sucesso de toda a missão, uma vez que afeta drasticamente a sua neutralidade no terreno, tornando-o um alvo a abater por parte dos movimentos opositores ao governo (Menkhaus, 2008: 13).

Para além disso, e apesar de ser constituída apenas por militares africanos, estes são encarados como estrangeiros, estrangeiros que favorecem claramente o TFG e, como tal, têm sido alvo de vários ataques na Somália (Hoehne, 2009). A AMISOM acaba por ser um produto ocidental, uma vez que o seu financiamento está extremamente dependente dos apoios dos Estados Unidos, União Europeia e Nações Unidas (Bruton & Norris, 2011: 23). De facto, sem o financiamento de países e organizações ocidentais, a UA não conseguiria manter a AMISOM no terreno, o que condiciona a sua atuação (CSS, 2012).

A AMISOM conseguiu alcançar alguns dos seus objetivos, nomeadamente a proteção do TFG, no entanto no que concerne à assistência humanitária e obtenção de condições de segurança e controlo territorial, os seus sucessos sempre foram muito diminutos. A debilidade do mandato existente, a falta de conhecimento do terreno por parte destes homens, assim como a carência de recursos materiais e humanos prostrou esta missão (Aboagye et al, 2010). De facto, antes da intervenção queniana, as forças da AMISOM, constituídas apenas por contingentes do Uganda, Djibouti e Burundi, não tinham capacidades para conseguir manter o controlo territorial de pouco mais do que uma parte da capital do país, zona a partir da qual o TFG governava. Atualmente, o reforço das forças

quenianas, trouxe um novo ímpeto à missão, que será ainda reforçada por um contingente da Serra Leoa em abril deste ano, mas parte dos problemas ainda se mantêm.

O facto de ser considerada tendenciosa, as violações de direitos humanos de que são acusados os seus militares, os danos colaterais que provocam, os vários casos de corrupção, entre outros problemas, fazem com que esta missão nem sempre seja bem recebida pelos somalis, contribuindo para a atração de combatentes estrangeiros e radicalizando grupos insurgentes e a população somali (Aboagye et al, 2010).

É ainda de referência o facto das forças do Uganda e do Burundi serem constantemente ameaçadas, não só na Somália, mas também no seu território nacional devido à sua participação na AMISOM (Harper, 2012: 184), como aliás se comprovou pelos ataques de Kampala.

4.3. A influência dos atores externos nas crises somalis

A Somália tem vendido jornais há cerca de duas décadas ao ser caracterizado como um país em guerra civil, com lutas entre clãs e senhores da guerra, catástrofes humanitárias, um Estado falhado e, mais recentemente, como um santuário terrorista. De facto, no seguimento dos ataques de 11 de setembro de 2001, vários atores locais e regionais relacionados com a Somália, incluindo os senhores da guerra e a Etiópia, adotaram a ideia da Guerra Contra o Terrorismo de maneira a atrair apoios e recursos (Hoehne, 2009).

De certa forma, a Somália foi sendo posta de lado nas agendas internacionais desde a saída dos Estados Unidos e das Nações Unidas nos anos 90, mas a Guerra Contra o Terrorismo e a possibilidade desta estar a operar como um santuário para grupos mais extremistas trouxe de novo a atenção para o país. Mas quando tentamos analisar se a Somália é, ou não, um local preferencial para o estabelecimento de elementos, e mesmo grupos terroristas, não basta olhar para os fatores e condicionalismos internos. Há quem defenda que uma ingerência internacional, direta ou indireta, tem sido um dos principais entraves a uma solução viável da crise somali (CSS, 2012).

Ao longo dos anos houve várias intervenções no país, processos de paz promovidos por atores externos, organizações regionais e internacionais a operar no terreno e interesses de atores regionais e internacionais a serem jogados no seio da crise somali, que acabam por ser tão determinantes como os fatores internos. A existência de tantos atores envolvidos no país acaba por ser um indicador da dificuldade em perceber as dinâmicas locais e encontrar soluções inovadoras que permitam gerir a crise somali (Gnanguênon, 2012: 151).

De facto, intervenções, diretas ou não, mal pensadas têm o potencial para prolongar e agravar o conflito, radicalizar populações e aumentar as probabilidades de grupos

extremistas usarem a Somália como santuário terrorista (Bruton, 2010: 5). O facto da comunidade internacional, liderada pelos Estados Unidos, demonizar a Al Shabaab pode ter contribuído para uma maior radicalização da juventude somali (Verhoeven, 2009: 417). Para agravar esta situação, no que concerne os Estados falhados, a comunidade internacional tende a preferir soluções rápidas que, por norma, não só não resolvem os problemas existentes, como têm o potencial para os exacerbar (Bruton & Norris, 2011: 6: 2011).

Harry Verhoeven, no seu artigo “The self fulfilling prophecy of failed states”, argumenta exactamente que o facto de a Somália ter sido colocada na agenda da Guerra contra o Terrorismo, com a visão reducionista que lhe está associada, acabou por provocar um agravamento da situação humanitária do país, assim como da insurgência (Verhoeven, 2009).

Mesmo quando se tenta dar assistência direta ao país, há o risco dessa mesma assistência acabar por perpetuar o conflito em vez de mitigar os seus efeitos. Na Somália, os senhores da guerra, principalmente mas não só, têm-se mesmo mostrado muito habilidosos em desviar a assistência humanitária destinada às populações, assim como manipular os atores externos em seu proveito (ICG, 2012a: 2). Um exemplo destes desvios, desta feita com o TFG como protagonista, é dado por Norris e Bruton que dão conta de um relatório confidencial do governo somali em que se afirma que, entre 2009 e 2010, cerca de 96% de toda a assistência bilateral destinada ao governo simplesmente desapareceu, presumivelmente nas mãos de elementos corruptos das instituições estatais (Bruton & Norris, 2011: 2).

Mesmo quando não há um envolvimento direto no país, como foram as intervenções nos anos 90, a invasão da Etiópia, ou a intervenção queniana em 2011, os interesses externos prevalecem. Apesar de não haver números credíveis sabe-se que, não obstante o embargo de armas em vigor até há pouco tempo, vários países fornecem armamento, financiamento e treino às diversas partes do conflito somali (Bruton & Norris, 2011: 24), perpetuando a violência no país.

Adicionalmente, a ingerência na Somália tende a atacar as consequências e não as causas dos problemas, e tem vindo a ser marcada por alguma indefinição. Por um lado não é suficientemente robusta para facilitar a resolução da crise mas, por outro lado, mantém-se num nível que não permite uma margem de manobra mínima para que os somalis consigam sozinhos resolver os seus problemas (Bruton & Norris, 2011: 4). No caso do norte do país, mais exactamente a Somaliland, há autores que defendem que a falta de interesse externo na região foi exactamente o que permitiu que as populações locais experimentassem e encontrassem soluções políticas viáveis para aquela área (Hoehne, 2012: 193).

Mas quando falamos em intervenção, não podemos deixar de referir os atores não estatais presentes na Somália. Apesar das dificuldades de segurança sentidas no terreno,

há uma grande panóplia de Organizações Não Governamentais (ONG's) a desenvolver projetos na Somália, desde a Cruz Vermelha Internacional, a CARE, os Médicos Sem Fronteiras, entre outros. As caridades islâmicas têm aliás sido apresentadas algumas vezes como instrumentos de grupos e países externos com interesses na radicalização e doutrinação da população somali (Moller, 2009: 27). Abdullahi Yusuf, ex-presidente da Somália, chegou a dizer que o seu governo não controlava nada, que as ONG's que operavam a partir de Nairobi e os fundamentalistas tinham mais poder sob a sociedade somali do que ele (Elmi, 2010: 131).

Um dos problemas quando falamos em intervenção, direta principalmente, é que no caso da Somália as interferências estrangeiras têm o potencial de unir um país dividido em redor da luta contra um inimigo comum. Na Somália, grupos e indivíduos tendem a estar mais em desacordo do que acordo. No caso dos grupos islâmicos, e como já foi referido em capítulos anteriores, este contexto torna-se ainda mais problemático devido às dinâmicas e lealdades dos clãs que não tornam o apoio popular muito fácil. No entanto, esta é uma situação que muda quando há potências externas envolvidas, que acabam por funcionar como um alvo comum (Hoehne, 2009).

Isto não quer dizer que se deva deixar a Somália por sua conta e risco, até porque isso não seria possível, mesmo que se provasse que até era do melhor interesse do país. Mas as intervenções devem ser baseadas num conhecimento concreto das realidades e dinâmicas do país e dos grupos que lá operam, o que nem sempre acontece. As iniciativas internacionais têm o potencial de fragilizar grupos e levar ao prolongamento da violência, o que acaba por favorecer uma radicalização da sociedade somali.

CONCLUSÃO

A comunidade internacional parece convencida que a Somália constitui um risco de segurança regional, e mesmo internacional, na medida em que o país pode estar a operar como um santuário terrorista e, de facto, esta ameaça não é completamente despropositada, mas também não deve ser sobrevalorizada. Desta forma, a finalidade deste trabalho passa por investigar estas alegações, de maneira a tentar alcançar uma melhor compreensão desta problemática. Foi com esse objectivo em mente que, no início desta dissertação, se colocaram uma série de questões com a finalidade de desconstruir a possibilidade de a Somália estar a operar como um santuário terrorista, principalmente quando consideramos a Al Shabaab:

- Em que medida é que a Al Shabaab pode ser considerada uma organização terrorista?
- Em que medida é que a Somália é um Estado falhado, e como é que esse factor pode, ou não, ser determinante para a proliferação de grupos terroristas no país?
- De que forma é que a intervenção externa tem contribuído para uma eventual radicalização de movimentos alegadamente terroristas na Somália?

Desde os ataques de 11 de setembro de 2001, talvez mesmo antes, que a Somália já se encontrava no radar de vários Estados como um potencial santuário terrorista, principalmente depois de se ter percebido o papel que o Afeganistão, um Estado considerado falhado, tinha tido nestes eventos. Mas esta atenção adicional acabou por se intensificar com a emergência da Al Shabaab nos últimos anos. O fato de um grupo como a Al Shabaab, considerado por vários Estados ocidentais como um grupo terrorista, controlar extensas parcelas territoriais da Somália, ter uma boa base de recrutamento, tanto a nível nacional como internacional, ter um discurso que defende a jihad global e ter ligações com a Al Qaeda, trouxe preocupações acrescidas.

A classificação da Al Shabaab enquanto grupo terrorista não é de todo consensual, e nem nunca há-de ser. Definir o que consideramos um terrorista ou grupo terrorista é sempre uma interpretação que varia consoante os nossos determinismos sociais, profissionais, nacionais e mesmo académicos. Como tal, qualquer análise realizada a um grupo deste género será sempre alvo de eventuais refutações.

No entanto, se olharmos para as motivações ideológicas e políticas deste grupo, a forma como se financia, como efetua o seu recrutamento, os alvos que ataca e como ataca, e como se encontra organizada, podemos afirmar que existem vários contornos que justificam a sua classificação como grupo terrorista. Porém, esta denominação não deve ser utilizada de forma simplista ou mesmo redutora, é importante uma análise permanente dos

contornos e dinâmicas deste grupo. Até porque, como foi referido ao longo da dissertação, não se trata de um grupo homogéneo ou mesmo estático, existem no seio da organização diferentes fações com visões distintas que podem, consoante a relevância que assumem no seio do grupo, condicionar qualquer perspectiva. A divisão, por exemplo, entre os mais nacionalistas e os que, por sua vez, defendem um crescente envolvimento na jihad global, pode ser determinante no que constitui a ameaça que o grupo representa e que o país constitui enquanto santuário terrorista.

Por outro lado, a Al Shabaab atua no contexto muito particular de um Estado considerado como o epítome do Estado falhado, o que nos remete para a discussão de um outro conceito sujeito a um intenso debate. Simultaneamente, há também diferentes perspectivas sobre as relações causais entre os Estados falhados e o terrorismo.

Se se tiver em conta o que tradicionalmente se considera como características de um Estado falhado, a Somália manifesta-as quase na totalidade. A não ser que renunciemos por completo ao paradigma dos Estados weberianos, a Somália encaixa na categoria de Estado falhado, e mesmo colapsado. No entanto, os críticos do conceito alertam para o facto de este poder ser de tal forma redutor, que não nos permite compreender a realidade do que se passa no país. Se se olhar além desta classificação, há aspetos funcionais em alguns setores e regiões do país. O caso de Puntland, e principalmente da Somaliland, o desenvolvido setor das telecomunicações, os funcionais sistemas *hawala* e *hagbed*, entre outros, demonstram a existência de algumas dinâmicas positivas desenvolvidas no país.

No que concerne as ligações causais entre Estados falhados e terrorismo, estas também são objecto de muito debate. Se analisarmos as habituais características atribuídas a um Estado falhado, à primeira vista estes parecem espaços ideais para a movimentação de grupos terroristas. As fronteiras são permeáveis, há habitualmente um mercado negro de tráfico de armas vantajoso, formas ilícitas de angariar financiamento, uma população empobrecida e alienada socialmente passível de eventuais processos de recrutamento, forças de segurança e de defesa ineficazes, e um nível mínimo de soberania que evita a intervenção estrangeira e que facilita uma maior liberdade de movimentos. Todavia, não é porque a Somália seja um Estado falhado que automaticamente opera como santuário terrorista. No caso da Somália, a par destas características subsistem outras mais específicas do contexto somali.

Pelas áreas que controla, homens que lidera e ataques que efetua, internamente, a ameaça da Al Shabaab é ainda inquestionável, pese embora os avanços da AMISOM e das forças governamentais no seu combate estejam a ser consideráveis no último ano. O grupo adicionou um extremismo e uma radicalização ao conflito somali dando-lhe também uma dimensão de jihad global, designadamente através dos objetivos que defende, assim como dos combatentes estrangeiros que alegadamente combatem no país, ao seu lado.

Adicionalmente, é de referir que a Somália tem vários episódios ao longo da sua história que a ligam a eventos de terrorismo global, designadamente com ligações à Al Qaeda. Contudo, há fatores no contexto particular da Somália que parecem comprometer esta suposta ligação indiscutível entre Estados falhados e terrorismo.

O caos e insegurança do país aparentam funcionar mais como um constrangimento do que uma vantagem para eventuais actividades terroristas, o que pode limitar a utilização do país enquanto santuário terrorista. A sociedade baseada na estrutura de clãs, o islão moderado praticado pela maioria dos somalis, a falta de alvos de ataques de relevo no país, os vastos custos logísticos devido a inexistência de todas as estruturas consideradas básicas, a falta de locais privilegiados que constituam bons esconderijos, como eram as montanhas afegãs, ou a própria natureza curiosa dos somalis que não deixa um estrangeiro passar despercebido, limitam a atividade de grupos terroristas internacionais, mesmo com o apoio da Al Shabaab. Mesmo esta organização, apesar do seu vasto conhecimento do contexto em que opera, encontra nestes fatores obstáculos à expansão da sua actuação.

Um dos aspetos que quem defende esta relação causal entre Estado falhado e terrorismo refere é o facto de estes Estados, apesar de não terem estruturas políticas muito funcionais, serem reconhecidos internacionalmente, o que os protege de eventuais intervenções externas. Porém, este é um dos argumentos que não se pode associar à Somália, já que ao longo dos anos têm havido inúmeras intervenções no país. No seguimento dos insucessos da intervenção dos Estados Unidos e das Nações Unidas dos anos 90, a Somália foi realmente sendo esquecida nas agendas internacionais, mas a Guerra Contra o Terrorismo e a possibilidade de estar a operar como um santuário para grupos mais extremistas, trouxe de novo a atenção para o país.

Estas intervenções no país, que incluíram vários processos de paz promovidos por atores externos, organizações regionais e internacionais a operar no terreno, bem como interesses de atores externos a serem jogados no seio da crise somali, adquiriram um papel tão determinante como os factores internos. Em muitos aspectos, esta intervenção externa tem desenvolvido efeitos contraproducentes e não planeados, contribuindo muitas vezes para um agravamento das tensões existentes na Somália, assim como para a perpetuação da crise somali e a radicalização da sua sociedade. Isto, quando o que se pretendia era favorecer a estabilidade do país e incentivar a afirmação das fações moderadas da população, criando dessa forma condições hostis para que a Somália atue como um santuário terrorista.

De facto, as intervenções americanas e das Nações Unidas dos anos 90, os ataques aéreos que os americanos continuam a efetuar no terreno, o apoio incondicional dado por vários atores externos ao TFG, agora Governo Federal, o fornecimento de armas e material a grupos opostos no conflito, a invasão etíope de 2006, a ineficácia da AMISOM, entre

outros, têm tido resultados nem sempre positivos para a resolução das crises somalis. A invasão etíope é mesmo vista como um marco na evolução, crescimento e radicalização da Al Shabaab.

Estas intervenções têm, no entanto, também apresentado impactos positivos como sejam a prestação de assistência humanitária que, apesar de muitas vezes desviada pelas partes envolvidas no conflito, é essencial para a sobrevivência de muitos somalis. Igualmente, a intervenção do Quénia, cujas tropas invadiram a Somália e vieram reforçar a AMISOM, teve resultados iniciais positivos ao levarem à expulsão da Al Shabaab de zonas em que estes se encontravam implementados e ao conseqüente enfraquecimento do grupo.

No entanto, ainda é cedo para apelidar esta intervenção queniana de sucesso. O fluxo de refugiados que tem originado, a dificuldade em gerir os territórios que vai conquistando à Al Shabaab e a aparente ausência de uma estratégia de saída podem comprometer os resultados desta ingerência. Sem contar que estes recuos territoriais têm o potencial de levar a uma nova transformação da organização, que poderá passar a atuar cada vez mais como os movimentos insurgentes no Afeganistão, radicalizando ainda mais o conflito.

Este estudo demonstra a complexidade das questões que emergem quando se analisa a Somália e a questão do terrorismo no país. A desconstrução de conceitos como terroristas ou Estado falhado, tão amplamente utilizados quando se fala sobre a Somália, torna-se relevante, na medida em que permite uma compreensão mais abrangente de todo o contexto somali, assim como uma análise dos debates existentes, e dos interesses e preconceitos que, por vezes, se encontram por trás destes debates. Adicionalmente, a Somália não é um cenário de fácil análise. A dificuldade de acesso a fontes primárias ou dados estatísticos fiáveis constituem uma limitação para qualquer pesquisa sobre o país.

O país apresenta algumas das condições que podem favorecer a operação de grupos terroristas, sendo uma delas o facto da Al Shabaab ser um grupo que ainda tem muito poder no território, podendo dar condições para o estabelecimento, mesmo que não permanente, de terroristas internacionais, designadamente da Al Qaeda, no país. A par desta situação, a própria Al Shabaab, caso enverede por uma linha orientadora mais favorável à jihad global, do que nacionalista, pode também constituir-se como uma ameaça, à semelhança do que já aconteceu com os ataques de Kampala, principalmente se considerarmos o eventual apoio da diáspora somali. É um facto que a Al Shabaab tem sofrido vários revezes desde 2011, principalmente desde que o Quénia decidiu lançar a Operação Linda Nchi, porém mantém capacidades que lhe permitem projectar as suas actividades além fronteiras. Esta ameaça, assim como o potencial do país para operar como santuário terrorista, não deve ser ignorada mas também não deve ser sobreestimada; pensamos que este estudo contribuiu para uma melhor compreensão desta realidade complexa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboagye, Festus e al. (2010) "Somalia: the intervention dilemma" [Em linha]. Consultado em setembro de 2012. Disponível em: <http://www.issafrica.org/uploads/No20Aug2010Somalia.pdf>
- Adam, Hussein M. (1995), *Somalia: A Terrible Beauty Being Born?*, em ZARTMAN, I. William (1995) "Collapsed States: The Disintegration and Restoration of Legitimate Authority", Colorado, Lynne Rienner Publishers
- Ahmed, Rafiuddin (2001) "Terrorism" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível: <http://ipripak.org/>
- AFDB (2010) "Somalia: Country Brief" [Em Linha] Consultado em outubro de 2012. Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/SOMALIA%20-%20Country%20Brief.pdf>
- Alessil, Christopher e Stephanie Hanson (2012) "Combating Maritime Piracy" [Em Linha] Consultado em fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.cfr.org/france/combating-maritime-piracy/p18376>
- Al Jazeera (2012) "Somalia's president names newcomer as PM" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/africa/2012/10/2012106143336746746.html>
- AMISOM (2013) "Kenya-KDF" [Em linha]. Consultado em Abril de 2013 Disponível em <http://amisom-au.org/kenya-kdf/>
- Aynte, Abdihakim (2012) "Turkey's Role in Somalia: A New Ally?" [Em linha]. Consultado em fevereiro de 2013. Disponível em: http://cesran.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1418%3Aturkeys-role-in-somalia-a-new-ally&catid=216%3AAnalyses-on-turkey-and-neighbourhood&Itemid=336&lang=en
- BBC (2012a) "London conference backs Somalia terror fight" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/uk-politics17131208>
- BBC (2012b) "Somali: MPs sworn in to historic parliament" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa19314308>
- BBC (2012c) "President: Hassan Sheikh Mohamud" [Em linha]. Consultado em Março de 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-14094548>
- Black, Andrew e Ahren Schaefer (2011) "Clan and Conflict in Somalia: Al Shabaab and the Myth of Transcending Clan Politics", Terrorism Monitor, Vol.9 - 40
- Blanchard, Christopher (2008) "The Islamic Traditions of Wahhabism and Salafiyaa" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.fas.org/sqp/crs/misc/RS21695.pdf>
- Berger, J. M. (2012) "Al Qaeda's merger" [Em linha]. Consultado em julho de 2012. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/02/14/al_qaedas_merger
- Boucek, Christopher e Ken Menkhaus (2010) "Terrorism Out of Somalia" [Em linha]. Consultado em junho de 2012. Disponível em: <http://www.carnegieendowment.org/2010/09/23/terrorism-out-of-somalia/591>
- Borges, João Vieira (2006) "Terrorismo: razões da ausência de um conceito comum" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt>
- Brutton, Bronwyn (2010) "Somalia: A New Approach" [Em linha]. Consultado em junho de 2012. Disponível em: <http://www.cfr.org/>

- Bruton, Bronwyn e John Norris (2011) "Twenty Years of Collapse and Counting: The Cost of Failure in Somalia" [Em linha]. Consultado em março de 2012. Disponível em: <http://www.americanprogress.org/issues/security/report/2011/09/14/10286/twenty-years-of-collapse-and-counting/>
- Burch, Jonathon (2012) "Turkey tells U.N. and aid donors to move to Somalia" [Em linha]. Consultado em fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2012/06/01/us-turkey-somalia-idUSBRE85016120120601>
- Call, Charles T. (2008) "The Fallacy of the "Failed State"", Third World Quarterly, 29:8, pp.1491-1507
- CBC (2012) "Somalia parliament elects new president" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.cbc.ca/news/world/story/2012/09/10/somalia-new-president-named.html>
- Clarke, Walter e Robert Gosende(2003), "Somalia: Can A Collapsed State Reconstitute Itself?" em ROTBERG, Robert (ed.), *State Failure and State Weakness in a Time of Terror*, Massachusetts, The World Peace Fundation
- Cohn, Julie (2010) "Terrorism Havens: Somalia" [Em linha]. Consultado em maio de 2012. Disponível em: <http://www.cfr.org/somalia/terrorism-havens-somalia/p9366>
- Crenshaw, Martha (1981) "The causes of Terrorism", *Comparative Politics*, Vol.13, 4, pp. 379-399
- Critical Threats (2012) "Al Shabaab Leadership Profiles" [Em linha]. Consultado em Março de 2013. Disponível em: <http://www.criticalthreats.org/somalia/al-shabaab-leadership/ibrahim-haji-jama-mead-afghani-novem-ber-14-2011>
- CSS (2012) "Somalie: Peu de Perspectives de Paix" [Em linha]. Consultado em fevereiro de 2013. Disponível em:
- Dagne, Ted (2002) "Africa and the War on Terrorism" [Em linha]. Consultado em janeiro de 2013. Disponível em:<http://fpc.state.gov/documents/organization/7959.pdf>
- Debiel, Tobias (2002a), "Do Crisis Regions Have a Chance of Lasting Peace? The Difficult Transformation from Structures of Violence", em Debiel, Tobias e Axel Klein (2002), *Fragile Peace: State Failure, Violence and Development in Crisis Regions*, London, Zed Books
- Debiel, Tobias (2002b), "Privatized Violence and the Terror of September II: Challenges to Foreign, Security and Development Policy", em Debiel, Tobias e Axel Klein (2002), *Fragile Peace: State Failure, Violence and Development in Crisis Regions*, London, Zed Books
- Dempsey, Thomas (2006) "Counterterrorism in African Failed States: Challenges and Potential Solutions" [Em linha]. Consultado em março de 2013. Disponível em: <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=649>
- Dersso, Solomon (2010) "Somalia dilemmas: Changing security dynamics, but limited policy choices" [Em linha]. Consultado em janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.iss.co.za/uploads/Paper218.pdf>
- Dias, Alexandra Magnólia (2010) "A Trajetória de um Movimento Islamita na Somália (2006-2010)", *Relações Internacionais*, 26, pp. 83 - 93
- Dias, Alexandra Magnólia (2012) "Clan, the State and Society in Somalia: The Rise and Fall of the Islamist Movement", *Les Defis Politiques et Strategiques em Somalie – Cahiers de L'Irsem*, nº13
- Di John, Jonathan (2008) "Conceptualising the Causes and Consequences of Failed States: A critical review of the literature", *Crisis States Working Papers Series Nº 2*, 25

- Eisentrager, Stian (2012) “Failed State or Failed Label? The concealing concept and the case of Somalia” [Em Linha] Consultado em fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.e-ir.info/2012/03/27/failed-state-or-failed-label-the-concealing-concept-and-the-case-of-somalia/>
- Elmi, Afyare Abdi (2010), *Understanding the Somalia Conflagration: Identity, Political Islam and Peacebuilding*, London, Pluto Press
- Ganor, Boaz (2002) “Is One Man’s Terrorista Another Man’s Freedom Fighter” [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.ict.org.il/>
- Garcia, Francisco Proença (2010), *Da Guerra e da Estratégia: A Nova Polemologia*, Lisboa, Prefácio
- Gardner, Frank (2012) “Somali piracy: A broken business model?” [Em Linha] Consultado em fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa20549056>
- Gilpin, Raymond (2009) “Counting the Costs of Somali Piracy” [Em Linha] Consultado em fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.usip.org/publications/counting-the-costs-somali-piracy>
- Global Security (2012) “Somalia” [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/somalia/intro.htm>
- Gnanguênon, Amandine (2012) “Introduction” in “Les Defis Politiques et Strategiques em Somalie” – *Cahiers de L'Irsem*, nº13
- Greenburg, Douglas (2002) “National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States: Monograph on Terrorist Financing” [Em linha]. Consultado em janeiro de 2013. Disponível em: http://govinfo.library.unt.edu/911/staff_statements/911_TerrFin_Monograph.pdf
- Gunning, Jeroen e Richard Jackson e Marie Smyth(2007) “The Case for a Critical Terrorism Studies”, *European Political Sciences*, Vol.6-3
- Gvosdev, Nikolas e Ray Takeyh, (2002) “Do Terrorists Networks Need a Home?”, *The Washington Quarterly*, 25.3, 97-108
- Hamilton, Karine (2010) “The Piracy and Terrorism Nexus: Real or Imagined? [Em Linha] Consultado em fevereiro de 2013. Disponível em: <http://ro.ecu.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1002&context=act>
- Hansen, Stig Jarle (2011) “Debunking the Piracy Myth: How illegal fishing really interacts with piracy in East Africa” [Em Linha] Consultado em fevereiro de 2013. Disponível em: https://www.cimicweb.org/cmo/medbasin/Documents/Horn%20of%20Africa/201112_Journal_HansenLO_RES.pdf
- Harnisch, Chris (2010) “The Terror Threat From Somalia: The Internationalization of al-Shabaab” [Em linha]. Consultado em março de 2013. Disponível em: www.criticalthreats.org
- Harper, Mary (2012a), *Getting Somalia Wrong? Faith, War and Hope in a Shattered State*, London, Zed Books
- Harper, Mary (2012b) “Somalia: Failed state or fantasy land?” [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa19099442>
- Hesse, Brian (2010a) “Lessons in successful Somali governance”, *Journal of Contemporary African Studies*, 28:1, pp. 71-83
- Hesse, Brian (2010b) “Where Somalia Works”, *Journal of Contemporary African Studies*, 28:1, pp. 71-83
- Hesse, Brian (2010c) “Introduction: The myth of Somalia”, *Journal of Contemporary African Studies*, 28:1, pp. 71-83

- Hill, Jonathan (2007) "Beyond the Other? A postcolonial critique of the failed State thesis", *African Identities*, 3:2, pp. 139-154
- Hitchens, Alexander (2012) "Al-Shabaab's Western Recruitment Strategy" [Em linha]. Consultado em julho de 2012. Disponível em: <http://www.ctc.usma.edu/posts/al-shababs-western-recruitment-strategy>
- Hitchens, Alexander e Hussein Solomon (2012) "Factors Responsible for Al Shabaab's Losses in Somalia" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.ctc.usma.edu/posts/factors-responsible-for-al-shababs-losses-in-somalia>
- Hoehne, Markus (2009) "Counter-terrorism in Somalia: How external interference helped to produce militant Islamism"[Em linha]. Consultado em julho de 2012. Disponível em: <http://africanarguments.org/2009/12/17/counter-terrorism-in-somalia-or-how-external-interferences-helped-to-produce-militant-islamism/>
- Hourd, Katharine (2012) "Somali militant group al-Shabaab formally joins al Qaida" [Em linha]. Consultado em julho de 2012. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2012/feb/09/somali-al-shabaab-join-al-qaida>
- House Of Commons (2011)"Piracy off the coast of Somalia" [Em Linha] Consultado em fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.publications.parliament.uk/pa/cm201012/cmselect/cmaff/1318/1318.pdf>
- Human Rights Watch (2011) "You Don't Know Who to Blame: War Crimes in Somalia" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.hrw.org/reports/2011/08/15/you-don-t-know-who-blame>
- Ibrahim, Mohamed (2010) "Somalia and Global Terrorism: A growing connection?", *Journal of Contemporary African Studies*, 28:3, pp. 283-295
- Ibrahim, Mohammed (2012a) "Somalia Selects an Activist as Leader" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/09/11/world/africa/parliament-selects-mohamud-as-somalias-president.html>
- Ibrahim, Mohammed (2012b) "New Somali President Picks a Businessman, a Political Newcomer, as Prime Minister" [Em linha]. Consultado em Março de 2013. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/10/07/world/africa/somalian-president-picks-businessman-abdi-farah-shirdon-saaid-as-prime-minister.html>
- ICG (2005) "Counter Terrorism in Somalia: Loosing Hearts and Minds?" [Em linha]. Consultado em julho de 2012. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org>
- ICG (2008) "Somalia: To Move Beyond the Failed State" [Em linha]. Consultado em julho de 2012. Disponível em International Crisis Group: <http://www.crisisgroup.org>
- ICG (2012a) "Somalia: An Opportunity that Should Not Be Missed" [Em linha]. Consultado em julho de 2012. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/en/regions/africa/horn-of-africa/somalia/B087-somalia-an-opportunity-that-should-not-be-missed.aspx>
- ICG (2012b) "The Kenyan Military Intervention in Somalia" [Em linha]. Consultado em agosto de 2012. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org>
- IMB (2013) *Piracy and Armed Robbery Against Ships*, Kuala Lumpur, IMB
- ISN (2011) "Osint Report 1/2011 on Terrorism" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/>

- Jackson, Richard (2009) "Critical Terrorism Studies: An Explanation, a Defence and a Way Forward" [Em linha]. Consultado em setembro de 2012. Disponível em: <http://cadair.aber.ac.uk>
- Jamestown Foundation (2012) "Sufi Militia Joins Somali Government Forces While RAS Kamboni Militia Distances Itself" [Em linha]. Consultado em janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.unhcr.org/refworld/country,...SOM,,50ceef782,0.html>
- Johnson, Glen (2011) "Somalia's Uneasy Peace" [Em linha]. Consultado em agosto de 2012. Disponível em: <http://mondediplo.com/2011/11/13somalial>
- Kambere, Geoffrey (2012) "Financing Al Shabaab: The Vital Port Of Kismayo" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <https://globalecco.org/financingalshabaab>
- Kaplan, Eben (2006) "Somali's High Stakes Power Struggle" [Em linha]. Consultado em agosto de 2012. Disponível em: <http://www.cfr.org/somalia/somalias-high-stakes-power-struggle/p11234#p4>
- Karimi, Faith (2012) "Somali president appoints prime minister" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2012/10/07/world/africa/somalia-new-pm>
- Krasner, Stephen e Carlos Pascual (2005) "Addressing State Failure", *Foreign Affairs Magazine*, Vol.84 – 4
- Little, Peter D. (2003), *Somalia: Economy Without a State*, Oxford, Btec Books
- Lyman, Princeton (2009), *The War on Terrorism in Africa*, in Harbeson, John (2009), *Africa in World Politics*, England, Westview Press
- Lyons, Terrence e Ahmed I. Samatar (1995), *Somalia: State Collapse, Multilateral Intervention, and Strategies for Political Reconstruction*, Washington, The Brookings Institution
- Marchal, Roland (2007b) "Somalie: un nouveau front antiterroriste?" [Em linha]. Consultado em junho de 2012. Disponível em: <http://www.ceri-sciencespo.com/publica/etude/etude135.pdf>
- Marchal, Roland (2007a) "Warlordism and Terrorism: How to obscure an already confusing crisis? The case of Somalia", *International Affairs*, Vol.83-6, pp. 1091-1106
- Marchal, Roland (2011) "Harakat Al-Shabaab Al Mujaheddin in Somalia" [Em linha]. Consultado em julho de 2012. Disponível em: <http://www.ceri-sciences-po.org/ressource/shabaab.pdf>
- Martins, Raúl Carneiro (2010) "Acerca de "Terrorism" e de "Terrorismos"" [Em linha]. Consultado em novembro de 2012. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt>
- Menkhaus, Ken (2003) "Portracted State Collapse in Somalia: A Rediagnosis", *Review of African Political Economy*
- MENKHAUS, Ken (2007) "Governance without Government in Somalia", *International Security*, Vol.31, 3, pp. 74-106
- Menkhaus, Ken (2007) "Terrorist Activities in Ungoverned Spaces: Evidence and Observation from the Horn of Africa" [Em linha]. Consultado em julho de 2012. Disponível em : http://www.thebrenthurstfoundation.org/Files/terror_talks/Terrorist%20Activities%20in%20Ungoverned%20Spaces.pdf
- Menkhaus, Ken (2008) "Somalia: A Country in Peril, a Policy Nightmare" [Em linha]. Consultado em fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.enoughproject.org/publications/somalia-country-peril-policy-nightmare>
- Menkhaus, Ken (2009) "Violent Extremism: Al Shabaab recruitment in America" [Em linha]. Consultado em maio de 2012. Disponível em: <http://africacenter.org/wp-content/uploads/2009/03/Violent-Islmic-Extremism-Al-Shabaab-Recruitment-in-America.pdf>

- Mentan, Tatah (2004), *Dilemmas of Weak States: Africa and Transnational Terrorism in the Twenty-First Century*, Aldershot/England, Ashgate Publishing Company
- Mesfin, Berouk (2009) "The Political Development of Somaliland and its Conflict With Puntland" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=cab359a3-9328-19cc-a1d2-8023e646b22c&lng=en&id=111689>
- Mesfin, Berouk (2012) "The Soft Power Role of Turkey in Somalia" [Em linha]. Consultado em fevereiro de 2013. Disponível em: <http://allafrica.com/stories/201205221077.html>
- Moller, Bjorn (2007) "The Horn of Africa and the US War on Terror with a Special Focus on Somalia" [Em linha]. Consultado em maio de 2012. Disponível em: http://www.diis.dk/graphics/_staff/bmo/pdf/the%20horn%20of%20africa%20in%20the%20us%20war%20on%20terror.pdf
- Moller, Bjorn (2009) "The Somali Conflict: The Role of External Actors" [Em linha]. Consultado em maio de 2012. Disponível em: http://www.diis.dk/graphics/_staff/bmo/pdf/somalia.pdf
- Mosley, Jason (2012) "End of the Roadmap: Somalia after the London and Istanbul Conferences" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.chathamhouse.org/publications/papers/view/184165>
- MSCHOA (2011) "Best Management Practices for Protection against Somalia Based Piracy" [Em Linha] Consultado em fevereiro de 2013. Disponível em: http://www.mschoa.org/docs/public-documents/bmp4-low-res_sept_5_2011.pdf
- Murphy, Martin (2011), *Somalia. The New Barbary? Piracy and Islam in the Horn of Africa*, London, C. Hurst & CO Publisher Ltd
- New York Times (2012) "Private Army Formed to Fight Somali Pirates Leaves Troubled Legacy" [Em Linha] Consultado em fevereiro de 2013. Disponível em: http://www.nytimes.com/2012/10/05/world/africa/private-army-leaves-troubled-legacy-in-somalia.html?pagewanted=all&_r=0
- New York Times (2013) "Somalia: U.S. Recognizes Government" [Em linha]. Consultado em Janeiro de 2013 Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/01/18/world/africa/somalia-us-recognizes-government.html>
- Newman, Edward (2007) "Weak States, State Failure, and Terrorism", *Terrorism and Political Violence*, 19: 4, pp. 463-488
- Newman, Edward (2009) "Failed states and international order: constructing a post-Westphalian World", *Contemporary Security Policy*, vol. 30, 3
- Nyambura, Catherine Wanjik (2011) "The multifarious interlinked causes of conflict in Somalia and the way forward", *Journal of Language, Technology & Entrepreneurship in Africa*, Vol. 3,1
- Nuxurkey, Mohamed (2012) "Telecoms: Somalia's Leading Business" [Em linha]. Consultado em outubro de 2012. Disponível em: http://www.somaliareport.com/index.php/post/3331/Telecoms_Somaliarsquos_Leading_Business
- Patrick, Stewart (2011), *Weak Links: Fragile States, Global Threats and International Security*, New York, Oxford University Press
- Pavia, José Francisco (2013), "The Maritime Dimension of AU-NATO Relations: the Case of the Gulf of Guinea", em Smith-Windsor, Brooke (ed.) (2013) *AU-NATO Collaboration: Implications and Prospects*, Roma, NATO Defense College

- Piazza, James A. (2008) "Incubators of Terror: Do Failed and Failing States Promote Transnational Terrorism?", *International Studies Quarterly*, 52, pp. 469-488
- Prendergast, John (2008) "15 Years After Black Hawk Down: Somalia's Chance?" [Em linha]. Consultado em agosto de 2012. Disponível em: www.enoughproject.org
- Prunier, Gérard (1995) "Somalia: Civil War, Intervention and Withdrawal 1990-1995" [Em linha]. Consultado em janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.unhcr.org/refworld/country/writenet/wrisom.htm>
- Purezza, José Manuel (2006) "Three Deconstructions" in "Peace Building and Failed States, Some Theoretical Notes", *Oficina do CES*, 256
- Purezza, José Manuel et al. (2007) "Do States Fail or Are They Pushed? Lessons Learned From Three Former Portuguese Colonies", *Oficina do CES*, 273
- Richardson, Josh (2011) "The Somali Diaspora: A Key Counterterrorism Ally" [Em linha]. Consultado em agosto de 2012. Disponível em: <http://www.ctc.usma.edu/posts/the-somali-diaspora-a-key-counterterrorism-ally>
- Roble, Muhyadin (2011) "Growing Financial Crisis Reversing al-Shabaab's Gains in Somalia" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=38089
- Roble, Muhyadin (2012) "Can Somalia's Al Shabaab Survive the Loss of Kismayo" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=39986
- Rotberg, Robert (2003), *The Failure and Collapse of Nation-States: Breakdown, Prevention, and Repair*, em Rotberg, Robert (ed.), *When States Fail: Causes and Consequences*, Princeton, Princeton University Press
- Sageman, Marc (2004), *Understanding Terror Networks*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press
- Siza, Rita (2010) "Grupo radical somali reivindica ataques que mataram 74 pessoas no Uganda" [Em linha]. Consultado em setembro de 2012. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/grupo-radical-somali-reivindica-ataques-que-mataram74-pessoas-no-uganda1446306>
- Sorel, Jean-Marc (2003) "Some Questions about the Definition of Terrorism and the Fight Against Its Financing", *European Journal of International Law*, Vol.14-2
- Stevenson, Jonathan (2010) "Jihad and Piracy in Somalia", *Survival: Global Politics and Strategy*, 52:1, pp. 27-38
- Strategic Comments (2002) "Somalia and the War on Terrorism", *Strategic Comments*, 8:1, pp. 1-2
- Stratfor (2012) "Al Shabaab's Survival in Somalia" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.stratfor.com/sample/analysis/al-shabaabs-survival-somalia>
- The Economist (2011) "Kenya invades Somalia: a big gamble" [Em linha]. Consultado em dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21534828>
- Totolo, Edoardo (2012) "Kenya's "Economic" Conflict with Al Shabaab" Consultado em junho de 2012. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Articles/Special-Feature/Detail/?lng=en&id=143305&contextid774=143305&contextid775=143303&tabid=1452421382>

- UNDP (2012), *Somalia Human Development Report 2012: Empowering Youth for Peace and Development*, Nairobi, UNDP
- US Army (2007), *A Military Guide to Terrorism in the Twenty-First Century*, Fort Leavenworth, Kansas, US Army Training and Doctrine Command
- UN (2011) “Somalia: UN-backed meeting endorses roadmap to end transition, restore stability” [Em linha]. Consultado em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=39467>
- UNOCHA (2012) “Somalia: Consolidated Appeal – 2013-2015” [Em linha]. Consultado em Janeiro de 2013. Disponível em: <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/CAP%202013%20Somalia.pdf>
- Verhoeven, Harry (2009) “The self-fulfilling prophecy of failed states: Somalia, state collapse and the Global War on Terror”, *Journal of Eastern African Studies*, Vol.3, 3, pp. 405-425
- Vidino, Lorenzo et al (2010) “Bringing Global Jihad to the Horn of Africa: al Shabaab, Western Fighters, and the Sacralization of the Somali Conflict”, *African Security*, 3:4, pp. 216-238
- West, Ben (2012) “The Expensive, Diminishing Threat of Somali Piracy” [Em Linha] Consultado em fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.stratfor.com/weekly/expensive-diminishing-threat-somali-piracy>
- Wise, Rob (2011) “Al Shabaab” [Em linha]. Consultado em junho de 2012. Disponível em: http://csis.org/files/publication/110715_Wise_AlShabaab_AQAM%20Futures%20Case%20Study_WEB.pdf
- Yoo, John (2011) “Fixing Failed States”, *California Law Review*, 95
- Zartman, I. William (1995), *Introduction: Posing the Problem of State Collapse*, in ZARTMAN, I. William (1995), *Collapsed States: The Disintegration and Restoration of Legitimate Authority*, Colorado, Lynne Rienner Publishers

Bibliografia De Apoio:

- Acemoglu, Daron & ROBINSON, James (2012) “10 Reasons Countries Fall Apart” [Em linha]. Consultado em Agosto de 2012. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/06/18/10_reasons_countries_fall_apart
- Asamoah, Atta et Tarryn Warries(2012) “Somalia: Next Steps are Important For Sustaining Progress” [Em linha]. Consultado em Setembro de 2012. Disponível em: <http://reliefweb.int/report/somalia/next-steps-are-important-sustaining-progress>
- Aynte, Abdi & Afyare Elmi (2012) “Negotiating an End to Somalia’s War with Al Shabaab” [Em linha]. Consultado em Maio de 2012. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/137085/afyare-abdi-elmi-and-abdi-aynte/negotiating-an-end-to-somalias-war-with-al-shabaab>
- Branch, Daniel (2011) “Why Kenya Invaded Somalia” [Em linha]. Consultado em Julho de 2012. Disponível em: <http://foreignaffairs.com>
- Dias, Alexandra Magnólia (2008) *An Inter-state War in the Post-Cold War Era: Eritrea-Ethiopia (1998 - 2000)*, Tese de Doutoramento em Philosophy in International Relations, Londres, London School of Economics and Political Science

- Farole, Abdirahman (2011) "Puntland and Somalia: The Year Ahead" [Em linha]. Consultado em Agosto de 2012. Disponível em:
<http://www.chathamhouse.org/publications/papers/view/179013>
- Hirsch, Jonh (2011) "Somalia: Drawing the right lesson from "Black Hawk Down" [Em linha]. Consultado em Julho de 2012. Disponível em: <http://www.ipinst.org/news/general-announcement/250-somalia-drawing-the-right-lesson-from-black-hawk-down.html>
- ICG (2011) "Somalia: The Transitional Government on life support" [Em linha]. Consultado em Julho de 2012. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org>
- Margeson, Rhoda (2012) "Horn of Africa Region: The Humanitarian Crisis and International Response" Consultado em Maio de 2012. Disponível em: www.crs.gov
- Menkhaus, Ken (2007) "The Crisis in Somalia: Tragedy in Five Acts" [Em linha]. Consultado em Março de 2012. Disponível em:
<http://users.polisci.wisc.edu/schatzberg/ps362/Menkhaus2007.pdf>
- Middleton, Roger (2008) "Piracy in Somalia: Threatening global trade, feeding local wars" [Em linha]. Consultado em Agosto de 2012. Disponível em:
<http://www.chathamhouse.org/publications/papers/view/108900>
- Oder, Sandra (2011) "Somalia: Failed States and Failing Responses" [Em linha]. Consultado em Setembro de 2012. Disponível em: <http://www.issafrica.org/iss-today/somalia-failed-state-and-failing-responses>
- Pavia, Francisco (2012) "A Multi-Track Diplomacy na Prevenção e Resolução dos Conflitos em África: o Caso de Moçambique" em Augusto Nascimento e Carlos Rodrigues (coord.) (2012) "A Prevenção e a Resolução de Conflitos em África". Lisboa, Publicações Atena
- Rotberg, Robert (2002) "Failed States in a World of Terror" [Em linha]. Consultado em Maio de 2012. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/58046/robert-i-rotberg/failed-states-in-a-world-of-terror>
- Sageman, Marc (2008), *Leaderless Jihad: Terror Networks in the Twenty-First Century*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press
- Silva, Manuel da (2005) *Terrorismo e Guerilha: das origens à Al Qaeda*, Lisboa, Edições Sílabo

ANEXOS

- A. Quem é quem?
- B. Mapa da Somália
- C. Estrutura dos Clãs
- D. Cronologia Somali
- E. Áreas de Influência – 31MAR13
- F. Índice dos Estados Falhados da Foreign Policy – 2012

Anexo A

Quem é quem?



Abdi Farah Shirdon Saaid - Com 53 anos, Saaid é um antigo economista, com negócios de sucesso no Quênia. Tem a reputação de ser um académico, possuir uma aptidão para os negócios e ser casado com Asha Haki Elmi, uma ativista para a paz somali. À semelhança do actual Presidente Mohamud, não são conhecidas filiações partidárias (BBC, 2012c). Antes de partir para o Quênia, trabalhou no Ministério das Finanças durante o Governo de Siad Barre. É, desde outubro de 2012, o primeiro ministro do Governo

Federal da Somália (Ibrahim, 2012b).

Ahlu Sunna wa al Jama'a (ASWJ) — Esta milícia sufista foi criada em 1991, com o objectivo de unir os sufistas somalis. Apesar de tendencialmente não violenta, e moderada na sua interpretação do Islão (Harnisch: 2010), no seguimento da destruição de templos sufistas por radicais islâmicos, têm vindo a mostrar-se como uma das principais frentes armadas contra a Al Shabaab, opondo-se aos ideais salafistas / wahhabistas.

Ahmed Abdi Godane – Também conhecido como Muktar Abu Zubair, é do clã Isaaq / Arab, e originário da Somaliland. Terá recebido treino militar no Afeganistão, estudado religião no Paquistão e foi uma das figuras de relevo na UTI (Hoehne: 2009), assim como um dos fundadores da Al Shabaab. No seguimento da morte d Ayro foi ele que assumiu a liderança da Al Shabaab (Harnisch: 2010).

Al Itihad Al Islam (AIAI) – A AIAI consistia no maior movimento islâmico armado dos anos 90, presente na Somália, criado por um grupo de somalis wahhabis educados no Médio-Oriente, que tinham como principal objectivo lutar contra o governo de Siad Barre. No seguimento dos ataques de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos classificaram esta organização como grupo terrorista, o que ajudou a desintegração do grupo. A AIAI é considerada por alguns autores como a “mãe” dos movimentos islâmicos modernos na Somália (Hoehne: 2009).

AMISOM – Esta missão de manutenção da paz da UA foi criada em fevereiro de 2007, sendo um dos seus principais objetivos a proteção do TFG. Inicialmente composta apenas por um pequeno contingente de militares do Uganda, esta foi evoluindo no seu mandato e número de homens. Conta actualmente com contingentes do Uganda, Burundi, Djibouti e Quênia, estando previsto um reforço de militares da Serra Leoa ainda este ano.



Hassan Sheikh Mohamud – Do clã Hawiye, Mohamud tem as suas raízes profissionais no mundo académico e ativismo civil, tendo trabalhado em alguns projectos das Nações Unidas. Fez um mestrado na Índia e acabou por ser reitor da Universidade de Simad, em Mogadíscio, por 10 anos (BBC, 2012c). Em setembro de 2012, venceu as eleições para a presidência do país, quando a maioria dos deputados do parlamento votaram contra o Presidente Sheikh Sharif Sheikh Ahmed, no poder desde 2009.

Hizbul al Islam – Formado por vários líderes islâmicos, liderados pelo Sheikh Hassan Dahir Aweys, em 2007, no seguimento do Acordo de Djibouti. Este grupo opõe-se à presença de estrangeiros no território somali. As suas alianças com a Al Shabaab não são constantes, já tendo havido períodos em que lutaram contra este grupo, e outras alturas em que lutaram ao seu lado (Harnisch: 2010).

Ibrahim Al Afghani - Descendente do clã Isaaq / Sa'ad Muse, terá combatido em Caxemira e no Afeganistão, antes de se tornar um dos principais comandantes da AIAI. Mais tarde juntou-se às fileiras da Al Shabaab, tendo alegadamente sido um dos responsáveis pelos assassinatos de estrangeiros na Somaliland (Hoehne: 2009). É um dos membros mais influentes do grupo, acreditando-se que seja um dos seus fundadores. Em 2011 surgiram notícias que davam como certa a sua morte no seguimento de um ataque aéreo americano, assim como surgiram informações de que este estaria a substituir Godane como líder do grupo. Não há, no entanto, confirmação de nenhuma destas notícias. É considerado um elemento comprometido com a jihad global (Critical Threats: 2012).



Muktar Robow – Descendente do clã Rahanweyn / Leysan retornou à Somália em 2003, depois de ter viajado para o Afeganistão em 2001, com o objetivo de lutar ao lado da Al Qaeda e dos Talibãs. Na UTI foi o equivalente a um Ministro da Defesa, antes de se ter juntado à Al Shabaab (Hoehne: 2009). Atua habitualmente como porta-voz do grupo e, ao contrário de outras figuras de relevo do grupo, é um defensor das lealdades entre clãs, mesmo que em detrimento da jihad global, o que parece ser um ponto de desacordo entre este e Godane (Critical Threats: 2012).

Sheikh Aadan Hashi Ayro – Do clã Hawiye/ Abgal, acredita-se que Ayro tenha lutado ao lado da AIAI. Este terá alegadamente recebido treino e lutado no Afeganistão, onde terá tido contacto com a Al Qaeda e os taliban (Hoehne: 2009). Foi o primeiro líder da Al Shabaab, que chefiou até ter sido morto por um ataque aéreo americano em maio de 2008 (Harnisch: 2010).



Sheikh Hassan Dahir Aweys
Fonte: Critical Threats.org

Sheik Hassan Dahir Aweys – Do clã Hawiye/ Habr Gedir, era um coronel do exército somali, que participou na Guerra de Ogaden entre a Somália e a Etiópia (1977-78). Durante o regime de Siad Barre, foi feito prisioneiro várias vezes desde 1978. Acabou por liderar a AIAI e foi uma das figuras mais proeminentes da UTI (Hoehne: 2009). É hoje o líder do Hizbul al Islam.



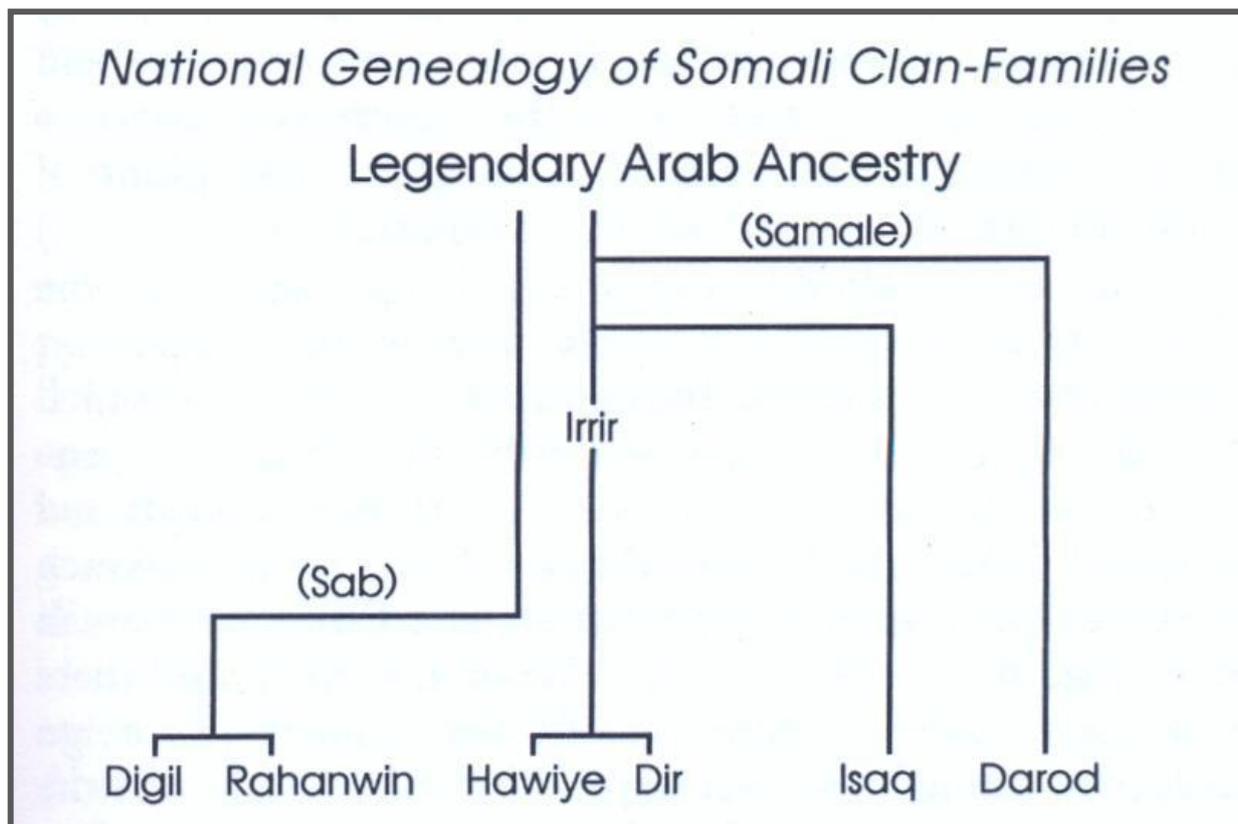
Sheikh Sharif Sheikh Ahmed
Fonte: Sabahi Online

Sheik Sharif Sheik Ahmed – Descendente do clã Hawiye/Abgal foi um professor primário, tendo passado algum tempo no Sudão e na Líbia, onde completou os seus estudos universitários. Como líder da UTI acabou por ser acusado de ser pouco coerente, uma vez que tanto se apresentava como moderado, como mais radical (Hoehne: 2009). Com o fim da UTI, Ahmed foi um dos fundadores da ARS (Alliance for Re-liberation of Somalia), tendo acabado por se juntar às negociações de paz das Nações Unidas e,

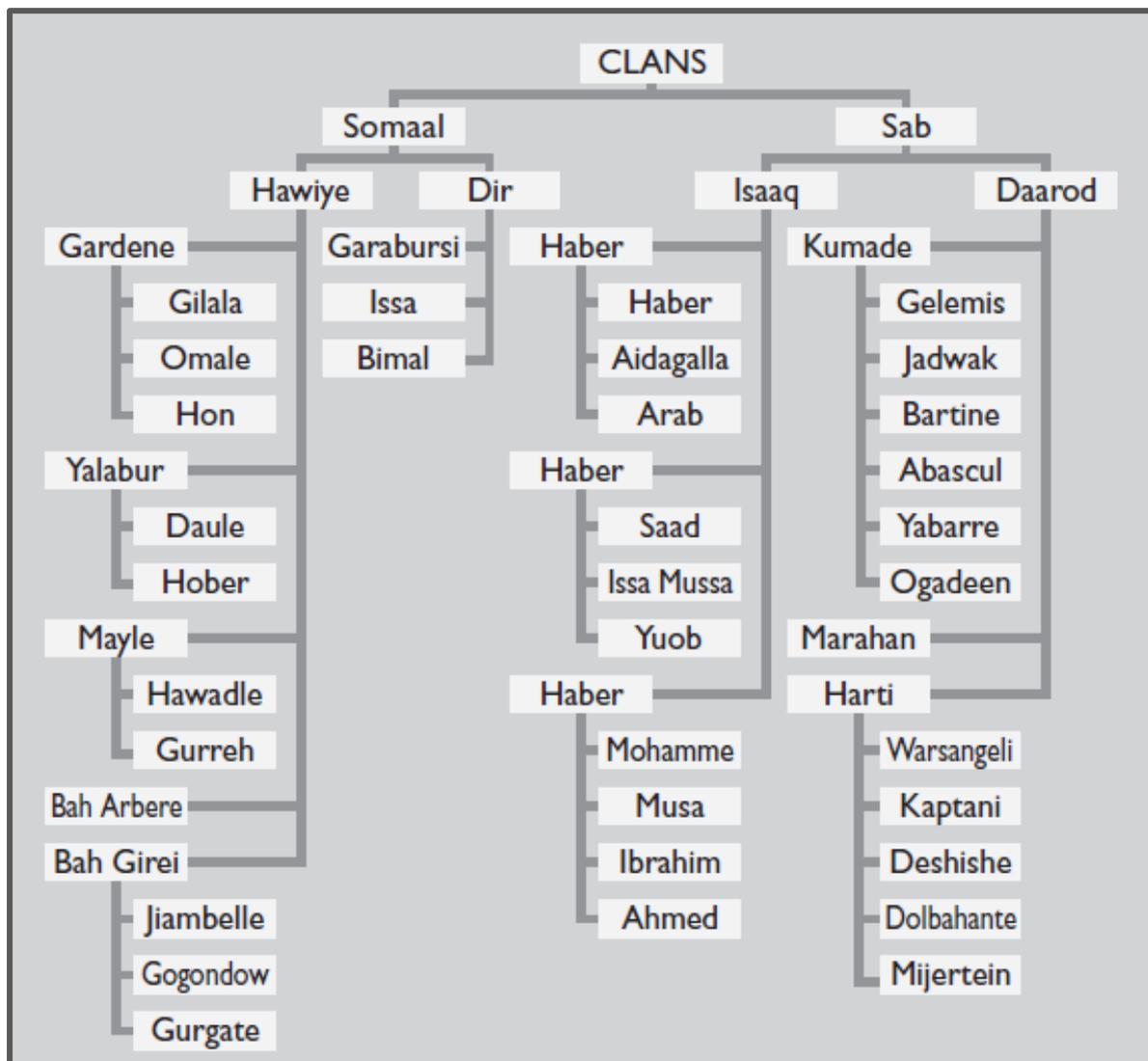
mais tarde, em 2009, substituído o Presidente Abdullahi Yusuf Ahmed como Presidente do país, posição que ocupou até 2012.

Anexo C

Estrutura dos Clãs Somalis



Fonte: Lewis, 2010



Fonte: Moller, 2007

Anexo D

Cronologia Somali

1960 – As regiões da Somália pertencentes aos italianos e britânicos tornam-se independentes, unem-se e formam a República da Somália

1969 – Muhammad Siad Barre chega ao poder através de um golpe de Estado, no seguimento do assassinato do Presidente Abdi Ali Shermake.

1970 – Siad Barre instaura um regime socialista na Somália, nacionalizando vários sectores da economia

1974-75 – O país passa por um período de seca intensa e fome

1977 – A Somália invade a região de Ogaden sob controlo etíope

1978 – As forças somalis são derrotadas em Ogaden graças ao apoio de conselheiros soviéticos e cubanos ao governo etíope. Como resultado Siad Barre expulsa os representantes destes Estados da Somália e começa uma aproximação aos Estados Unidos.

1988 – É assinado o acordo de paz com a Etiópia

1991 – O regime de Siad Barre cai, no seguimento de uma aliança de clãs. A consequente luta pelo poder entre dois dos principais senhores da guerra somalis, Mohamed Farah Aideed e Ali Mahdi Mohamed, leva a um clima de insegurança sem precedentes no país e uma situação humanitária dramática.

1991 – O ex-protectorado inglês da Somaliland declara unilateralmente a sua independência do resto da Somália

JAN92 – O Conselho de Segurança das Nações Unidas impõe um embargo de armas

ABR92 – MAR93 – Com o objectivo de monitorizar o cessar fogo em Mogadíscio e assegurar a distribuição da assistência humanitária, com um mandato e força humana considerados insuficientes, a missão das Nações Unidas UNOSOM I entra no terreno.

NOV92 – Devido à falta de capacidade da UNOSOM I em garantir os seus objectivos, os Estados Unidos, com a concordância do Conselho de Segurança das Nações Unidas, oferecem-se para liderar uma operação com 24 Estados com o objectivo de assegurar a assistência humanitária, a UNITAF, ou Operation Restore Hope

MAR93 – O Conselho de Segurança decide que deve haver uma transição da UNITAF para uma nova missão de manutenção de paz no país, a UNOSOM II

JUN93 – No seguimento de uma operação de apreensão de armamento, 24 militares paquistaneses das Nações Unidas sofrem uma emboscada e são massacrados. O General Aideed é acusado de ser o responsável por estas mortes

03-04OUT93 – Depois de vários meses de perseguição ao General Aideed, os americanos promovem uma ofensiva em Mogadíscio, onde não conseguem capturar o senhor da guerra. O resultado foi a morte de centenas de somalis e de 18 militares americanos, sendo que alguns destes acabaram arrastados nas ruas de Mogadíscio. O episódio ficou conhecido como Black Hawk Down e chocou a opinião pública americana.

07OUT93 – O presidente Bill Clinton declara que em MAR 94 as forças americanas irão abandonar a Somália

MAR94 – Os militares americanos saem do país, permanecendo no terreno uma força mais pequena de militares de outros Estados no âmbito das Nações Unidas

1995 – Sem os militares americanos, as restantes forças de manutenção da paz das Nações Unidas acabam igualmente por sair da Somália.

AGO96 – O general Aideed morre de ferimentos de bala, no seguimento de um combate entre fracções rivais em Mogadíscio

1998 – A região de Puntland declara-se como região autónoma

AGO00 – Alguns dos principais líderes dos clãs reúnem-se no Djibouti e elegem Abdulkassim Salat Hassan como novo presidente do país. Seguem-se no entanto várias conferências de paz numa tentativa de formar um governo central funcional.

AGO04 – No seguimento da 14ª tentativa de formar um governo central desde 1991, é inaugurado no Quénia um novo parlamento transitório.

OUT04 – O novo parlamento elege Abdullahi Yusuf como novo Presidente da Somália

FEV06 – Desde que foi formado, o novo parlamento de transição reúne-se pela primeira vez na Somália, em Baidoa.

MAR06 e MAI06 – Intensos combates entre milícias e senhores da guerra rivais na cidade de Mogadíscio, que levam à morte de vários somalis e um aumento do fluxo de refugiados.

JUN a JUL06 – Milícias leais à UTI tomam o controlo de Mogadíscio e de algumas regiões no sul do país, derrotando os senhores da guerra

SET06 – O TFG e a UTI começam com negociações de paz em Cartum, no Sudão

DEZ06 – A Etiópia decide invadir a Somália, derrotando a UTI, mas provocando o desenvolvimento da Al Shabaab enquanto força autónoma, que inicia uma campanha violenta contra as forças etíopes no território.

MAR07 – A AMISOM entra em Mogadíscio, passando também ela a ser um alvo preferencial para a Al Shabaab.

ABR08 – Um ataque aéreo americano provoca a morte do líder da Al Shabaab, Aden Hashi Ayro

MAI08 – o Conselho de Segurança das Nações Unidas vota unanimemente para permitir a fiscalização de navios de guerra de outros países nas águas somalis, com o objectivo de combater o crescente fenómeno da pirataria.

JUL08 – Director do PNUD no país é assassinado em Mogadíscio

OUT08 – O TFG e o ARS (Alliance for the re-liberation of Somalia) assinam um acordo de paz que implica a saída das forças etíopes da Somália.

OUT08 – Vários ataques bombistas coordenados em Puntland e na Somaliland levam à morte de 27 pessoas.

JAN09 – A Etiópia dá por finalizada a sua intervenção e a Al Shabaab consegue ocupar Baidoa, que antes tinha operado como “casa” do TFG.

JAN09 – No Djibouti há um novo acordo que leva à eleição de um novo parlamento transitório e a eleição do Sheikh Sharif Sheikh Ahmed como novo presidente do país, havendo uma extensão do mandato do TFG por mais dois anos.

SET09 – A Al Shabaab, que continua a sua intensa e violenta campanha de luta contra as forças do TFG e da AMISOM, proclama a sua aliança com a Al Qaeda, numa altura em que já controla largas parcelas do território do país.

OUT09 – Depois de derrotar o Hizbul al Islam no sul do país, a Al Shabaab passa a controlar o porto de Kismayo, que passa a operar como uma importante fonte de financiamento do grupo.

JAN10 – O pessoal do WFP (UN's World Food Programme) abandona as áreas do sul da Somália controladas pela Al Shabaab devido a ameaças constantes do grupo contra os funcionários das Nações Unidas.

JUL10 – Ataques da Al Shabaab em Kampala, no Uganda, provocando a morte de 74 pessoas

AGO11 – As Nações Unidas declaram uma situação de seca extrema e fome em três regiões da Somália.

AGO11 – A AL Shabaab retira os seus homens da capital, abandonando Mogadíscio

OUT11 – No seguimento de uma série de raptos levados a cabo em território queniano, alegadamente pela Al Shabaab, o Quénia lança a Operação Linda Nchi, entrando na Somália em OUT11.

AGO12 – Numa altura em que as forças da AMISOM, já reforçadas pelas quenianas conseguem, em conjunto com as forças do TFG, recuperar parcelas importantes do território que se encontravam sob controlo da Al Shabaab, dá-se o fim do período de transição e o primeiro parlamento em 20 anos toma posse em Mogadíscio.

SET12 – Hassan Shekh Mohamud é eleito presidente do país.

OUT12 – As forças governamentais e da AMISOM recuperam Kismayo.

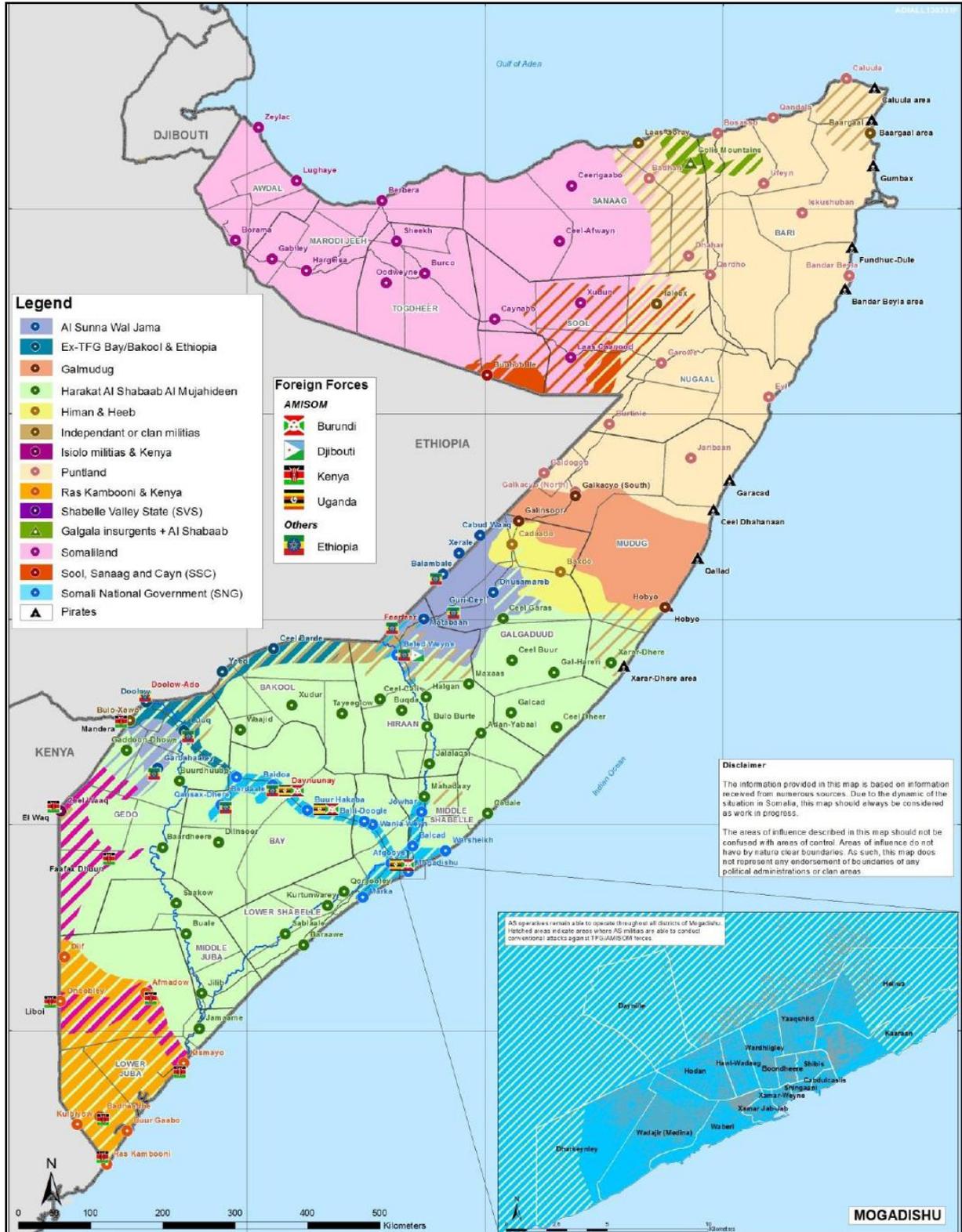
OUT12 – Abdi Farah Shirdon Saaid é nomeado primeiro ministro do Governo Federal.

JAN13 – Os comandos franceses tentam resgatar um refém francês, alegadamente um elemento da *intelligence* francesa, sem sucesso. Dois militares gauleses acabam por ser mortos, assim como vários insurgentes somalis. Os franceses acreditam que também Denis Alex, o refém, tenha sido morto.

Fonte: BBC.com

Anexo E

Áreas de Influência – 31MAI1

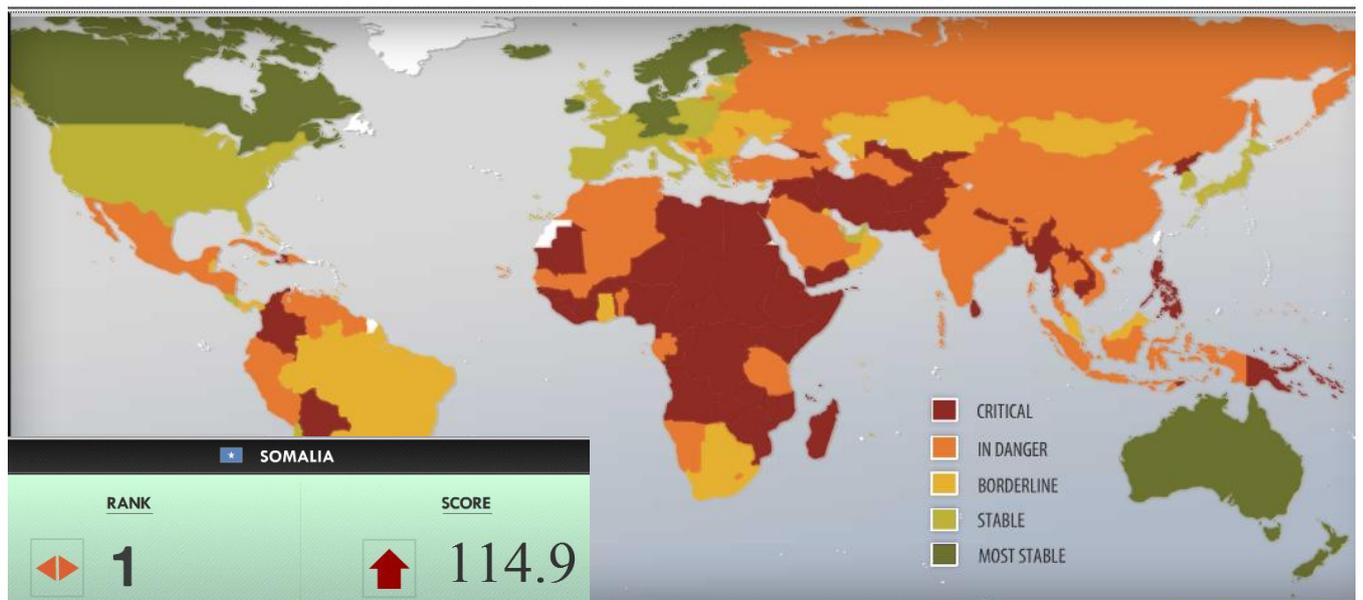


Fonte: NGO Safety Program, Quarterly Security Report, January-March 2013

Anexo F

Índice dos Estados Falhados da Foreign Policy – 2012

RANK	TOTAL	COUNTRY	DEMOGRAPHIC PRESSURES	REFUGEES /IDPs	GROUP GRIEVANCE	HUMAN FLIGHT	UNEVEN DEVELOPMENT	ECONOMIC DECLINE	DELEGITIMIZATION OF THE STATE	PUBLIC SERVICES	HUMAN RIGHTS	SECURITY APPARATUS	FACTIONALIZED ELITES	EXTERNAL INTERVENTION
1	114.9	Somalia	9.8	10.0	9.6	8.6	8.1	9.7	9.9	9.8	9.9	10.0	9.8	9.8
2	111.2	Congo (D. R.)	9.9	9.7	9.3	7.4	8.9	8.8	9.5	9.2	9.7	9.7	9.5	9.6
3	109.4	Sudan	8.4	9.9	10.0	8.3	8.8	7.3	9.5	8.5	9.4	9.7	9.9	9.5
4	107.6	Chad	9.3	9.5	9.1	7.7	8.6	8.3	9.8	9.5	9.3	8.9	9.8	7.8
5	106.3	Zimbabwe	9.0	8.4	8.7	9.0	8.9	8.9	9.4	9.1	8.9	8.7	9.8	7.5
6	106.0	Afghanistan	8.9	9.0	9.4	7.4	8.1	7.7	9.5	8.5	8.5	9.7	9.4	10.0
7	104.9	Haiti	9.5	8.1	7.0	8.8	8.6	9.5	9.3	9.3	7.7	8.2	9.0	9.7
8	104.8	Yemen	8.8	8.7	9.0	7.0	8.4	8.7	9.1	9.0	8.4	9.7	9.8	8.3
9	104.3	Iraq	8.0	8.5	9.7	8.6	8.7	7.7	8.4	7.8	8.3	9.9	9.6	9.0
10	103.8	Central African Republic	8.8	9.7	8.5	5.6	8.7	8.0	8.9	9.1	8.5	9.6	9.1	9.3
11	103.6	Ivory Coast	7.9	9.0	9.0	7.6	7.7	7.4	9.6	8.3	8.3	8.9	9.9	10.0
12	101.9	Guinea	8.3	8.0	7.9	8.0	8.1	8.9	9.5	8.6	8.7	9.4	9.2	7.3
13	101.6	Pakistan	8.5	9.0	9.6	7.2	8.2	7.2	8.3	7.0	8.6	9.3	9.1	9.4
14	101.1	Nigeria	8.4	6.5	9.7	7.6	8.9	7.5	9.1	9.1	8.6	9.2	9.8	6.6
15	99.2	Guinea-Bissau	8.7	7.5	5.7	7.7	7.8	9.0	9.3	8.5	7.5	9.4	9.2	8.9
16	98.4	Kenya	8.9	8.4	8.9	7.7	8.2	7.3	8.6	8.1	7.4	7.6	9.0	8.4
17	97.9	Ethiopia	9.6	8.7	8.1	7.0	7.9	7.4	7.2	8.4	8.6	8.1	8.7	8.2
18	97.5	Burundi	8.8	8.9	8.0	5.9	7.9	8.8	8.3	8.5	8.1	7.4	7.9	9.0
19	96.9	Niger	9.3	6.9	7.7	6.0	7.6	8.6	8.4	9.2	7.9	8.2	8.6	8.4
20	96.5	Uganda	8.8	8.2	7.7	6.9	8.1	7.5	8.0	8.6	7.8	8.3	8.7	7.9



Fonte: Foreignpolicy.com

Curriculum Vitae

Formação Académica

- Licenciatura de Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra entre setembro de 2001 e maio de 2006 com a média final de 13 valores.
- Frequência do último semestre da licenciatura no Instituto de Estudos Políticos de Paris (*Sciences-Po Paris*), ao abrigo do Programa *Erasmus*.
- Pós-graduação em Direitos Humanos e Democracia pelo *Ius Gentium Conimbrigae* da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, entre fevereiro e junho de 2007.
- Pós-graduação de Estudos Africanos, no ISCTE, com a média final de 17 valores.

Formação Complementar

- Participação no Portugal MUN, uma simulação de fóruns e sessões de comités das Nações Unidas, realizada em 2003 pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- Curso de formação sobre Asilo e Refugiados pelo Conselho Português para os Refugiados, em 2005
- Curso de Qualificação de Mediadores de Seguros – Ramo Não Vida e Ramo Vida – pela Associação Portuguesa de Seguradores, em 2008.
- Curso de Operações de Paz e Acção Humanitária, em 2010, pelo *Ius Gentium Conimbrigae* da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em parceria com o Exército Português.
- “Expeditionary Intelligence Training Course”, através do “Regional Joint Intelligence Training Center”, do “EUCOM-AFRICOM”

- Curso de “Critical Thinking & Structured Analysis” através do “Regional Joint Intelligence Training Center”, do “EUCOM-AFRICOM”
- Curso de Especialização de Estudos sobre o Terrorismo, em 2013, pelo ISCSP da Universidade de Lisboa, com a nota final de 18 valores.

Experiência Profissional

Agosto de 2002 – Setembro de 2004: Experiência profissional em tempo parcial na área comercial das Confecções Jocavém, Viseu.

Fevereiro a Junho de 2005: Colaboração, em regime de voluntariado, com o Centro Cultural da Penha, em Coimbra, na elaboração e prática de actividades junto de um grupo de idosos.

Outubro de 2006 - Março de 2007: Estágio profissional no Gabinete para a Cooperação do Estado-Maior da Armada,

Junho a Setembro de 2007: Atendimento ao público nas lojas Adolfo Dominguez dos Armazéns do Chiado e do Centro Comercial das Amoreiras.

Outubro de 2007 – Março de 2008 (Timor-Leste): Assistente Executiva do Assessor Coordenador da Assessoria Geral da Presidência da Republica de Timor-Leste, em Díli.

Junho de 2008 – Janeiro de 2010: Assistente Comercial no Banco BPI onde prestava apoio a clientes, providenciando aconselhamento técnico sobre produtos e serviços bancários e financeiros.

Janeiro de 2010 – Actualmente: Oficial da Marinha Portuguesa, onde exerço funções de analista de Relações Internacionais no Centro de Análise e Gestão de Dados Operacionais (CADOP) da Marinha Portuguesa.

Diversos

- Conhecimentos de línguas:

Inglês – Muito Bom (falado e escrito);

Francês – Regular.

- Bons conhecimentos de informática na óptica do utilizador.